

# RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL:

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS



Michele Lins Aracaty e Silva  
(Organizadora)



# RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL:

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS



OBJETIVOS  
DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL

1 ERADICAÇÃO  
DA POBREZA



2 ENERGIA  
LIMPA



3 SAÚDE  
BOM BEM-ESTAR



4 EDUCAÇÃO  
DE QUALIDADE



5 IGUALDADE  
DE GÊNERO



6 AGUA LIMPA  
E SANEAMENTO



7 ENERGIA  
Acessível e limpa



8 EMPREGO DIGNO  
E ECONOMIA  
CRESCENTE



9 INDÚSTRIA,  
INOVAÇÃO  
E INFRAESTRUTURA



10 REDUÇÃO  
DE DESIGUALDADES



11 CIDADES E  
COMUNIDADES  
SUSTENTÁVEIS



12 CONSUMO  
E RESPONSABILIDADE  
PRODUTIVA



13 AÇÃO CLIMÁTICA



14 VIDA DEBILITADA  
SEM DOR



15 VIDA SOBRE  
A TERRA



16 PAZ, JUSTIÇA  
E INSTITUIÇÕES  
FORTES



17 PARCERIAS  
DE QUALIDADE



Michele Lins Aracaty e Silva  
(Organizadora)



### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



# Riqueza, desigualdade e pobreza no Brasil: aspectos socioeconômicos das regiões brasileiras

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremonesi  
**Correção:** David Emanuel Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Michele Lins Aracaty e Silva

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R594 Riqueza, desigualdade e pobreza no Brasil [recurso eletrônico] : aspectos socioeconômicos das regiões brasileiras / Organizadora Michele Lins Aracaty e Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-5706-412-2 (PDF)

ISBN 978-65-5706-414-6 (Brochura)

DOI 10.22533/at.ed.146202109

1. Pobreza – Brasil. 2. Brasil – Condições sociais. 3. Renda – Distribuição – Brasil. I. Silva, Michele Lins Aracaty e.

CDD 339.460981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

É com muita alegria e satisfação que apresentamos esta obra intitulada: **RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL: Aspectos Socioeconômicos das Regiões Brasileiras**, composta por cinco trabalhos oriundos de pesquisas desenvolvidas através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC da Universidade Federal do Amazonas – UFAM referente ao Edital 2019/2020. Tais trabalhos foram desenvolvidos pelas acadêmicas do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas – UFAM: Ana Beatriz Martins de Souza, Francilene da Silva Franco, Jackelyne Evellyn de Sales Assunção, Laiza Eduarda Santos Carvalho da Silva e Taisa Morais Rolim.

Este grupo de trabalhos que teve como abrangência as cinco macrorregiões econômicas brasileiras foram motivados após a leitura do livro “Geografia da Fome”, lançado em 1946 por Josué Apolônio de Castro, mais conhecido por Josué de Castro. Na obra, partindo da análise da fome, como tema central, o autor alerta para outros problemas: pobreza, extrema pobreza, miséria, questão ecológica, desigualdades sociais e reforma agrária.

“Geografia da Fome” constitui-se por ser uma obra rica em detalhes e que alertou o mundo e o Brasil para a problemática da fome visto não considerar esta apenas no seu aspecto biológico, mas também em relação aos aspectos econômicos, políticos, geográficos e sociais não limitando-se a apresentar ou realizar um diagnóstico, mas fazendo frente à luta pela erradicação deste problema à nível mundial.

Dada a importância histórica e contribuição incontestável da obra para despertar a necessidade de compromissos internacionais e ações integradas para o combate à fome. No ano de 1951, Josué de Castro foi convidado para se tornar presidente do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, a qual constitui uma agência das Nações Unidas – ONU que lidera esforços para erradicação da fome e combate à pobreza no mundo por meio da melhoria da segurança alimentar e do desenvolvimento agrícola.

Em todos os artigos aqui apresentados iremos discutir aspectos referentes à Fome e à Vulnerabilidade Social. Trataremos a Vulnerabilidade Social, não apenas na questão econômica, pois sabemos que esta população que enfrenta cotidianamente a fome e que se encontra em condição de pobreza ou extrema pobreza concentra-se em localidades as quais apresentam menor cobertura de abastecimento de água potável, insuficiente ou inexistente sistema de esgotamento sanitário, ausência de coleta de lixo, Renda per Capita inferior a meio salário mínimo, elevado índice de mortalidade infantil, número expressivo de crianças e adolescentes que não frequentam a escola, elevado número de mulheres jovens

com filhos, elevado percentual de mulheres responsáveis pela renda familiar e chefes de família, elevada taxa de analfabetismo, número significativo de adultos que não trabalham e nem estudam, fazem parte do percentual da população que encontram-se em situação de desemprego e dependem quase que integralmente de auxílio de Programas de Transferência de Renda para sobreviverem.

Assim, cada capítulo representa um trabalho tendo participação de uma aluna, e sua orientadora e corresponde a uma pesquisa que teve duração de 12 meses. Vale ressaltar que, cada capítulo corresponde a um trabalho completo com a seguinte estrutura: Resumo, Introdução, Revisão da Literatura, Aspectos Metodológicos, Análise de Dados e Resultados, Conclusões e Recomendações, seguido das Referências que foram utilizadas para a construção do texto. Dessa forma, cada capítulo apresenta-se independente, mas de certa forma interligado pois juntos farão uma análise de todas as regiões brasileiras.

Organizado dessa forma, possibilita ao leitor guiar-se através do sumário e ler cada capítulo de forma separada e na ordem que desejar ou for mais conveniente. Assim, o sumário descreverá a ordem como os capítulos estão divididos, o título de cada um deles bem como a página inicial.

Os cinco artigos aqui apresentados foram divididos, como já adiantamos, por macrorregiões econômicas (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste) onde foi possível analisar os indicadores regionais. Nesta mesma obra, temos um artigo que concentra a sua análise na Região Metropolitana da Manaus – RMM dada a sua importância e especificidade.

Em cada um dos artigos foi possível, analisar os indicadores socioeconômicos: Índice de Vulnerabilidade Social – IVS, Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH, Renda Per Capita, Índice de Gini, Pobreza, Extrema Pobreza, Fome, Taxa de Prosperidade Social, Insegurança Alimentar, Taxa de Desocupação e Dependência dos Programas de Transferência de Renda. Tendo como base os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Organização das Nações Unidas – ONU.

No primeiro capítulo, a pesquisadora Ana Beatriz Martins de Souza analisou os indicadores de vulnerabilidade social referentes à população residente na Região Metropolitana de Manaus – RMM, sendo a região metropolitana brasileira mais jovem, mas que apresenta elevados indicadores de vulnerabilidade e inúmeros problemas estruturais tais como: pobreza, extrema pobreza, miséria, fome, ausência ou ineficiência de saneamento básico, esgotamento sanitário, água tratada, moradias inadequadas, dentre outros problemas que são característicos de regiões vulneráveis. Tal artigo, propunha analisar a vulnerabilidade da população da RMM, com base nos principais indicadores que compõem o IVS e seu comparativo com

o IDHM, a Taxa de Prosperidade Social e seu impacto do modelo Zona Franca de Manaus, bem como a contribuição do modelo para a redução da vulnerabilidade social nos municípios que compõem a região metropolitana. O capítulo é intitulado: Vulnerabilidade Social da População Residente na Região Metropolitana de Manaus.

No segundo capítulo, que tem como título: A Floresta Rica, População Pobre: Fome e Pobreza na Região Norte do Brasil, a pesquisadora Francilene da Silva Franco tendo a Região Norte como objeto de estudo, propõe um desafio reflexivo ao leitor ao expor o dilema de se ter num mesmo ambiente uma floresta rica em biodiversidade, riquezas minerais, abundância de água doce, dentre outras riquezas somente encontradas na Amazônia e ao mesmo tempo ter uma população que vive às margens da pobreza, passa fome e convive num ambiente com insuficiência de infraestrutura básica. Para tanto, a pesquisa se propunha analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza da população residente na Região Norte, levantar os principais indicadores que compõem o IVS, analisar a pobreza e a extrema pobreza da população com base no Mapa da Fome, bem como analisar o Risco Alimentar e a Taxa de Prosperidade Social regional, com o uso do IDHM, Índice de Gini, Renda Per Capita, Taxa de Desocupação e Dependência dos Programas de Transferência de Renda.

No capítulo seguinte, intitulado, Pobreza e Vulnerabilidade Socioeconômica na Região Nordeste do Brasil, a pesquisadora Laiza Eduarda Santos Carvalho da Silva tendo a Região Nordeste do Brasil historicamente mais vulnerável, como objeto de estudo, focou a sua análise na vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza da população regional com base no levantamento de indicadores socioeconômicos (IVS, IDHM, Renda Per Capita, Índice de Gini) e análise das políticas públicas que visam a redução da vulnerabilidade socioeconômica e a pobreza da população nordestina.

No capítulo seguinte, a pesquisadora Taisa Morais Rolim teve como objeto de sua análise a Região Centro-Oeste e seus contrastes por se tratar de uma região de exploração recente, mas que concentra as suas atividades na atividade primária, ou seja, na agricultura, tendo como principal atividade o agronegócio, produção de soja, milho e criação de gado bovino de corte, dentre outras culturas ligadas à terra. O capítulo apresenta como título: Riqueza, Desigualdade e Pobreza no Brasil: O Caso da Região Centro-Oeste brasileira. Ao longo da pesquisa, a autora se realizou sua análise com base nos indicadores de pobreza, desigualdade e vulnerabilidade socioeconômica, com base no IVS e no Mapa da Fome, além de levantar as políticas públicas implementadas na região para o combate à pobreza e desigualdade socioeconômica e teve uma preocupação peculiar em olhar para o esforço regional para a implementação de políticas de redução da concentração de renda e inclusão produtiva rural com desenvolvimento sustentável através de ações

ligadas à agricultura familiar.

No último capítulo, a pesquisadora Jackelyne Evellyn de Sales Assunção tinha como desafio a análise das duas regiões economicamente mais desenvolvidas do país, Sudeste e Sul. Regiões com maior participação no Produto Interno Bruto – PIB e concentradoras da maior parte da população brasileira, constituem regiões com caráter de ocupação urbana. Apesar de serem regiões ricas nota-se uma expressiva concentração de renda, elevados indicadores de vulnerabilidade, os menores indicadores de desenvolvimento humano e os melhores índices de desigualdade. O capítulo, foi intitulado: Pobreza do Brasil: A Situação da Pobreza e Desigualdade nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, e apresentou como principal objetivo: analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza e a desigualdade da população residente nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, com base nos indicadores de vulnerabilidade socioeconômica e no Mapa da Fome de forma a verificar o risco alimentar e a taxa de prosperidade social regional.

Nosso principal objetivo em produzir esta obra se alicerça na condição de compartilhar nossos conhecimentos e trabalhos de forma que estes possam ser utilizados por outros pesquisadores, alunos, professores e demais interessados nas áreas e assuntos abordados neste livro.

Também temos a ambição de possibilitar aos alunos participantes de projetos de pesquisa e extensão a satisfação de ver o seu trabalho, fruto de esforço e dedicação, ser publicado. Proporcionado a este aluno a alegria de ter a sua pesquisa como fonte para novas pesquisas. Ademais, a publicação de um trabalho constitui um marco na carreira acadêmica e quem sabe possa influenciá-lo para que no futuro este se engaje em novas pesquisas.

Este e-book assim como os outros trabalhos dos demais grupos de pesquisa o qual temos a honra de integrar terá o seu acesso livre para pesquisa e leitura de forma a ser um objeto de compartilhamento de informação e conhecimento agregado acerca dos temas aqui abordados.

Esperamos que os artigos aqui publicados possam contribuir para a seu crescimento acadêmico e profissional dos interessados, ficamos abertos às sugestões e observações que nos forem destinadas.

Desejamos a todos uma excelente leitura e reflexão acerca dos artigos aqui compartilhados.

Michele Lins Aracaty e Silva

"O primeiro direito de um homem é o de não passar fome!"

**Josué de Castro**

(1908-1973)

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
VULNERABILIDADE SOCIAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Ana Beatriz Martins de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1462021091	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>23</b>
A FLORESTA RICA, POPULAÇÃO POBRE: FOME E POBREZA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Francilene da Silva Franco	
DOI 10.22533/at.ed.1462021092	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>43</b>
POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Laiza Eduarda Santos Carvalho da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1462021093	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>62</b>
RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL: O CASO DA REGIÃO CENTRO-OESTE BRASILEIRA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Taisa Morais Rolim	
DOI 10.22533/at.ed.1462021094	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>82</b>
POBREZA DO BRASIL: A SITUAÇÃO DA POBREZA E DESIGUALDADE NAS REGIÕES SUL E SUDESTE DO BRASIL	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Jackelyne Evellyn de Sales Assunção	
DOI 10.22533/at.ed.1462021095	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>106</b>

# CAPÍTULO 1

## VULNERABILIDADE SOCIAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS

*Data de aceite: 01/08/2020*

### **Michele Lins Aracaty e Silva**

Doutora em Desenvolvimento Regional, Economia e Meio Ambiente pela Universidade de Santa Cruz do Sul - (UNISC)  
Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)  
Economista. Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM  
e-mail: michelearacaty@ufam.edu.br  
<http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>  
<https://orcid.org/0000-0002-8939-3220>

### **Ana Beatriz Martins de Souza**

Discente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)  
e-mail:souzaanabeatriz2605@gmail.com  
<http://lattes.cnpq.br/8022425984486639>  
<https://orcid.org/0000-0002-4442.6914>

**RESUMO:** Historicamente, o Brasil passou por transformações em decorrência do aumento populacional e da urbanização das cidades ocasionando a necessidade de planejamentos governamentais para o gerenciamento dos recursos públicos com o objetivo de implementar ações para atender aos anseios das populações que residem nestas regiões metropolitanas, caso da Região Metropolitana de Manaus – RMM. Para tanto, analisaremos a vulnerabilidade da população da RMM, com base nos principais indicadores que compõem o IVS e seu comparativo com o IDHM, bem como a Taxa de Prosperidade Social e seu impacto do modelo Zona Franca de Manaus e a contribuição desta

para a redução da vulnerabilidade social. Para tanto, fez-se uso de pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória com o uso de fontes de dados de cunho secundário, de origem bibliográfica e documental, analisando o IVS e o IDHM da RMM tendo como base o IPEA e ONU, (2000 e 2010). Para a análise, fez-se uso da análise de conteúdo com base em observações. Observou-se que no ano 2000 o IVS da RMM era classificado como MUITO ALTA vulnerabilidade social, e em 2010, classificada como de ALTA vulnerabilidade. Por ser uma RM com características peculiares, observa-se muitas fragilidades no que tange principalmente a desigualdade municipais, ora dependentes da capital que se destaca pelo PIM. Faz-se necessário a implementação de políticas que minimizem a desigualdade entre os municípios integrantes da RMM, cabendo aos gestores o desafio de construir o planejamento com o objetivo de reduzir o abismo social e melhorar a qualidade de vida da população.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vulnerabilidade Social, IVS, IDHM, RMM.

### **INTRODUÇÃO**

Nos últimos 50 anos, o Brasil passou por inúmeras transformações em decorrência do aumento populacional e a urbanização das cidades o que ocasionou a necessidade de planejamentos governamentais para a correto gerenciamento dos recursos públicos. Para solucionar os problemas e desafios ocasionados pela complexidade do fenômeno urbano, a Constituição Federal prevê a possibilidade



de os Estados instituírem “Regiões Metropolitanas”, com o objetivo de integrar o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum.

Nesse contexto, surge a Região Metropolitana de Manaus (RMM), que possui características peculiares se comparada às primeiras surgidas na década de 1970, por não se igualar àquelas quanto à intensidade de fluxos entre as cidades. Por isso, para direcionar as políticas públicas de acordo com as necessidades dessa região metropolitana, além de medir a qualidade de vida da população, os índices surgem como uma ferramenta indispensável. Sendo assim, para fazer uma análise da vulnerabilidade na RMM, usaremos o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS.

No ano de 2000, o Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA, órgão do governo federal lançou o Índice de Vulnerabilidade Social – IVS que constitui um indicado genuinamente brasileiro que visa ampliar as dimensões já estudadas pelo IDH (renda, saúde e educação) da ONU. Enquanto o IDH aponta para a disponibilidade de recursos e condições necessárias para o alcance de um patamar mínimo de bem-estar pelas populações, o IVS, ao contrário, denuncia a ausência ou insuficiência destes recursos e condições, no mesmo território. Nosso estudo tomará como base os indicadores do IVS e suas dimensões para analisar as condições socioeconômicas da Região Metropolitana de Manaus – RMM. Além disso, faremos um comparativo entre o IDH e o IVS, observando como os seus indicadores têm se comportado ao longo do tempo, posteriormente, analisaremos os resultados da taxa de Prosperidade Social, mostrando o desenvolvimento da região.

Para tanto, fez-se uso de pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória com o uso de fontes de dados de cunho secundário, de origem bibliográfica e documental, analisando o IVS e o IDHM da RMM tendo como base o IPEA e ONU. Para a análise, fez-se uso da análise de conteúdo com base em observações.

Verificamos a situação da Região Metropolitana de Manaus - RMM, no que tange os anos de 2000 e 2010. No geral, nota-se uma melhora tanto no IVS da RMM, bem como em cada uma das suas dimensões. Além disso, identificamos a ocorrência de uma Prosperidade Social, ou seja, um aumento do IDHM e uma diminuição do IVS. Observou-se que no ano 2000 o IVS da RMM era classificado como MUITO ALTA vulnerabilidade social, já no ano de 2010, classificada como de ALTA vulnerabilidade.

Por ser uma RM com características peculiares, observa-se muitas fragilidades no que tange principalmente a desigualdade municipais, ora dependentes da capital que se destaca pelo PIM. Faz-se necessário a implementação de políticas que minimizem a desigualdade entre os municípios integrantes da RMM, cabendo aos gestores o desafio de construir o planejamento com o objetivo de reduzir o abismo social e melhorar a qualidade de vida da população.

Assim, este artigo encontra-se dividido em: Introdução, seguido da Revisão

da Literatura, Aspectos Metodológicos, Análise de Dados e Resultados, Conclusões e Recomendações e Referências.

## **REVISÃO DA LITERATURA**

### **Região Metropolitana de Manaus - RMM**

Para analisar as principais características e vulnerabilidades da Região Metropolitana de Manaus - RMM, é necessário, primeiramente, conhecer essa região, por isso, iniciaremos tratando do seu surgimento e características.

A Região Metropolitana de Manaus, como menciona (AMAZONAS, 2015) foi criada em 30 de maio de 2007 pela Lei Complementar nº 52/2007 e modificada no dia 27 de janeiro de 2008 pela Lei Complementar nº 59 que incluiu o município de Manacapuru, que engloba Manaus e mais 7 (sete) municípios do Estado do Amazonas: Manaus, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva e possui uma área de 101.475 km<sup>2</sup>. A Região Metropolitana de Manaus – RMM, que conta em 2016 com 2.446.629 habitantes (conforme estimativa populacional do IBGE de 01 de julho de 2016, publicado no D.O.U em agosto de 2016). Em 2009 através do Projeto de Lei Complementar 64/2009, a Região Metropolitana de Manaus é ampliada para os municípios de Manaquiri, Autazes, Careiro Castanho, Silves e Itapiranga, contemplando 13 municípios, de acordo com informações da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Como relatado acima e pelo autor Santos (2015) vê-se que a criação da Região Metropolitana de Manaus - RMM deu-se de forma recente. Já inserida no período de criação de regiões metropolitanas do pós-Constituição de 1988 e com uma realidade metropolitana que, até o momento, encontra-se limitada à área do próprio Município de Manaus, com pouca articulação com municípios vizinhos. A institucionalização da região metropolitana de Manaus se deu por motivações explicitamente político-administrativas. Nogueira (2010; 2011, p. 191) apud Santos, (2015, p. 11) relata da seguinte forma o processo de criação da RMM:

Lideranças do governo do Estado afirmaram que tal propósito surgiu com uma solicitação de recursos federais, quando em visita a Brasília, o então governador Eduardo Braga obteve como resposta, no gabinete da Casa Civil do governo federal, que só havia recursos prioritários para as regiões metropolitanas e que Manaus não se enquadrava nesse critério. A alternativa, então foi fazer esse território, operação de recorte territorial e institucionalizando dentro das normas da legislação estadual, o espaço o normativo.

Assim nasceu a Região Metropolitana de Manaus - RMM. Isso é bastante

significativo, posto que a realidade metropolitana de Manaus, de acordo com Santos (2015) é bastante diversa do aspecto mais comum da metropolização brasileira. A concentração econômica e demográfica de Manaus, possibilitada pela Zona Franca e pelo Polo Industrial configuraram uma metrópole que, até o presente momento, limita-se ao próprio Município de Manaus.

Para Sousa (2013), a RMM é resultante mais de uma vontade política do que de um processo espacial. Diferencia-se fisicamente das regiões metropolitanas em seu conceito clássico, por exemplo, porque não há conurbação de seus espaços urbanos, no entanto, não foge à regra de ter uma cidade polarizada e de seus municípios manterem ligações econômicas, evidentemente não ao mesmo nível de integração de outras regiões metropolitanas brasileiras, seja por suas características físico-territoriais, seja pela falta de conexão rodoviária entre os municípios ou ainda pelo seu processo de instituição, seu processo de formação.

### **Vulnerabilidade Social - Conceito e Definição**

Examinar a realidade da RMM através da “vulnerabilidade social” permite uma maior compreensão das situações de precariedade vivenciada por seus habitantes, para além de determinações econômicas. Mesmo que os riscos recaiam mais facilmente sobre a camada da população mais desprovida de reservas econômicas, essa não é unicamente dimensão determinante. Assim, é essencial demarcar o conceito, até o momento um pouco vago, de vulnerabilidade social.

Mas o que caracteriza a Vulnerabilidade Social? é na definição apresentada por Moya (2010) que podem ser encontrados três de seus principais elementos caracterizadores: a exposição de um indivíduo ou grupo a determinados riscos, a capacidade desse em enfrentá-los, assim como a potencialidade desses riscos em trazer sérias consequências aos afetados.

Ainda para Moya (2001), outras duas definições nos permitem aprimorar tal entendimento, a Vulnerabilidade Social estaria relacionada à debilidade ou a força dos ativos que indivíduos, famílias, ou domicílios dispõem para enfrentar os riscos existentes no entorno que implicam perda de bem-estar.

Na mesma linha de pensamento Katzman (2000) apud Moya (2010), considera a vulnerabilidade como a incapacidade de uma pessoa ou domicílio em se aproveitar da estrutura de oportunidades disponíveis na sociedade, a fim de melhorar seu bem-estar ou impedir que ele se deteriore.

A condição de vulnerabilidade à qual nos referimos no presente trabalho se constitui na fragilidade dos vínculos sociais, a defasagem e má qualidade dos serviços públicos ofertados no recorte da Região Metropolitana de Manaus – RMM, objeto deste estudo.

## Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

Antes de falar sobre as ferramentas usadas para dimensionar a vulnerabilidade em si, falaremos, a seguir, sobre um índice que foi por muito tempo utilizado para medir a qualidade de vida da população, que é o IDH. Este índice muito contribuirá para verificar a situação da vulnerabilidade da RMM, uma vez que indica justamente a situação contrária ao IVS, complementando-o.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dado utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para analisar a qualidade de vida de uma determinada população. Os critérios utilizados para calcular o IDH são: grau de escolaridade: média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará matriculada; Renda: Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita*, baseada na paridade de poder de compra dos habitantes; Nível de Saúde: Baseia-se na expectativa de vida da população, reflete as condições de saúde e dos serviços de saneamento ambiental.

Uma variante do IDH é o IDH municipal que retrata o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou Unidade de Desenvolvimento Humano - UDH, compreendendo quatro variáveis: saúde, a variável é a esperança de vida ao nascer; educação, é a combinação de duas variáveis – média de anos de estudo da população com 25 anos ou mais e anos esperados de escolaridade e renda, a variável é a Renda Nacional Bruta *per capita*, além disso, é lido de forma igual ao IDH conforme as faixas da figura a seguir.

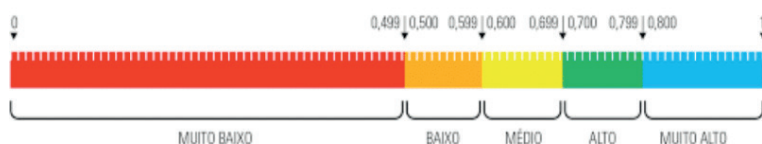


Figura 01 – Faixas do Desenvolvimento Humano Municipal

Fonte: ONU (2010)

Agora, falaremos sobre duas ferramentas essenciais para verificar e analisar a situação da vulnerabilidade no recorte metropolitano de Manaus: O Índice de Vulnerabilidade Social – IVS e o Atlas da Vulnerabilidade Social – AVS:

## Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e Atlas da Vulnerabilidade Social (AVS)

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS foi construído com base em indicadores que revelam fragilidades sociais a partir de fatores como contextos de trabalho e renda, educação e saúde, condições de transporte, habitação e saneamento dos municípios e das regiões metropolitanas brasileiras, nesta análise utilizaremos os dados referente ao recorte de tempo de 2000 e 2010.

Tanto o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS como o Atlas da Vulnerabilidade Social - AVS dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras surgiram de um esforço de seleção, desenvolvimento e georreferenciamento de indicadores que pudessem revelar as condições de vulnerabilidade social nas diversas escalas do território brasileiro. Tais condições podem estar presentes a partir de diversos fatores envolvidos na temática social, como os contextos de trabalho e renda, educação e saúde, condições de transporte, habitação e saneamento.

O processo de construção do índice de vulnerabilidade social (IVS), um índice sintético alternativo ao índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) que procura revelar ou mostrar condições de vulnerabilidade social em diferentes recortes territoriais do Brasil. O IVS é um índice sintético que agrega um conjunto de variáveis quantitativas retiradas dos questionários da amostra dos censos demográficos decenais do IBGE, as quais postula-se aqui serem determinantes de situações de vulnerabilidade social.

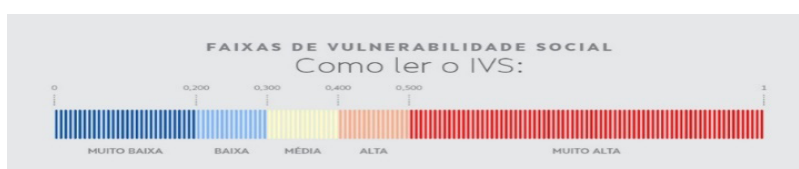


Figura 02 – Faixas do Índice de Vulnerabilidade Social

Fonte: AVS, IPEA (2015)

A Figura 2 mostra como ler e classificar o IVS. Entre 0 a 0,200, a situação do IVS é classificada como MUITO BAIXA, de 0 a 0,300, a situação é BAIXA, de 0,300 a 0,400 a situação é classificada como MÉDIA, ente 0,400 a 0,500 a situação é de ALTA vulnerabilidade, e por último, a partir 0,500 a situação de vulnerabilidade é MUITO ALTA.

Cada indicador teve seu valor normalizado numa escala que varia entre 0

e 1, em que 0 corresponde à situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação.

Agora que já sabemos fazer a leitura e classificar o IVS, veremos quais dimensões e indicadores constituem esse índice, além de entender sobre o que se trata cada um deles. De acordo com informações disponibilizadas pelo IPEA (2015).

## **Dimensões do Índice de Vulnerabilidade Social - IVS**

De acordo com o IPEA (2015), o IVS é, portanto, resultado da seleção de 16 indicadores selecionados da Plataforma do ADH e foram organizados em três dimensões da vulnerabilidade social, a saber:

I – a Infraestrutura Urbana do território em tela (seja ele um município, uma região, um estado ou uma Unidade de Desenvolvimento Humano);

II – o Capital Humano dos domicílios deste território; e

III – a Renda e Trabalho, o acesso ao trabalho e a forma de inserção (formal ou não) dos residentes nestes domicílios. Cada uma dessas dimensões reúne, por sua vez, um conjunto de variáveis obtidas nas bases dos Censos Demográficos do IBGE, que refletem diferentes aspectos das condições de vida.

### **IVS Infraestrutura Urbana**

Ainda para o IPEA (2015), a dimensão que contempla a vulnerabilidade da Infraestrutura Urbana procura refletir as condições de acesso a serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana, por serem dois aspectos relacionados ao lugar de domicílio das pessoas que impactam significativamente sua qualidade de vida.

Considerando as possibilidades e limites das informações coletadas pelos Censos Demográficos, foram escolhidos, para compor essa dimensão, indicadores sobre a presença de redes de abastecimento de água, de serviços de esgotamento sanitário e coleta de lixo no território; bem como o indicador do tempo gasto no deslocamento entre a moradia e o local de trabalho, pela população ocupada de baixa renda, do território em tela.

### **IVS Capital Humano**

Segundo o IPEA (2015), a dimensão Capital Humano envolve dois tipos de ativos que determinam as perspectivas de futuro dos indivíduos: suas condições de saúde e seu acesso à educação.

Neste sentido, foram selecionadas para essa dimensão variáveis que refletem

não só a presença atual destes ativos nos domicílios, mas também as possibilidades de sua ampliação pelas gerações mais jovens.

## **IVS Renda e Trabalho**

Para o IPEA (2015), a dimensão Renda e Trabalho agrupa não só indicadores relativos à insuficiência de renda das famílias, no momento da coleta dos dados (percentual de famílias com renda domiciliar per capita de até R\$ 255,00 mensais, em agosto de 2010) como incorpora outros fatores que, associados ao fluxo de renda insuficiente, configuram um estado de insegurança de renda das famílias: a desocupação de adultos, a ocupação informal de adultos pouco escolarizados, a dependência da família com relação à renda de pessoas idosas, assim como a presença de trabalho infantil.

Passaremos agora a analisar a Taxa de Prosperidade Social, também definida pelo IPEA no documento intitulado Atlas da Vulnerabilidade Social – AVS, vejamos:

## **Taxa de Prosperidade Social**

Segundo o Atlas da Vulnerabilidade Social – AVS do IPEA (2015), o desenvolvimento humano, conceito expresso no IDHM, corresponde ao processo de ampliação de liberdades das pessoas no que tange às suas capacidades e às oportunidades com as quais elas se deparam na sociedade e que lhes permitem, em maior ou menor medida, alcançar a vida que desejam.

De forma complementar ao que o IDHM retrata, o IVS dá destaque a um amplo conjunto de indicadores de situações que traduzem e refletem condições menos favoráveis de inserção social, refletindo a trajetória social das pessoas, de suas famílias e de seu meio social, seja em termos do capital humano, seja em termos de sua inserção no mundo do trabalho e da produção, ou em termos de suas condições de moradia e da infraestrutura urbana.

Assim, a análise integrada do desenvolvimento humano com a vulnerabilidade social oferece o que se denomina aqui de prosperidade social:

A prosperidade social é a ocorrência simultânea do alto desenvolvimento humano com a baixa vulnerabilidade social, sugerindo que, nas porções do território onde ela se verifica, ocorre uma trajetória de desenvolvimento humano menos vulnerável e socialmente mais próspera. (AVS, 2015, p.34)

A Prosperidade Social, nesse sentido, reflete uma situação em que o desenvolvimento humano se assenta em bases sociais mais robustas, onde o capital familiar e escolar, as condições de inserção no mundo do trabalho e as condições

de moradia e de acesso à infraestrutura urbana da população são tais que há uma perspectiva de prosperidade não apenas econômica, mas das condições de vida no meio social.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos metodológicos deste trabalho tem-se uma abordagem qualitativa por ser uma forma adequada para entender a natureza dos acontecimentos e a importância dos indicadores do IDH e do IVS para avaliar a vulnerabilidade social da população residente na RMM.

Quanto aos meios, esta pesquisa é classificada como bibliográfica e documental, oriunda de dados secundário, uma vez que foi desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e dados secundários (observação e análise) disponibilizados pela ONU acerca do IDH e pelo IPEA acerca do IVS.

A bibliografia referente a Região Metropolitana de Manaus é baseado no artigo “A ponte do Rio Negro e a Região Metropolitana de Manaus: adequações no espaço urbano-regional à reprodução do capital” do autor Isaque dos Santos Sousa e “Metrópole e Região na Amazônia: trajetórias do planejamento e da gestão metropolitana em Belém, Manaus e São Luís” de Tiago Veloso dos Santos. Sobre a bibliografia, para tratar sobre o tema Vulnerabilidade foi usado o artigo “Trajetórias e Transições da questão social no Brasil urbano” da Maria Encarnación Moya, a qual cita autores como Robert Chambers, Gustavo Busso e Ruben Katzman.

A respeito da pesquisa documental, para tratar do IDH foi utilizado-se o Atlas de Desenvolvimento Humano, disponibilizado pela ONU, que engloba o Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios e o Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas. A plataforma do Atlas da Vulnerabilidade Social, criado pelo IPEA, possibilitou a consulta, em diversos formatos de dados, sobre a temática da vulnerabilidade social.

Quanto aos fins, a presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Exploratória pois buscou-se obter maiores informações sobre o assunto e descritiva por analisar as características da RMM, bem como a situação do IVS e seu comportamento ao longo dos anos. Tudo isso para identificar as fragilidades dessa região metropolitana que refletem em uma condição de vulnerabilidade vivida por parte da população.

Neste trabalho, como instrumento de coleta, utilizou-se do método de observação, que constitui uma técnica que faz uso dos sentidos para determinados aspectos da realidade. Através dos dados, índices e plataformas disponibilizadas pela ONU e IPEA, foi possível observar qual é a real situação da RMM, no que se



refere ao tema da vulnerabilidade. Após a organização dos dados e a sua análise a partir da leitura dos indicadores com a possibilidade de mapeamento dos índices e de seus componentes e sua distribuição espacial, para cada indicador em sua dimensão, observamos se houve avanço/ ou melhoria ou uma regressão/ ou piora destes e relação à região estudada.

## ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

Passaremos, a partir deste momento, a analisar os resultados da pesquisa, levando-se em consideração os objetivos ora propostos. No primeiro momento, é necessário apresentar a situação do IDHM da RMM, considerando que, por um período, o desenvolvimento dos municípios e das regiões foi mensurado pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH que constitui um indicador implementado pela ONU que abrange três dimensões (educação, saúde e renda).

### Situação do IDHM da Região Metropolitana de Manaus - RMM

O Quadro 01, mostra o crescimento populacional, o PIB e a densidade demográfica RMM nos anos de 2000 e 2010, além de mostrar a evolução do IDHM, bem como os seus indicadores de Educação, Longevidade e Renda.

RMM em 2000		RMM em 2010	
População	1.645.832 (58,5% do total estadual)	População	2.106.322 (60,5% do total estadual)
PIB	R\$ 14,5 bilhões (76,8% do total estadual)	PIB	R\$ 51,3 bilhões (85,1% do total estadual)
Densidade demográfica	16,22 hab/km <sup>2</sup>	Densidade demográfica	20,76 hab/km <sup>2</sup>
IDHM	(baixo) 0,585	IDHM	(alto) 0,720
IDHM Educação	0,414	IDHM Educação	0,636
IDHM Longevidade	0,730	IDHM Longevidade	0,812
IDHM Renda	0,661	IDHM Renda	0,724

Quadro 01: IDHM da RMM em 2000/2010

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, (2014), p. 58 e 59.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) da RMM era 0,585 no ano de 2000 e estava situado na faixa de BAIXO Desenvolvimento Humano. Em 2010, o

mesmo índice, passou para 0,720, o que situa essa Região Metropolitana (RM) na faixa de Desenvolvimento Humano ALTO (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM da RM é Longevidade, com índice de 0,812, seguida de Renda, com índice de 0,724, e de Educação, com índice de 0,636.

Além dos dados referentes ao IDHM, ressalta-se a população aumentou, em 2010, 27% em relação ao anos de 2000. No que se refere ao PIB da RMM, em 2000, já correspondia uma parcela bem grande do total estadual (76,8%) aumentando ainda mais em 2010 (85,1%).

O Quadro 02 mostra os indicadores do IDHM da RMM e a participação de cada um dos seus pesos para compor o índice dos anos de 2000 e 2010.

<b>IDHM e componentes</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>IDHM Educação</b>	<b>0,414</b>	<b>0,636</b>
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	48,16	64,69
% de 5 a 6 anos na escola	59,25	83,92
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	46,33	82,30
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	29,22	49,38
% de 18 a 20 anos com médio completo	18,62	36,40
<b>IDHM Longevidade</b>	<b>0,730</b>	<b>0,812</b>
Esperança de vida ao nascer	68,77	73,70
<b>IDHM Renda</b>	<b>0,661</b>	<b>0,724</b>
Renda per capita	487,67	725,17

Quadro 02 - IDHM e seus componentes - RMM

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano (2014)

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Na RMM, a esperança de vida ao nascer cresceu 4,9 anos na última década, passando de 68,8 anos, em 2000, para 73,7 anos, em 2010. No Brasil, a esperança de vida é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2010, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento (2014).

De modo a complementar o que é retratado pelo IDHM, o IPEA apresentou o IVS. Planejado como um instrumento capaz de dimensionar, justamente, o oposto do IDHM, que são as situações de exclusão, vulnerabilidade e pobreza multidimensional nos municípios brasileiros. Ressalva-se que o IVS é composto por um número maior e mais diversificado de indicadores, conforme serão apresentados nos quadros a seguir de acordo com sua respectiva dimensão.

Indicador	Descrição	Peso
a) Proporção de pessoas com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a meio salário mínimo (2010).	Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais (em reais de agosto de 2010), equivalente a meio salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.	0,200
b) Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade	Percentual da população economicamente ativa (PEA) nessa faixa etária que estava desocupada, ou seja, que não estava ocupada na semana anterior à data do censo, mas havia procurado trabalho ao longo do mês anterior à data dessa pesquisa.	0,200
c) Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal	Razão entre as pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo, em ocupação informal, e a população total nesta faixa etária, multiplicada por 100. Ocupação informal implica que trabalham, mas não são: empregados com carteira de trabalho assinada, militares do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros, empregados pelo regime jurídico dos funcionários públicos ou empregadores e trabalhadores por conta própria com contribuição a instituto de previdência oficial.	0,200
d) Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos	Razão entre as pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e nos quais a renda de moradores com 65 anos ou mais de idade (idosos) corresponde a mais da metade do total da renda domiciliar, e a população total residente em domicílios particulares permanentes (multiplicada por 100).	0,200
e) Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade	Razão das pessoas de 10 a 14 anos de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do censo entre o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100). Considera-se desocupada a pessoa que, não estando ocupada na semana de referência, havia procurado trabalho no mês anterior a essa pesquisa.	0,200

Quadro 03 - Descrição e Peso dos Indicadores – Sub - índice IVS Renda e Trabalho

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social /IPEA (2015, p.16).

Analisando os indicadores que compõe a dimensão Renda e Trabalho no Quadro 3, é possível notar que há o agrupamento não só indicadores relativos à insuficiência de renda das famílias, como de outros fatores que, associados ao fluxo de renda insuficiente, configuram um estado de insegurança de renda das famílias: a desocupação de adultos, a ocupação informal de adultos pouco escolarizados, a dependência da família com relação à renda de pessoas idosas, assim como a presença de trabalho infantil. Por ser uma dimensão que reúne dados relativos a Renda e Trabalho, o IVS ela é capaz de refletir se há, ou não, expectativas de melhora das famílias carentes de renda.

Indicador	Descrição	Peso
a) Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados.	Razão entre o número de pessoas que vivem em domicílios cujo abastecimento de água não provém de rede geral e cujo esgotamento sanitário não é realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica, e a população total residente em domicílios particulares permanentes, multiplicada por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.	0,300
b) Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo.	Razão entre a população que vive em domicílios sem coleta de lixo e a população total residente em domicílios particulares permanentes, multiplicada por 100. Estão incluídas as situações em que a coleta de lixo é realizada diretamente por empresa pública ou privada, ou o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito fora do domicílio, para posterior coleta pela prestadora do serviço. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes, localizados em área urbana.	0,300
c) Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho.	Razão entre o número de pessoas ocupadas, de 10 anos ou mais de idade, que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e que gastam mais de uma hora em deslocamento até o local de trabalho, e o total de pessoas ocupadas nessa faixa etária que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e que retornam diariamente do trabalho, multiplicado por 100.	0,400

Quadro 04 - Descrição e Peso dos Indicadores – Sub-índice IVS Infraestrutura Urbana

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social /IPEA (2015 p.14).

O Quadro 4 descreve os indicadores relativos à dimensão Infraestrutura urbana, a qual procura refletir as condições de acesso a serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana, por serem dois aspectos relacionados ao lugar de domicílio das pessoas que impactam significativamente sua qualidade de vida. No que diz respeito a RMM, as especificidades regionais muito influenciam essa dimensão, considerando a distância entre os lugares, a dispersão dos aglomerados urbanos, a densa floresta e o elevado índice pluviométrico.

Indicador	Descrição	Peso
a) Mortalidade até um ano de idade	Número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida, em cada mil crianças nascidas vivas.	0,125
b) Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola	Razão entre o número de crianças de 0 a 5 anos de idade que não frequentam creche ou escola e o total de crianças nesta faixa etária (multiplicada por 100).	0,125
c) Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola	Razão entre o número de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola e o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100).	0,125
d) Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos	Razão entre o número de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos e o total de mulheres nesta faixa etária (multiplicada por 100).	0,125
e) Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família	Razão entre o número de mulheres que são responsáveis pelo domicílio que não têm o ensino fundamental completo e têm pelo menos um filho de idade inferior a 15 anos morando no domicílio e o número total de mulheres chefes de família (multiplicada por 100). São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.	0,125
f) Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade	Razão entre a população de 15 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100).	0,125
g) Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo	Razão entre o número de crianças de até 14 anos que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo e a população total nesta faixa etária residente em domicílios particulares permanentes (multiplicada por 100).	0,125
h) Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária.	Razão entre as pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e com renda per capita inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e a população total nesta faixa etária (multiplicada por 100). São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.	0,125

Quadro 05 - Descrição e Peso dos Indicadores – Sub- índice IVS Capital Humano

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social /IPEA (2015 p.15).

A dimensão Capital Humano, como é apresentado no Quadro 05, envolve dois tipos de ativos que determinam as perspectivas de futuro dos indivíduos: suas condições de saúde e seu acesso à educação. Neste sentido, foram selecionadas para essa dimensão variáveis que refletem não só a presença atual destes ativos

nos domicílios, mas também as possibilidades de sua ampliação pelas gerações mais jovens.

<b>Indicador</b>	<b>RMM 2000</b>	<b>RMM 2010</b>	<b>PESO</b>
<b>IVS Renda e Trabalho</b>	<b>0,495</b>	<b>0,337</b>	
a) Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010).	55,91	37,41	0,200
b) Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade	21,72	10,47	0,200
c) Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal	44,38	28,69	0,200
d) Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idoso	2,61	1,90	0,200
e) Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade	5,49	7,03	0,200

Quadro 06 – Descrição e Peso dos Indicadores – Sub - índice IVS Renda e Trabalho da RMM em 2000/2010

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social /IPEA (2015 p.15).

Em 2000, o IVS Renda e Trabalho da RMM encontrava-se na classificação de ALTA (0,495) vulnerabilidade, evoluindo para MÉDIA (0,337), em 2010. Todos os outros indicadores desse sub -índice melhoraram, com exceção da letra e (Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade), o qual teve um aumento de 5,49 para 7,03, como podemos observar no Quadro 06.

### **Situação do IVS da Região Metropolitana de Manaus - RMM**

A partir disso, iremos ao primeiro e principal objetivo deste estudo, que é analisar a vulnerabilidade da população residente na RMM, levantando os principais indicadores que compõem o IVS da RMM nas 3 dimensões (Infraestrutura Urbana, Capital Humano, Renda e Trabalho). A leitura dos índices é realizada de acordo com a Faixa de Vulnerabilidade Social.

<b>Indicador</b>	<b>RMM 2000</b>	<b>RMM 2010</b>	<b>PESO</b>
<b>IVS Infraestrutura Urbana</b>	<b>0,579</b>	<b>0,484</b>	
a) Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados.	16,86	9,71	0,300
b) Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo.	9,03	2,00	0,300
c) Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho.	19,81	19,81	0,400

Quadro 07– Descrição e Peso dos Indicadores – Sub-índice IVS Infraestrutura Urbana da RMM em 2000/2010

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social /IPEA (2015 p.15).

No referente ao sub-índice Infraestrutura Urbana, nota-se que a RMM antes apresentava um índice MUITO ALTO de vulnerabilidade em 2000 (0,579) e passou para ALTA vulnerabilidade social em 2010 (0,484), com significativa melhora no percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo e no percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados.

<b>Indicador</b>	<b>RMM 2000</b>	<b>RMM 2010</b>	<b>PESO</b>
<b>IVS Capital Humano</b>	<b>0,604</b>	<b>0,423</b>	
a) Mortalidade até um ano de idade	34,20	17,39	0,125
b) Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola	82,95	67,34	0,125
c) Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola	11,31	6,09	0,125
d) Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos	5,48	4,67	0,125
e) Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família	24,14	22,13	0,125
f) Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade	7,65	4,91	0,125
g) Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo	40,03	22,12	0,125
h) Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária.	18,98	12,52	0,125

Quadro 08 - Descrição e Peso dos Indicadores – Sub- índice IVS Capital Humano da RMM em 2000 e 2010

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social /IPEA (2015 p.15).

É possível notar significativa melhora no IVS Capital Humano da RMM. Em 2000, havia uma vulnerabilidade Muito Alta (0,604), já em 2010, passou para um índice de Alta vulnerabilidade (0,423), reduzindo em quase 50% os índices de mortalidade infantil.

<b>Indicador</b>	<b>RMM 2000</b>	<b>RMM 2010</b>	<b>PESO</b>
<b>IVS Renda e Trabalho</b>	<b>0,495</b>	<b>0,337</b>	
a) Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010).	55,91	37,41	0,200
b) Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade	21,72	10,47	0,200
c) Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal	44,38	28,69	0,200
d) Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idoso	2,61	1,90	0,200
e) Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade	5,49	7,03	0,200

Quadro 09 - Descrição e Peso dos Indicadores – Sub- índice IVS Renda e Trabalho da RMM em 2000/2010

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social /IPEA (2015 p.15).

Fazendo uma análise do Quadro 09, podemos ver que, em 2000, a situação do IVS Renda e Trabalho da RMM era ALTA (0,495), evoluindo para MÉDIA (0,337), em 2010, em termos de porcentagem, essa diminuição representou 32% dentro do período de uma década.

A diminuição da vulnerabilidade nessa dimensão expressa que a população residente na RMM está conseguindo alcançar maiores níveis de renda, em 2000, a proporção de pessoas com renda igual ou inferior a meio salário era 55,91, ou seja, bastante alta, e passou para 37,41, em 2010. Apesar da redução, para uma região como a RMM esse número ainda é considerado significativo, visto que a proporção de pessoas que vive com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo ainda representa mais de um quarto da população.

É possível verificar no item b que a taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade também reduziu para mais da metade, isso significa que a população está mais ocupada e, considerando a diminuição do percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal, os residentes da RMM estão mais escolarizados e trabalhando em empregos formais, o que consequentemente afeta positivamente o item d, visto que



os agentes estão mais empregados e menos dependentes, o percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e dependentes de idoso também reduz.

Quase todos os indicadores dessa dimensão melhoraram, com exceção da letra e, que é o indicador que se refere a taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade. Esse indicador teve um aumento de 5,49 para 7,03, isso mostra que o trabalho infantil é uma realidade dentro do contexto metropolitano de Manaus e, ainda, que a situação se ampliou dentro do período de uma década.

No geral, Apesar dos municípios que integram a RMM serem líderes em carência no Brasil, no período de uma década houve uma evolução de 26% no Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). Ressaltamos que em 2000 o IVS da RMM era classificado como uma região de MUITO ALTA vulnerabilidade social (0,560). Para o ano de 2010, a evolução foi de 26%, ainda classificada como de ALTA vulnerabilidade (escala de 0,400 a 0,500).

Ano	IVS	IVS Infraestrutura Urbana	IVS Capital Humano	IVS Renda e Trabalho
2000	0,560	0,579	0,604	0,495
2010	0,415	0,484	0,423	0,337

Tabela 01 – Índice de vulnerabilidade Social da RMM e suas dimensões

Fonte: AVS, IPEA (2017)

Se analisarmos o IVS Infraestrutura Urbana a evolução de 2000 para 2010 foi de aproximadamente 16%, ficando na escala como de ALTA vulnerabilidade, pois situa-se entre (0,400 a 0,500). Quando analisamos o IVS Capital Humano, percebemos que o mesmo apresentou uma variação de aproximadamente 30% de grande expressividade para uma região considerada de elevador indicador de demanda reprimida para a formação acadêmica e profissional. Apesar da variação, a classificação desta dimensão encontra-se definido de ALTA vulnerabilidade (escala de 0,400 a 0,500). Quando analisamos a última dimensão do quadro de vulnerabilidade Social da RMM definida como IVS Renda e Trabalho, o indicador de 2000 foi de 0,465 e para 2010 o indicador apresentado foi 0,337 (variação de 32%) observamos que esta é a única que encontra-se na classificação de vulnerabilidade MEDIA (escala entre 0,300 a 0,400).

A seguir, apresentaremos os resultados parciais da taxa de Prosperidade Social da Região Metropolitana de Manaus – RMM.

## Taxa de Prosperidade Social da Região Metropolitana de Manaus - RMM

Como já foi visto anteriormente, a análise integrada do desenvolvimento humano com a vulnerabilidade social oferece o que se denomina aqui de Taxa de Prosperidade social.

Região Metropolitana	Ano	Prosperidade Social
Manaus	2000	Muito Baixo
Manaus	2010	Médio

Quadro 10 – Prosperidade Social da RMM 2000/2010

Fonte: AVS, IPEA (2017)

Com base no AVS, a Prosperidade Social na Região Metropolitana de Manaus melhorou em 2000 o nível de Prosperidade Social era MUITO BAIXO evoluindo para MÉDIO no ano de 2010.

RMM	IVS	IDHM
2000	0,560	0,585
2010	0,415	0,720

Tabela 02 – IVS e IDHM 2000/2010, Prosperidade Social na RMM.

Fonte: AVS, IPEA (2017).

Isso se comprova através da análise tanto do IDHM, que aumentou, como do IVS, que diminuiu, configurando um desenvolvimento mais próspero e menos vulnerável na RMM.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve o propósito de analisar a vulnerabilidade da população da RMM, levantando os principais indicadores que compõem o IVS e seu comparativo com o IDHM, bem como a Taxa de Prosperidade Social e seu impacto do modelo Zona Franca de Manaus e a contribuição desta para a redução da vulnerabilidade social. Lembrando que a Região Metropolitana de Manaus – RMM apesar de ser uma das mais novas regiões metropolitanas brasileiras apresenta inúmeros desafios dado o contexto regional.

Primeiramente, verificamos o IDHM da RMM nos anos de 2000 e 2010, observou-se um grande aumento populacional e, ainda, um grande aumento do PIB dessa região, a qual é responsável por uma parcela bem grande do total estadual. No geral, tanto o IDHM agregado como em cada uma das suas dimensões apresentaram um aumento ao longo desses dez anos, dado o período analisado que foi de 2000 a 2010.

Depois disso, identificamos a descrição e os pesos dos Indicadores do IVS, além de fazer uma comparação entre o IDH e o IVS, e a partir disso identificou-se que o IVS é um produto mais detalhado que se correlaciona, dialoga e complementa o IDHM, ampliando as possibilidades de análise acerca dos fenômenos que concorrem para a determinação das condições de vida das populações em seus territórios de moradia.

Assim, enquanto o IDHM aponta para a disponibilidade de recursos e condições necessárias para o alcance de um patamar mínimo de bem-estar pelas populações, o IVS, ao contrário, denuncia a ausência ou insuficiência destes recursos e condições, no mesmo território. Ressalta-se que o IVS é composto por um número maior e mais diversificado de variáveis.

E, finalmente, verificamos a situação da Região Metropolitana de Manaus - RMM, no que tange os anos de 2000 e 2010. No geral, nota-se uma melhora tanto no IVS da RMM, bem como em cada uma das suas dimensões. Além disso, identificamos a ocorrência de uma Prosperidade Social, ou seja, um aumento do IDHM e uma diminuição do IVS.

Mas, por que, então, a RMM é a que tem maior vulnerabilidade social das 12 regiões analisadas pelo IPEA e, além do mais, tem municípios líderes em carência no Brasil?

Vimos que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a competência e poder de criar regiões metropolitanas aos estados, dando espaço a possibilidade de distorções, havendo casos de não atendimento aos principais conceitos definidores do que seja Região Metropolitana. Nota-se que esse é o caso da RMM, a qual diferencia-se de “região metropolitana” em seu conceito clássico, considerando, que, não há conurbação de seus espaços urbano e o baixo nível de integração entre os municípios que a compõe. Esses fatores, não só produzem como também contribuem a reprodução e intensificação da vulnerabilidade social, uma vez que dificulta o acesso a serviços básicos que implicam em uma baixa qualidade de vida dessa população, tornando-as mais vulneráveis.

Levando em consideração que a vulnerabilidade se caracteriza através da segregação, seja ela socioeconômica ou territorial, uma das primeiras barreiras a ser superada é essa falta de integração entre os municípios da RMM. Por isso, faz-se necessário promover um plano de mobilidade urbana entre eles, com o

objetivo de melhorar o deslocamento da população e o acesso a serviços básicos, como, redes de abastecimento de água, de serviços de esgotamento sanitário e coleta de lixo no território, diminuindo, dessa forma, a vulnerabilidade em termos de Infraestrutura Urbana.

A educação se mostra um investimento chave para superar a vulnerabilidade, no que se refere, sobretudo, ao Capital Humano e Renda e Trabalho, considerando que um de seus conceitos inclui a incapacidade de uma pessoa ou domicílio em se aproveitar da estrutura de oportunidades disponíveis na sociedade, o acesso à educação impacta diretamente na população vulnerável, pois garante uma melhor qualificação e uma maior competitividade para entrada no mercado de trabalho.

Da mesma forma, investir em saúde é essencial, lembrando que esta é um requisito para o desenvolvimento econômico, pois garante uma maior expectativa e uma melhor qualidade de vida para a população, além de assegurar que o indivíduo esteja saudável para exercer o trabalho e garantir sua renda.

Por fim, é necessário, também, realizar a gestão compartilhada no contexto metropolitano, equilibrando interesses e demandas de toda a ordem, a fim de diminuir as desigualdades entre os municípios fazendo um plano de desenvolvimento urbano integrado que englobe todos eles.

Tudo isso nos leva a pensar, que, apesar da região metropolitana ter superado muitas das suas vulnerabilidades, ainda é necessário fazer ajustes, que apresentem melhora não só nos índices como no cotidiano da população que habita esta região do país.

## REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Perfil da Região Metropolitana de Manaus**. Amazonas. SEPLAN, 2015. Disponível em < <http://www.seplancti.am.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Perfil-da-Regiao-Metropolitana-da-Manaus.pdf> >. Acesso em 25 fev. 2020

ATLAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL. IPEA, 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em 19 de dezembro de 2019.

ATLAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL. IPEA, 2017. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em 19 de dezembro de 2019.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2014. Disponível em: < <http://www.secid.ma.gov.br/files/2015/04/Atlas-do-Desenvolvimento-Humanonas-Regi%C3%B5es-Metropolitanas.pdf> >. Acesso em 12 nov. 2019.

CHAMBERS, R. Vulnerability, coping and policy. *IDS Bulletin*, v.20, n.2, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil, Municípios, Amazonas. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/> > Acesso em: 22 fev.2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, **Atlas da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**. IPEA, 2015. Disponível em: < [http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/lvs/publicacao\\_atlas\\_ivs\\_rm.pdf](http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/lvs/publicacao_atlas_ivs_rm.pdf) >. Acesso em: 12 nov. 2019.

KATZMAN, R. **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay**. Santiago de Chile, OIT- Ford. 1999.

MOYA, Maria Encarnación. **Trajetórias e transições da questão social no brasil urbano: viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. Novos Estudos - CEBRAP, n.86, p.207-217, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a13.pdf>>. Acesso em 19 mar, 2020.

ONU. Faixas do Desenvolvimento Humano. 2010. Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/idhm/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/). Acesso em 25 de dezembro de 2019.

SANTOS, Tiago Veloso dos. **Metrópole e Região na Amazônia: trajetórias do planejamento e da gestão metropolitana em Belém, Manaus e São Luís**. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 2015. Pará. Anais do XI- ENANPEGE. Pará: IFPA, 2015. SÃO PAULO (Estado). Secretaria Municipal de Assistência Social. Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo. São Paulo, 2004. Disponível em:<[http://web.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/arquivos/Mapa\\_da\\_Vulnerabilidade\\_social\\_da\\_pop\\_da\\_cidade\\_de\\_Sao\\_Paulo\\_2004.pdf](http://web.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/arquivos/Mapa_da_Vulnerabilidade_social_da_pop_da_cidade_de_Sao_Paulo_2004.pdf)>. Acesso em 19 mar, 2020.

SOUSA, Isaque dos Santos. **A ponte Rio Negro e a Região Metropolitana de Manaus: adequações no espaço urbano-regional à reprodução do capital**. São Paulo, 2013. Disponível em<[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12082013-115623/publico/2013\\_IsaqueDosSantosSousa.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12082013-115623/publico/2013_IsaqueDosSantosSousa.pdf)> Acesso em: 10 mar. 2020.

# CAPÍTULO 2

## A FLORESTA RICA, POPULAÇÃO POBRE: FOME E POBREZA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

*Data de aceite: 01/08/2020*

### **Michele Lins Aracaty e Silva**

Doutora em Desenvolvimento Regional, Economia e Meio Ambiente pela Universidade de Santa Cruz do Sul - (UNISC)  
Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)  
Economista. Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM  
e-mail: [michelearacaty@ufam.edu.br](mailto:michelearacaty@ufam.edu.br)  
<http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>  
<https://orcid.org/0000-0002-8939-3220>

### **Francilene da Silva Franco**

Discente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)  
e-mail: [francilene.s.franco@gmail.com](mailto:francilene.s.franco@gmail.com)  
<http://lattes.cnpq.br/6939136640014550>  
<https://orcid.org/0000-0001-7489.8157>

**RESUMO:** Tratar de vulnerabilidade é analisar a fome, a pobreza e a extrema pobreza que acomete parte significativa da população brasileira em especial as regiões mais vulneráveis como a Região Norte do Brasil, nosso objeto de estudo. Este trabalho foi motivado após a leitura do livro Geografia da Fome de 1946, e apresenta como objetivo analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza da população residente na Região Norte, bem como levantar os principais indicadores que compõem o IVS, analisar a pobreza e a extrema pobreza da população com base no Mapa da Fome, bem como analisar o risco alimentar e a taxa de prosperidade social regional. Para

tanto, este estudo está baseado em pesquisa bibliográfica e documental com o uso de dados secundários do IBGE, ONU e IPEA, analisando os indicadores socioeconômicos: IVS, IDHM, Pobreza, Extrema Pobreza, Fome, Renda Per Capita, Índice de Gini e Prosperidade Social. Os resultados mostram que a Região Norte do Brasil, apresentou muitos avanços em relação aos indicadores analisados, o IVS está na classificação BAIXO, o IDHM encontram-se na classificação ALTO, a pobreza na região atinge 11,8% da população (8.030.806) e 2.174.856 de pessoas encontram-se em situação de extrema pobreza, a Renda Per Capita regional é de R\$ 245,00 para os 40% mais pobres e de R\$ 4.514,00 para os 10% mais ricos e o Índice de Gini é de 0,6237 onde caracteriza a região como uma das mais desiguais do Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vulnerabilidade, Pobreza; Mapa da Fome, Região Norte.

### **INTRODUÇÃO**

O termo vulnerabilidade tem sido utilizado com mais frequência após o agravamento da crise econômica brasileira, mas a vulnerabilidade nunca deixou de ser uma realidade para uma parte significativa da população brasileira que necessita de alimento, moradia, saneamento básico, água tratada, coleta de lixo, saúde, educação dentre outras necessidades indispensável à dignidade humana e subsistência.

Tratar de vulnerabilidade é analisar a fome, a pobreza e a extrema pobreza que

acomete parte significativa da população brasileira em especial as regiões mais vulneráveis como a Região Norte do Brasil, nosso objeto de estudo, e abrir os olhos para uma parte significativa da população brasileira.

Há 73 anos, Josué de Castro lançava a sua obra mais importante, “A Geografia da Fome” (1946), na qual fazia uma análise do problema da fome no país e sua relação com fatores socioeconômicos. Conseguiu contextualizar o drama da fome perpassando desde a colonização até a sua época e ainda assim torná-lo um debate atual. Agregou diversas áreas do conhecimento para explicar um fenômeno que não se resume em problemas agrários, mas sim sociais, políticos e econômicos. Hoje, anos após a sua morte, a fome volta a ser objeto de amplo debate por institutos de pesquisa e precisa urgentemente entrar na pauta de políticas públicas prioritárias.

Ressaltamos que a leitura do livro de Josué de Castro, “Geografia da Fome” foi o motivador para o início deste trabalho de pesquisa e norteou inúmeros outros trabalhos já publicados visto a necessidade de aprofundamento em relação à problemática.

Combinada ao fator crise econômica, temos o alerta da ONU de que o Brasil após sair do mapa da fome em 2014, corre o risco de voltar a fazer parte deste, uma vez que houve um aumento de 52% da quantidade de pessoas que encontram-se em situação de pobreza ou extrema pobreza, são aproximadamente 11,8 milhões de brasileiros, dados de 2017.

De acordo com uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as regiões Norte e Nordeste são reais concentradoras de um percentual expressivo da população que não se alimenta direito e até passa fome (dados do suplemento Segurança Alimentar), elaborado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, em alguns estados destas regiões o % de população em condição de vulnerabilidade social chega a quase 50% e são dependentes de programas de transferência de renda.

De acordo com o IBGE (2019), a fome é uma realidade para cerca de 7 milhões de pessoas no Brasil. Além disso, existem, ainda, mais de 40 milhões de pessoas que não comem a quantidade mínima necessária para uma alimentação adequada, apresentando, por isso, problemas de nutrição, desempenho escolar, faltas constantes ao trabalho e necessidade de acompanhamento médico.

Ainda segundo o IBGE (2019), em todos os estados do Norte e do Nordeste, os domicílios estavam abaixo da média nacional de 69,8% em relação à alimentação adequada. No Norte, o percentual registrado foi de 40,3% e no Nordeste, de 46,1% dos domicílios. No Sul e no Sudeste, os percentuais foram de 18% e 23,3%.

No Norte e no Nordeste, a fome foi constatada em 9,2% e em 9,3% das residências, respectivamente, sendo que, no Maranhão e no Piauí, nem metade dos domicílios estava dentro dos parâmetros de segurança alimentar. No Sul e no

Sudeste, o percentual registrado foi inferior a 3%.

Essa população que enfrenta cotidianamente a fome e que se encontram em condição de pobreza ou extrema pobreza concentra-se em territórios de alta vulnerabilidade social os quais apresentam menor cobertura de abastecimento de água potável, insuficiente ou inexistente sistema de esgotamento sanitário, ausência de coleta de lixo, população com renda per capita inferior a maio salário mínimo, elevado índice de mortalidade infantil, número expressivo de crianças e adolescentes que não frequentam a escola, elevado número de mulheres jovens com filhos, elevado percentual de mulheres responsáveis pela renda familiar e chefes de família, elevada taxa de analfabetismo e um número significativo de adultos que não trabalham e nem estudam.

Trata-se, infelizmente, de um cenário muito comum para estas regiões do Brasil (Norte e Nordeste) que juntas apresentam os mais elevados indicadores de vulnerabilidade do país de acordo com dados dos relatórios do Atlas da vulnerabilidade social disponibilizado pelo IPEA para os anos de 2000 a 2017.

Em relação à pobreza e extrema pobreza, segundo dados do IBGE (2019), no Brasil 54,8 milhões de pessoas estão em situação de pobreza e 15,3% em situação de extrema pobreza. Na Região Norte, 11,8% da população encontra-se em situação de extrema pobreza, um total de 2.174.856 de pessoas. Já em relação à pobreza, em toda a região o total de pessoas nessa condição é de aproximadamente 8.030.806 (26,5% a 47,8%).

Os Estados da Região Norte, apresentam rendimento médio Per Capita inferior à média apresentada no país, tanto dos 40% mais pobres como para os 10% mais ricos. Sendo no Estado do Acre o menor rendimento dos 40% mais pobres (R\$ 200,00) e o no Estado do Pará o menor rendimento para os 10% mais ricos (R\$ 3,681,00).

O Índice de Gini dos estados que compõem a Região Norte do Brasil varia entre 0,5 e 0,6 em todos os estados e ao longo dos anos analisados (1991, 2000 e 2010), isso demonstra um elevado grau de concentração de renda pois quando mais próximo de 1, maior a desigualdade. Ademais, como veremos a seguir, existe uma lacuna muito grande entre o menor e o maior rendimento (40% mais pobres e 10% mais ricos) per capita o que acentua a desigualdade.

Para tanto, esta pesquisa está baseada em material de cunho bibliográfico e documental com o uso de dados secundários, especificamente informações disponíveis pelo IBGE, ONU (Mapa da Fome), Atlas de Desenvolvimento Humano - ADH) e IPEA, Índice de Vulnerabilidade Social - IVS da Região Norte do Brasil, além de livros e artigos considerados relevantes e que contribuirão para a pesquisa.

Tendo como objetivo analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza da população residente na Região Norte, levantar os principais indicadores



que compõem o IVS, analisar a pobreza e a extrema pobreza da população com base no Mapa da Fome, bem como analisar o risco alimentar e a taxa de prosperidade social regional.

Assim, este artigo encontra-se dividido em: Introdução, seguido da Revisão da Literatura, Aspectos Metodológicos, Análise de Dados e Resultados, Conclusões e Recomendações e foi fim, as Referências utilizadas para a sua construção.

## **REVISÃO DA LITERATURA**

### **Josué de Castro e a Geografia da Fome**

De acordo com Vasconcelos (2008), Josué de Castro nasceu em 5 de setembro de 1908, em Recife - PE. Filho de um agricultor do Sertão Nordestino que em 1877, em função da seca, migrou para a capital, viveu sua infância e adolescência em um bairro pobre, às margens do rio Capibaribe. Em 1929, após concluir o Curso de Medicina da Universidade do Brasil, retornou ao Recife para dar início a uma consagrada trajetória político-intelectual, dedicada, particularmente, à complexa e paradoxal problemática da fome e suas formas de enfrentamento.

Inda para o autor (2008), como médico, professor e sociólogo brasileiro e partindo de sua experiência pessoal (oriundo do Nordeste brasileiro), publicou uma extensa obra composta por mais de 200 títulos, que discute distintas investigações, com destaque para: Geografia da fome (1946), geopolítica da fome, Sete palmas de terra e um caixão e Homens e caranguejos. A trajetória intelectual de Josué de Castro se confunde com a agenda política do Brasil, por fundamentarem discussões que se fundem com os marcos da Política de Segurança Alimentar no Brasil.

Para Vasconcelos (2008, p.1), o brasileiro Josué de Castro se destacou no cenário internacional, exerceu a Presidência do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), foi também Embaixador brasileiro junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e foi indicado ao Nobel da Paz nos anos de 1953, 1963, 1964 e 1965.

### **Vulnerabilidade Social: Definição**

Para Monteiro (2011), o tema da vulnerabilidade social não é novo, uma vez que essa terminologia vem sendo usualmente aplicada por cientistas sociais de diferentes disciplinas há bastante tempo. O tema caracteriza-se por um complexo campo conceitual, constituído por diferentes concepções e dimensões que podem voltar-se para o enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, entre tantos outros. Ainda que essa temática venha sendo trabalhada ao longo de anos, cabe salientar que ela consiste em um conceito em construção, tendo em vista sua

magnitude e complexidade.

A emergência da temática da vulnerabilidade social se dá nos anos 90, a partir do esgotamento da matriz analítica da pobreza, que se reduzia a questões econômicas. Essa tendência vem sendo difundida, sobretudo por organismos internacionais, entre estes destacam-se Organização das Nações Unidas-ONU, Banco Mundial e CEPAL, para a consolidação de políticas sociais, afirma Monteiro (2011).

Ainda segundo o autor (2011), os primeiros trabalhos ancorados na perspectiva da vulnerabilidade social foram desenvolvidos, motivados pela preocupação de abordar de forma mais integral e completa não somente o fenômeno da pobreza, mas também as diversas modalidades de desvantagens social. Assim, essa categoria de vulnerabilidade diz respeito à própria estrutura da sociedade, de direitos e acessos desiguais.

Para Chambers (1989) apud Recio (2010), os principais elementos caracterizadores da vulnerabilidade social são: a exposição de um indivíduo ou grupo a determinados riscos, a capacidade desse em enfrentá-los, assim como a potencialidade desses riscos em trazer sérias consequências aos afetados.

## Índice de Vulnerabilidade Social - IVS

Segundo o IPEA, o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS foi construído com base em indicadores que revelam fragilidades sociais a partir de fatores como contextos de trabalho e renda, educação e saúde, condições de transporte, habitação e saneamento dos municípios e das regiões metropolitanas brasileiras entre os anos de 2000 e 2017.

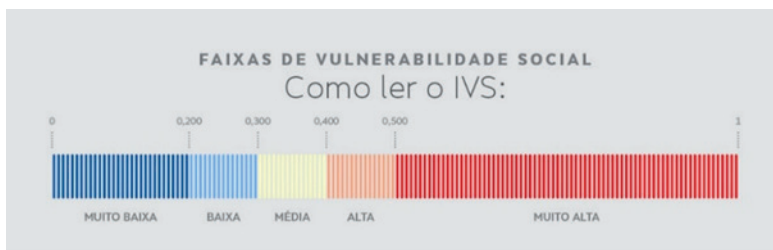


Figura 1 – Faixas do IVS

Fonte: AVS, IPEA (2019)

A Figura ilustra a forma de ler o IVS. Percebe-se que quanto mais próximo de 0, menor é a vulnerabilidade e quanto mais próximo de 1, maior a vulnerabilidade.

Entretanto, a partir de 0,500 já é muito alta, ou seja, já pode ser considerada uma extrema vulnerabilidade.

No Quadro a seguir, podemos observar o Índice de Vulnerabilidade Social da Região Norte do Brasil, objeto deste estudo.

Período	IVS	Classificação
2000	0.570	MUITO ALTA
2010	0.438	ALTA
2011	0.346	MÉDIA
2012	0.317	MÉDIA
2013	0.325	MÉDIA
2014	0.296	BAIXA
2015	0.298	BAIXA
2016	0.284	BAIXA
2017	0.283	BAIXA

Quadro 1: Índice de Vulnerabilidade Social da Região Norte do Brasil (2000 a 2017)

Fonte: IPEA (2019)

Levando-se em consideração a apresentação da escala de vulnerabilidade apresentada na Figura 1, e observando os dados apresentados no Quadro 1, observamos que: entre os anos de 2000 até 2010 a vulnerabilidade social da Região Norte do Brasil estava na escala de MUITO ALTA e ALTA, de 2011 até 2013 a vulnerabilidade iniciou um processo de queda, e na escala encontrava-se em MÉDIA vulnerabilidade. Percebemos ainda que, de 2014 até o último ano de levantamento que foi 2017, a vulnerabilidade vem diminuindo e hoje encontra-se na escala de BAIXA vulnerabilidade.

## Atlas da Vulnerabilidade Social – AVS

Segundo o IPEA (2015), o Atlas da Vulnerabilidade Social - AVS possibilita a consulta, em vários formatos de dados, sobre a temática da vulnerabilidade social, estimulando e facilitando a produção de análises e informações para os mais diversos perfis de usuários. A plataforma oferece um panorama da vulnerabilidade e da exclusão social dos municípios, estados e regiões metropolitanas. Sua relevância vem justamente da capacidade de fornecer informações sobre a unidade político-administrativa mais próxima do cotidiano dos cidadãos: o município.

O AVS colabora na consolidação de um diálogo informado e embasado sobre pobreza a partir de um conceito cada vez mais em pauta em se tratando de políticas públicas – a Vulnerabilidade Social. O AVS é, portanto, um instrumento de estímulo

ao uso de dados socioeconômicos para a análise da nossa sociedade como um todo.

## Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é um dado utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para analisar a qualidade de vida de uma determinada população. Os critérios utilizados para calcular o IDH são: grau de escolaridade: média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará matriculada; Renda: Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, baseada na paridade de poder de compra dos habitantes; Nível de Saúde: Baseia-se na expectativa de vida da população, reflete as condições de saúde e dos serviços de saneamento ambiental.

O IDHM é um número que varia entre 0 e 1, assim como ilustra a figura 5. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH.

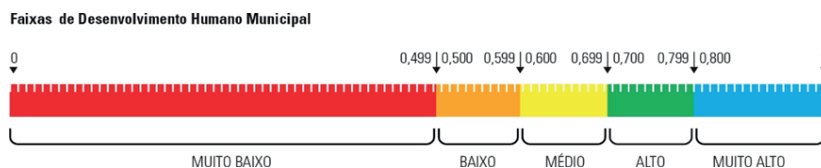


Figura 2 – Faixas do Desenvolvimento Humano Municipal

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

No Quadro 2, podemos observar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Região Norte do Brasil, objeto deste estudo.

Período	IDHM	Classificação
2000	0.559	BAIXO
2010	0.671	MÉDIO
2011	0.690	MÉDIO
2012	0.695	MÉDIO
2013	0.707	ALTO
2014	0.715	ALTO
2015	0.713	ALTO
2016	0.713	ALTO
2017	0.719	ALTO

Quadro 2- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Região Norte do Brasil(2000 a 2017)

Fonte: IPEA (2019)

Como podemos observar no Quadro 2, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Região Norte do Brasil, segundo dados do IPEA vem apresentando melhora ao longo dos anos analisados, mas está longe do ideal. Uma vez que ainda temos muitas melhorias a serem observados se analisarmos as dimensões: infraestrutura urbana, capital humano renda e trabalho.

Vale ressaltar que quanto mais próximo de 1, melhores são as condições de saúde, educação e renda.

## **Síntese de Indicadores Sociais - SIS**

De acordo com o IBGE (2019), o Síntese de Indicadores Sociais (SIS) analisa a qualidade de vida e os níveis de bem-estar das pessoas, famílias e grupos populacionais, a efetivação de direitos humanos e sociais, bem como o acesso a diferentes serviços, bens e oportunidades, por meio de indicadores que visam contemplar a heterogeneidade da sociedade brasileira sob a perspectiva das desigualdades sociais.

## **Pobreza e Pobreza Extrema**

Segundo Barros et. al (2000), a pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal. Contudo, podemos afirmar que se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Assim, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a esta medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite a uma sociedade específica considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor.

Já a população na condição de pobreza extrema aumentou em 13%, saltando de 13,5 milhões para 15,3 milhões no mesmo período. Do total de brasileiros, 7,4% estavam abaixo da linha de extrema pobreza em 2017. Em 2016, quando a população era estimada em cerca de 205,3 milhões, esse percentual era de 6,6%.

Segundo o IBGE, é considerada em situação de extrema pobreza quem dispõe de menos de US\$ 1,90 por dia, o que equivale a aproximadamente R\$ 140 por mês. Já a linha de pobreza é de rendimento inferior a US\$ 5,5 por dia, o que corresponde a cerca de R\$ 406 por mês. Essas linhas foram definidas pelo Banco Mundial para acompanhar a pobreza global.

UF	População Estimada	Pobreza		Extrema Pobreza	
		%	Quantidade	%	Quantidade
Acre	881.935	11,8	104.068	47,8	421.565
Amapá	845.731	11,8	99.796	45,9	388.191
Amazonas	4.144.597	11,8	489.062	47,8	1.981.117
Pará	8.602.865	11,8	1.015.138	46,0	3.957.318
Rondônia	1.777.225	11,8	209.713	26,5	470.965
Roraima	605.761	11,8	71.480	36,1	218.680
Tocantins	1.572.866	11,8	185.598	32,7	592.970
<b>Total</b>	<b>18.430.980</b>		<b>2.174.856</b>		<b>8.030.806</b>

Quadro 3 – População em Situação de Pobreza e Extrema Pobreza da Região Norte do Brasil (por UF)

Fonte: Dados do IBGE, SIS (2019) e IBGE (2019)

No Quadro 3, podemos observar a quantidade de população da Região Norte do Brasil considerada pobre ou na extrema pobreza. O Estado do Pará, mais populoso tem uma população pobre de aproximadamente 1.015.138 pessoas e com 46,8% na extrema pobreza, equivale a 3.957.318 pessoas. O Estado do Amazonas aparece um segundo lugar. Já o Estado de Roraima tem um total de 71.480 pessoas na faixa da pobreza e o Estado do Rondônia, com 470.965 em situação de extrema pobreza.

Assim, se levarmos em consideração que o equivalente a 11,8% da população da Região Norte do Brasil encontra-se em situação de extrema pobreza, temos um total de 2.174.856 de pessoas.

## Desigualdade, Concentração de renda e Situação de Pobreza no Brasil

Segundo Barros et. al (2000), o Brasil, nas últimas décadas, tem sido alvo de uma tendência de agravamento de enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. Um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso às condições mínimas de dignidade e cidadania.

Temas como desigualdade e concentração de renda necessitam de pesquisas e debates a respeito, visto que de acordo com Campello et al. (2018, p.3) “Uma parcela expressiva da população vem vivendo à margem de condições mínimas de vida. Elevá-las a um patamar de dignidade não pode ser considerado um valor secundário no debate sobre desigualdade”. Para Barros et al. (2001, p.6) o Brasil é um país desigual que possui o desafio histórico de encarar uma herança de justiça social, a qual parte significativa da sua população está excluída do acesso as

condições mínimas de dignidade e cidadania.

### **Coeficiente de Gini: Indicador de Desigualdade**

Criado pelo matemático italiano Conrado Gini, o Índice de Gini é uma ferramenta para efetuar a medição do grau de concentração de renda em determinado grupo. Indica a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (é possível que alguns autores e/ou instituições apresentem de zero a cem), onde zero corresponde a situação ideal de igualdade onde todos possuem a mesma renda, o valor um ( ou cem) representa o oposto, o máximo de desigualdade, onde uma pessoa possui toda a renda (IPEA,2004, p.80).

A Seguir, teremos o Índice de Gini da renda domiciliar Per Capita referente aos Estados da Região Norte do Brasil por Unidade da Federação.

UF	1991	2000	2010
Acre	0,6259	0,6477	0,6394
Amapá	0,5850	0,6318	0,6157
Amazonas	0,6282	0,6823	0,6664
Pará	0,6206	0,6512	0,6260
Rondônia	0,6155	0,6110	0,5686
Roraima	0,6216	0,6202	0,6398
Tocantins	0,6331	0,6550	0,6099

Quadro 4 - Índice de Gini da Renda Domiciliar Per Capita da Região Norte do Brasil

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010

Como podemos observar no Quadro 4, o Índice de Gini dos estados que compõem a Região Norte do Brasil variam entre 0,5 e 0,6 em todos os estados e ao longo dos anos analisados (1991, 2000 e 2010), isso demonstra um elevado grau de concentração de renda pois quando mais próximo de 1, maior a desigualdade. Ademais, como veremos a seguir, existe uma lacuna muito grande entre o menor e o maior rendimento (40% mais pobres e 10% mais ricos) per capita o que acentua a desigualdade.

O índice mede o grau de concentração de renda em um grupo, apontando a

diferença entre os rendimentos dos mais pobres e os dos mais ricos. Ele varia de 0 a 1. Quanto maior o número, maior a desigualdade.

No Quadro 5, a seguir, podemos observar o Rendimento Médio Per Capita dos estados que compõem a Região Norte do Brasil em comparação ao Rendimento Médio Nacional. De uma forma geral, todos os estados da Região Norte, apresentam rendimento médio abaixo do apresentado para o país, tanto dos 40% mais pobres como para os 10% mais ricos. Sendo no Estado do Acre o menor rendimento dos 40% mais pobres (R\$ 200,00) e o no Estado do Pará o menor rendimento para os 10% mais ricos (R\$ 3,681,00).

	<b>40% mais pobres</b>	<b>10% mais ricos</b>	<b>Diferença</b>
Brasil	376,00	6.629,00	6.253,00
Região Norte	245,00	4.514,00	4.269,00
Acre	200,00	4.422,00	4.222,00
Amapá	291,00	5.292,00	5.001,00
Amazonas	214,00	6.446,00	6.252,00
Pará	225,00	3.681,00	3.456,00
Rondônia	368,00	3.724,00	3.356,00
Roraima	291,00	5.177,00	4.886,00
Tocantins	323,00	4.386,00	4.063,00

Quadro 5 – Rendimento Médio Per Capita da Região Norte do Brasil

Fonte: IBGE (2018)

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos deste trabalho são de uma pesquisa de base qualitativa, com o objetivo de entender a relação teórica acerca da vulnerabilidade social, a fome, a pobreza e a extrema pobreza da Região Norte do Brasil, com base nos indicadores socioeconômicos

Em relação aos fins, esta pesquisa foi definida como exploratória, visto que buscou obter maiores informações sobre o assunto do tema por meio de material já publicado e de domínio público.

Quanto ao material utilizado para a construção da pesquisa, fez-se uso de material de caráter bibliográfico para a construção da base teórica sobre vulnerabilidade, pobreza, concentração de renda e demais conceitos e definições que fizeram parte da base conceitual deste trabalho. Quanto aos documentos, trabalhou-se com material disponibilizados pelo IBGE, IPEA e pela ONU.

Para a análise dos dados, fizemos uma análise direta com base nos



indicadores do IVS, IDHM, Índice de Gini, Renda Per Capita, Dados sobre a Fome, Pobreza e Extrema Pobreza, Valor da Cesta Básica e Dependência da população acerca dos programas de transferência de renda, tais dados foram apresentados através de quadros e tabelas.

## ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

Tendo como objetivo analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza da população residente na Região Norte, levantar os principais indicadores que compõem o IVS, analisar a pobreza e a extrema pobreza da população com base no Mapa da Fome, bem como analisar o risco alimentar e a taxa de prosperidade social da Região Norte do Brasil, teremos a seguir a análise dos indicadores socioeconômicos:

Período	IVS	IVS Infraestrutura Urbana	IVS Capital Humano	IVS Renda e Trabalho
2000	0.570	0.594	0.668	0.449
2010	0.438	0.419	0.469	0.424
2011	0.346	0.302	0.379	0.358
2012	0.317	0.255	0.374	0.322
2013	0.325	0.294	0.363	0.318
2014	0.296	0.243	0.339	0.306
2015	0.298	0.223	0.348	0.323
2016	0.284	0.208	0.286	0.358
2017	0.283	0.207	0.283	0.358

Quadro 6 - IVS das Três Dimensões dos Estados da Região Norte do Brasil (2000 a 2017)

Fonte: IPEA (2019)

Como podemos observar no Quadro 6, em relação ao IVS no ano 2000 este estava na escala considerado MUITO ALTO (0.570) no ano 2000, mas se formos analisar a evolução para o ano de 2017, este encontra-se na escala classificado como BAIXA (0.283) uma redução substancial.

Se analisarmos o IVS Infraestrutura Urbana o processo evolutivo foi muito semelhante. No ano de 2000, MUITO ALTO (0.594) e para o ano de 2017, BAIXA (0.207).

O mesmo raciocínio será realizado para a dimensão IVS Capital Humano. No ano de 2000, MUITO ALTO (0.668), mas em comparação ao ano de 2017, último ano disponibilizado pelo IPEA, percebemos uma melhora visto que o indicador já apresenta esta dimensão com a classificação de BAIXA (0.283).

Para a última dimensão analisada, Renda e Trabalho a mesma análise é realizada visto que também acompanhou a evolução de redução de vulnerabilidade. Saindo de (0.449) ALTA no ano 2000 e passando a (0.358) no ano de 2017, para MÉDIA.

Ou seja, se formos comparar os anos de 2000 e 2017 nas três dimensões analisadas, sendo elas: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho teremos a seguinte evolução apresentada no Quadro 8:

Período	IVS Infraestrutura Urbana		IVS Capital Humano		IVS Renda e Trabalho	
	2000	0.594	MUITO ALTA	0.668	MUITO ALTA	0.449
2017	0.207	BAIXA	0.283	BAIXA	0.358	MÉDIA

Quadro 7- Classificação do IVS e suas Dimensões (2000 – 2017)

Fonte: IPEA, 2019

Iniciaremos a partir deste momento a análise das três dimensões do IDHM da Região Norte do Brasil nos anos de 2000 e 2010, IDHM longevidade, IDHM educação e IDHM renda.

Estado	Período	IDHM longevidade		IDHM educação		IDHM renda	
Acre	2000	0.694	MÉDIO	0.325	MUITO BAIXO	0.612	MÉDIO
	2017	0.821	MUITO ALTO	0.682	MÉDIO	0.664	MÉDIO
Amapá	2000	0.711	ALTO	0.424	MUITO BAIXO	0.638	MÉDIO
	2017	0.820	MUITO ALTO	0.710	ALTO	0.695	MÉDIO
Amazonas	2000	0.692	MÉDIO	0.324	MUITO BAIXO	0.608	MÉDIO
	2017	0.786	ALTO	0.735	ALTO	0.682	MÉDIO
Pará	2000	0.725	ALTO	0.319	MUITO BAIXO	0.601	MÉDIO
	2017	0.788	ALTO	0.661	MÉDIO	0.654	MÉDIO

Rondônia	2000	0.688	MÉDIO	0.345	MUITO BAIXO	0.654	MÉDIO
	2017	0.776	ALTO	0.703	ALTO	0.699	MÉDIO
Roraima	2000	0.717	ALTO	0.457	MUITO BAIXO	0.652	MÉDIO
	2017	0.781	ALTO	0.771	ALTO	0.706	ALTO
Tocantins	2000	0.688	MÉDIO	0.348	MUITO BAIXO	0.605	MÉDIO
	2017	0.811	MUITO ALTO	0.727	ALTO	0.696	MÉDIO
Região Norte	2000	0.762	ALTO	0.375	MUITO BAIXO	0.610	MÉDIO
	2017	0.799	ALTO	0.691	MÉDIO	0.673	MÉDIO

Quadro 8 - IDHM das Três Dimensões dos Estados da Região Norte do Brasil(2000 e 2017)

Fonte: IPEA (2019)

Como podemos observar no Quadro para o Estado do Acre temos nos dois momentos, sendo o ano de 2000 e o ano de 2017, a seguinte leitura dos indicadores de IDHM. Para o IDHM longevidade, saímos de uma classificação de MÉDIO para MUITO ALTO. Já para o IDHM educação a evolução foi de MUITO BAIXO para MÉDIO e por fim, para o indicador IDHM renda a classificação permaneceu em MÉDIO nos dois momentos analisados.

Ao analisarmos o Estado do Amapá, temos nos dois momentos, sendo o ano de 2000 e o ano de 2017, a seguinte leitura dos indicadores de IDHM. Para o IDHM longevidade, saímos de uma classificação de ALTO para MUITO ALTO. Já para o IDHM educação a evolução foi de MUITO BAIXO para ALTO e por fim, para o indicador IDHM renda a classificação permaneceu em MÉDIO nos dois momentos analisados.

Em relação ao Estado do Amazonas, temos nos dois momentos, sendo o ano de 2000 e o ano de 2017, a seguinte leitura dos indicadores de IDHM. Para o IDHM longevidade, saímos de uma classificação de MÉDIO para ALTO. Já para o IDHM educação a evolução foi de MUITO BAIXO para ALTO e por fim, para o indicador IDHM renda a classificação permaneceu em MÉDIO nos dois momentos analisados.

Para o Estado do Pará, temos nos dois momentos, sendo o ano de 2000 e o ano de 2017, a seguinte leitura dos indicadores de IDHM. Para o IDHM longevidade, temos a classificação de ALTO nos dois momentos. Já para o IDHM educação a evolução foi de MUITO BAIXO para MÉDIO e por fim, para o indicador IDHM renda a classificação permaneceu em MÉDIO nos dois momentos analisados.

Em relação ao Estado de Rondônia, temos nos dois momentos, sendo o ano de 2000 e o ano de 2017, a seguinte leitura dos indicadores de IDHM. Para o IDHM longevidade, saímos de uma classificação de MÉDIO para ALTO. Já para o IDHM educação a evolução foi de MUITO BAIXO para ALTO e por fim, para o indicador IDHM renda a classificação permaneceu em MÉDIO nos dois momentos analisados.

Para o Estado de Roraima, temos nos dois momentos, sendo o ano de 2000 e o ano de 2017, a seguinte leitura dos indicadores de IDHM. Para o IDHM longevidade, saímos de uma classificação de ALTO para ALTO. Já para o IDHM educação a evolução foi de MUITO BAIXO para ALTO e por fim, para o indicador IDHM renda de classificação MÉDIO para ALTO.

O último estado que compõe a Região Norte do país a ser analisado é o Estado de Tocantins, temos nos dois momentos, sendo o ano de 2000 e o ano de 2017, a seguinte leitura dos indicadores de IDHM. Para o IDHM longevidade, saímos de uma classificação de MÉDIO para MUITO ALTO. Já para o IDHM educação a evolução foi de MUITO BAIXO para ALTO e por fim, para o indicador IDHM renda a classificação permaneceu em MÉDIO nos dois momentos analisados.

Acrescentamos no final do quadro os dados referentes à Região Norte nas três dimensões analisadas e nos recorte de tempo referente aos anos de 2000 e 2017 e temos a seguinte leitura dos indicadores de IDHM. Para o IDHM longevidade, temos a classificação de ALTO nos dois momentos. Já para o IDHM educação a evolução foi de MUITO BAIXO para MÉDIO e por fim, para o indicador IDHM renda a classificação permaneceu em MÉDIO nos dois momentos analisados.

Passaremos agora a analisar a condição da fome e pobreza. Para tanto, vamos resgatar os dados já apresentados no capítulo 1, onde vimos que para a Região Norte do Brasil a pobreza atinge o equivalente a 11,8% (IBGE, SIS, 2019) da população, sendo um total de 2.174.856 pessoas nos 7 estados que compõem a região, conforme observamos no Quadro 4.

Em relação à extrema pobreza, o % varia de acordo com cada estado da federação (26,5% a 47,8%), sendo: Acre, 47,8% (maior percentual) com um total de 421.565; Amapá, 45,9% com um total de 388.191; Amazonas, 47,8% (maior percentual) com um total de 1.981.117 pessoas; Pará, com 46%, totalizando 3.957.318; Rondônia, 26,5% (menor percentual) com um total de 470.965 pessoas; Roraima, 36,5% com 218.680 e por fim, Tocantins, com 32,7% totalizando 592.970 pessoas. Juntos, os Estados que compõem a Região Norte do Brasil somam um total de 8.030.806 pessoas na extrema pobreza, sendo dados do IBGE, SIS (2019).

Passaremos agora a analisar a pobreza e a extrema pobreza da população residente na Região Norte do Brasil com base no Mapa da Fome, Risco Alimentar<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Risco alimentar está relacionado ao conceito *Food Safety* (segurança dos alimentos), voltado para o controle de todas as etapas da cadeia produtiva, desde o campo até a mesa do consumidor, para evitar riscos para a saúde humana. Inclui práticas relativas à higiene dos alimentos, rotulagem, aditivos alimentares e resíduos

e a Taxa de Prosperidade Social.

Segundo a ONU, o Mapa da Fome é um estudo elaborado desde 1990 pela FAO, principal órgão internacional de incentivo às políticas de combate à fome e à promoção do alimento<sup>2</sup>. O estudo é apresentado no documento “*O Estado da Segurança alimentar e Nutricional no Mundo*” (SOFI, por sua sigla em inglês), reúne e analisa dados sobre a situação da segurança alimentar da população mundial, fazendo diagnósticos por regiões e países.

O último SOFI disponibilizado de 2019 com base nos dados de 2018 e apresenta os seguintes resultados: a fome está aumentando na América Latina e no Caribe: em 2018 afetou 42,5 milhões de pessoas, 6,5% da população regional.

Segundo Berdegué (2019), durante os primeiros 15 anos deste século, a América Latina e o Caribe cortaram a subnutrição pela metade. Mas, desde 2014, a fome vem aumentando.

Ainda segundo o SOFI, o aumento da fome está intimamente associado à desaceleração econômica geral da região. As quedas nos preços das commodities desde 2011 levaram a uma deterioração das finanças públicas para muitos países dependentes das exportações de commodities na América Latina e no Caribe.

Esta última versão do SOFI inclui uma nova maneira de medir o avanço em direção ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2.1: a prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave com base na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES). De acordo com o FIES, 9% da população latino-americana (apenas América do Sul e Central, já que não há dados disponíveis para o Caribe) encontravam-se em grave insegurança alimentar<sup>3</sup> em 2018, enquanto 21,9% sofriam com insegurança alimentar moderada. A taxa de insegurança alimentar grave atingiu 10,6% para a América Central e 8,3% para a América do Sul. A insegurança alimentar moderada afetou 20,9% dos centro-americanos em 2018 e 22,3% dos sul-americanos.

Ainda de acordo com o SOFI, 4 milhões de crianças menores de 5 anos sofrem de sobrepeso (7,5% do total), 700 000 sofrem de desnutrição aguda (1,3%) e 4,8 milhões sofrem de atraso no crescimento ou de desnutrição crônica (9%).

Sobre a Taxa de Prosperidade Social, segundo o Atlas da Vulnerabilidade Social – AVS do IPEA (2015), o desenvolvimento humano, conceito expresso no

---

químicos. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/3284316/risco-e-seguranca-alimentar-e-tema-de-discussao-na-embrapa>. Acesso em: 04 de maio de 2020. B

2 Disponível em: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1201842/>. Acesso em 28 de março de 2020.

3 Insegurança alimentar é quando o acesso e a disponibilidade de alimentos são escassos. Se uma família não tem acesso regular e permanente à alimentação, em quantidade e qualidade adequadas, ela está em situação de insegurança alimentar. A situação econômica familiar está intimamente ligada à insegurança alimentar, existindo principalmente em países pobres e em desenvolvimento. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, a insegurança alimentar atinge 52 milhões de brasileiros. Disponível em: <https://www.consumidormoderno.com.br/2015/12/26/o-que-e-inseguranca-alimentar/>. Acesso em: 04 de maio de 2020.

IDHM, corresponde ao processo de ampliação de liberdades das pessoas no que tange às suas capacidades e às oportunidades com as quais elas se deparam na sociedade e que lhes permitem, em maior ou menor medida, alcançar a vida que desejam.

De forma complementar ao que o IDHM retrata, o IVS dá destaque a um amplo conjunto de indicadores de situações que traduzem e refletem condições menos favoráveis de inserção social, refletindo a trajetória social das pessoas, de suas famílias e de seu meio social, seja em termos do capital humano, seja em termos de sua inserção no mundo do trabalho e da produção, ou em termos de suas condições de moradia e da infraestrutura urbana.

A Prosperidade Social, nesse sentido, reflete uma situação em que o desenvolvimento humano se assenta em bases sociais mais robustas, onde o capital familiar e escolar, as condições de inserção no mundo do trabalho e as condições de moradia e de acesso à infraestrutura urbana da população são tais que há uma perspectiva de prosperidade não apenas econômica, mas das condições de vida no meio social.

As regiões Nordeste e Norte são responsáveis por 72,4% e 23,4% do total de municípios na faixa de MUITO BAIXA prosperidade social, enquanto essa proporção é de 3,7% para o Sudeste, 0,4% para o Centro-Oeste e 0,1% para o Sul.

## **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

Ao longo desta pesquisa intitulada A Floresta Rica, População Pobre: Fome e Pobreza na Região Norte do Brasil, buscamos atender ao objetivo de levantamos os principais indicadores do IVS e IDHM regionais, além de analisar a pobreza e extrema pobreza com base no mapa da fome, risco alimentar e taxa de prosperidade social apresentando informações acerca da realidade socioeconômica regional.

Como já mencionado anteriormente, nossa motivação inicial foi a leitura da obra de Josué de Castro “Geografia da Fome” de 1946, considerada o marco na discussão acerca da fome do Brasil e no mundo e que foi o livro que motivou a pesquisa. Na sequência apresentamos os aspectos gerais da Região Norte do Brasil. No tópico seguinte, tivemos a definição do termo vulnerabilidade, seguida da apresentação do Índice de Vulnerabilidade Social - IVS e do Atlas da Vulnerabilidade Social - AVS.

Posteriormente, apresentamos e analisamos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, discussão e apresentação da Síntese de Indicadores Sociais - SIS, com os números da pobreza e extrema pobreza na Região Norte do Brasil. Após, tivemos a discussão acerca da Desigualdade, Concentração de Renda e Situação de Pobreza e finalizando o capítulo, apresentamos o Coeficiente de Gini,

que constitui o indicador de Desigualdade.

Com relação aos indicadores analisados, vimos que: em relação ao IVS regional, no ano 2000 o IVS era de 0.570 na classificação de MUITO ALTO e no ano de 2017, último levantamento apresentado pelo IPEA, a região passou a apresentar o IVS de 0.283, já na classificação de BAIXA. Reiteramos que a situação foi observada também em relação às três dimensões avaliadas pelo IVS, Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho.

Quanto ao indicador de IDHM, vimos que no ano 2000 o IDHM era de 0.559 na classificação de BAIXO e no ano de 2017 já está na faixa de classificação de ALTO com o valor de 0.719 conforme dados do IPEA.

Em relação à pobreza e pobreza extrema, vimos que 11,8% da população da região encontra-se em situação de pobreza (2.174.856 pessoas) e que 8.030.806 pessoas na condição de pobreza extrema (variação de 26,5% a 47,8%).

Em se tratando de Renda Per Capita, a Região Norte apresenta uma Renda Média Per capita de R\$ 245,00 (R\$ 376,00 é a do país) referente aos 40% mais pobres e de R\$ 4.514,00 (R\$ 6.253,00 é a do país) referentes ao 10% mais ricos, o equivalente a uma diferença de R\$ 4.269,00.

Em relação ao análise do Índice de Gini que mensura a concentração de renda, em função da diferença dos rendimentos entre os mais pobres e os mais ricos e varia de 0 a 1, quanto maior o número, maior a desigualdade. No caso, para a Região Norte, o Índice de Gini é de 0,6237 muito superior ao da Região Sul do Brasil, por exemplo, que é menor que 0,4000. Ou seja, a Região Norte do Brasil constitui uma das mais desiguais do país.

Quanto à análise do indicador sobre a Fome, vimos no relatório da ONU, SOFI que 42,5 milhões de pessoas na América Latina e Caribe passam fome, o equivalente a 6,5% da população que habita essa região.

Em relação à Taxa de Prosperidade Social, 71% dos municípios que compõem a Região Norte do país encontra-se na classificação MUITO BAIXA. Lembrando que a Taxa de Prosperidade Social envolve o IVS e o IDHM.

Outros indicadores regionais relevantes, estão relacionados ao déficit habitacional de 631.586 moradias, apenas 43,4% da população dispõe do serviço de abastecimento de água potável, 3,5% é atendida com o tratamento de esgoto e destes apenas 15% é tratado e quanto à coleta e destino correto dos resíduos, apenas 31,56% do lixo coletado tem destino correto na Região Norte do Brasil.

Dessa forma, podemos refletir que nosso país com dimensões continentais apresenta vários “brasis” e realidades distintas em cada uma das 5 regiões que o compõe, assim deveríamos ter uma agenda de planejamento que levasse em consideração as especificidades regionais e suas necessidades mais urgentes. É o que chamamos de políticas de desenvolvimento regional, que se bem direcionadas

poderiam alavancar socioeconomicamente as regiões mais vulneráveis possibilitando o seu desenvolvimento endógeno e melhorando as condições de vida para a população que nela habita tendo como base as potencialidades regionais. Ou seja, precisamos de um modelo sustentável a longo prazo, um modelo de país e não um modelo de governo para que possamos evoluir a cada ano e não recomeçar a cada 4 anos.

## REFERÊNCIAS

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 2014. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2014/pt/ranking>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.
- BARROS, Ricardo. HENRIQUES, Ricardo. MENDONÇA, Rosane. **Desigualdade e Pobreza no Brasil**: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rev. bras. Ci. Soc. vol.15 n.42 São Paulo Feb. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 25 de abril de 2020.
- BERDEGUÉ, Júlio. A fome afeta 42,5 milhões de pessoas na América Latina e no Caribe. FAO, 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1201842/>. Acesso em: 04 de maio de 2020.
- CAMPELLO, Tereza *et al.* Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. N. ESPECIAL, ed. 3, p. 54-66, 2018. DOI 10.1590/0103-11042018S305. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe3/0103-1104-sdeb-42-spe03-0054.pdf>. Acesso em: 5 de janeiro de 2020.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 2. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1948.
- CHAMBERS, R. Vulnerability, coping and policy. IDS Bulletin, v.20, n.2, 1989.
- IBGE. **Aspectos Demográficos da Região Norte**. 2018. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/tabela1.shtm>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.
- IBGE. **Indicadores Sociais Municipais**: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico. Disponível em: [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores\\_sociais\\_municipais/default\\_indicadores\\_sociais\\_municipais.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/default_indicadores_sociais_municipais.shtm). Acesso em: 24 de janeiro de 2019.
- IBGE. **PNAD**. 2015. Disponível em: [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=40](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40). Acesso em: 24 de janeiro de 2019.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.
- IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social**. 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2020.
- IPEA. **Índice de Vulnerabilidade Social**. 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2020.



MONTEIRO, S.R. da R.P. **O Marco Conceitual da Vulnerabilidade Social**. Sociedade em Debate, Pelotas-RS. v.17, n.2, p. 29-40, jul-dez, 2011.

ONU. Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/indice-de-desenvolvimento-humano>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.

ONU. **Mapa da Fome**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-fome-aumenta-no-mundo-e-afeta-821-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.

RECIO, Maria Encarnación Recio. **Desigualdades na Pobreza: Trajetórias e Transições em uma Favela Paulistana**. Tese de Doutorado. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br>. Acesso em: 20 de março de 2020.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. **Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(11):2710-2717, nov, 2008. Scielo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n11/27.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.

# CAPÍTULO 3

## POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

*Data de aceite: 01/08/2020*

### **Michele Lins Aracaty e Silva**

Doutora em Desenvolvimento Regional, Economia e Meio Ambiente pela Universidade de Santa Cruz do Sul - (UNISC)  
Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)  
Economista. Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM  
e-mail: [michelearacaty@ufam.edu.br](mailto:michelearacaty@ufam.edu.br)  
<http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>  
<https://orcid.org/0000-0002-8939-3220>

### **Laiza Eduarda Santos Carvalho da Silva**

Discente do Curso de Ciências Econômicas (UFAM)  
e-mail: [laizaeduarda52@gmail.com](mailto:laizaeduarda52@gmail.com)  
<http://lattes.cnpq.br/3825234381137617>  
<https://orcid.org/0000-0003-4648-5966>

**RESUMO:** Tratar de vulnerabilidade é analisar a fome, a pobreza e a extrema pobreza que acomete parte significativa da população brasileira em especial das regiões mais vulneráveis como a Região Nordeste, nosso objeto de estudo. No Brasil, houve um aumento de 52% no número de pessoas que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza (dados 2017). A extrema pobreza atinge cerca de 13,5 milhões de pessoas no Brasil (dados 2019) e as populações que estão nessas circunstâncias concentram-se em territórios de alta vulnerabilidade social as quais apresentam renda per capita inferior a meio salário mínimo, número expressivo de crianças e adolescentes que não frequentam a escola,

elevada taxa de analfabetismo e um número significativo de adultos que não trabalham e nem estudam, dentre outros. Temos por objetivo analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza da população residente na Região Nordeste a partir do levantamento de indicadores socioeconômicos e analisar políticas públicas que procuram reduzir a vulnerabilidade socioeconômica e a pobreza da população. Logo, para a construção deste trabalho utiliza-se pesquisa bibliográfica e documental com uso de dados secundários, especificamente informações disponíveis pelo IBGE, ONU e Índice de Vulnerabilidade Social - IVS da Região Nordeste do Brasil, além de livros e artigos considerados relevantes para a pesquisa. Como principais resultados tem-se que a renda per capita é a mais baixa do país, o seu desenvolvimento regional é mediano e sua vulnerabilidade é considerada alta em relação às demais regiões brasileiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pobreza, Vulnerabilidade, Indicadores, Região Nordeste.

### **INTRODUÇÃO**

O termo vulnerabilidade tem sido utilizado com mais frequência após o agravamento da crise econômica brasileira, e, em se tratando de vulnerabilidade cabe a todos a preocupação acerca do retorno do Brasil ao mapa da fome, visto a última e mais demorada crise econômica de 2008 e sentida mais profundamente pelos brasileiros após 2014. Tal crise, torna-se mais evidente para a população mais vulnerável que já passava necessidade e agora está

completamente desassistida.

De acordo com levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as Regiões Norte e Nordeste constituem regiões concentradoras de um percentual expressivo da população que não se alimenta direito e até passa fome (dados do suplemento Segurança Alimentar), elaborado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), de 2009. Na Região Nordeste, nosso objeto de estudo, o percentual registrado foi de 46,1% dos domicílios onde as famílias passam fome.

O Nordeste do Brasil apresenta os mais elevados indicadores de vulnerabilidade do país de acordo com dados dos relatórios do Atlas da Vulnerabilidade Social disponibilizado pelo IPEA para os anos de 2000 e 2010. Portanto, entre os indicadores a serem analisados nesta pesquisa, destacamos o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS que abrange 16 indicadores e 3 dimensões, sendo muito mais amplo e tornando possível a análise específica dos recortes territoriais do Brasil, no caso deste estudo trabalharemos com os dados referentes à Região Nordeste do Brasil.

Sendo assim, reuniremos informações e definições acerca de: Pobreza, Vulnerabilidade Socioeconômica Populacional da Região Nordeste do Brasil e Principais Indicadores; Tais como o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, IDH Municipal e Renda Per Capita.

Além disso apresentaremos também as informações que classificam um território como vulnerável ou não. Também teremos a discussão acerca da possibilidade de acabar com a pobreza, a partir dos estudos de Jeffrey D. Sachs com o livro “O Fim da Pobreza” que não tem o intuito, assim como diz o autor, de prever o fim da pobreza, mas de explicar o que poderia acontecer caso a nossa geração decidisse acabar com a miséria e a pobreza. Para tanto, em conjunto com essa obra têm-se os programas sociais implementados no Brasil que visam erradicar essa problemática que mata milhares de pessoas todos os dias no mundo inteiro.

Para tanto, temos como objetivo analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza da população residente na Região Nordeste a partir do levantamento de indicadores socioeconômicos e analisar políticas públicas que procuram reduzir a vulnerabilidade socioeconômica e a pobreza da população que habita esta região do país.

Em relação aos aspectos metodológicos, este trabalho foi construído tendo como base pesquisa bibliográfica e documental com uso de dados secundários, especificamente informações disponíveis pelo IBGE, ONU e IPEA com o uso do Índice de Vulnerabilidade Social - IVS da Região Nordeste do Brasil, além de livros e artigos considerados relevantes para a pesquisa.

Observou-se que a Renda Per Capita é a mais baixa do país, o seu

desenvolvimento regional é mediano e sua vulnerabilidade é considerada ALTA em relação às demais regiões brasileiras.

Assim, este artigo encontra-se dividido em: Introdução, seguido da Revisão da Literatura, Aspectos Metodológicos, Análise de Dados e Resultados, Conclusões e Recomendações e por fim, as Referências utilizadas para a construção do texto.

## REVISÃO DA LITERATURA

### Pobreza e Extrema Pobreza

A pobreza, segundo Rocha (2006, p.9) é um fenômeno complexo, o qual pode ser definido a partir das necessidades que não são atendidas adequadamente, todavia, é necessário que seja especificado quais são essas necessidades e qual o nível de atendimento que pode ser considerado adequado. Para Santos (2009, p.18) a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política, um problema social. No Brasil, a população em situação de pobreza é aquela com rendimento mensal de até R\$ 140,00 (PNAD, 2015).

Em relação à pobreza extrema, o United Nations Guiding Principles on Extreme Poverty and Human Rights<sup>1</sup> define:

A pobreza extrema é caracterizada pela exclusão social e por um acúmulo de inseguranças em muitas áreas da vida: a falta de documentos de identidade, moradia insegura, comida insuficiente e a falta de acesso a cuidados de saúde e educação.<sup>2</sup> (Tradução Própria).

A pobreza extrema, assim como afirma Graham, Restifo e Nelson (2017, p.10), é o resultado de violações múltiplas de direitos humanos, onde o direito das pessoas que vivem nessa situação são frequentemente violados. Considera-se uma população em situação de extrema pobreza aquela com rendimento domiciliar per capita de até R\$ 70,00 (PNAD, 2015).

O IBGE em 2019 publicou o novo relatório do SIS – Síntese de Indicadores Sociais – e constatou-se que cerca de 6,5% da população brasileira se encontra em extrema pobreza. Para tanto, a seguir tem-se uma tabela com os valores aproximados de quantas pessoas se encontram nessa situação. Na mesma tabela, podemos observar a quantidade da população dos estados da Região Nordeste que encontram-se em condições de pobreza, o percentual varia de 39% até 54,1% este último referente ao Estado do Maranhão que apresenta o maior percentual regional bem como o maior do Brasil.

---

<sup>1</sup> Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Pobreza Extrema e Direitos Humanos.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.atd-fourthworld.org/what-is-extreme-poverty/>. Acesso em 09 de janeiro de 2020.

Estados	População Estimada 2019	Pop. Extrema Pobreza 2019 (6,5%)	Pop. Pobreza (2019)
Alagoas	3.337.357 hab	216.928 hab	1.631.968 hab – 48,9%
Bahia	14.873.064 hab	966.749 hab	6.663.133 hab – 44,8%
Ceará	9.132.078 hab	593.585 hab	4.136.831 hab – 45,3%
Maranhão	7.075.181 hab	459.886 hab	3.827.673 hab – 54,1%
Pernambuco	9.557.071 hab	621.209 hab	3.956.627 hab – 41,4%
Piauí	3.273.227 hab	212.759 hab	1.482.772 hab – 45,3%
Paraíba	4.018.127 hab	261.178 hab	1.567.070 hab – 39,0%
Rio Grande do Norte	3.506.853 hab	227.945 hab	1.367.673 hab – 39,0%
Sergipe	2.298.696 hab	149.415 hab	951.660 hab – 41,4%

Tabela 1 – Pobreza e Extrema Pobreza dos Estados da Região Nordeste

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2019)

## Pobreza Absoluta x Pobreza Relativa

Na obra *Pobreza no Brasil*, Rocha (2006, p.11) explica que a pobreza absoluta está “estritamente vinculada às questões de sobrevivência física”. Logo, está vinculada as necessidades que determinamos como o mínimo vital para sobreviver. Enquanto a pobreza relativa define que as necessidades predominantes no modo de vida de uma determinada sociedade necessita que seja delimitado um conjunto de indivíduos relativamente pobres que já possuem o mínimo vital garantido.

Ainda segundo a autora (2006), a distinção entre pobreza absoluta e pobreza relativa não apresenta limites claros. Afirma que é provável que as questões ligadas a sobrevivência física associadas a noção de pobreza absoluta são devido aos estudos de pobreza se desenvolverem a partir de problemáticas dos países ricos, logo, a insuficiência de renda é definida de uma forma generalizada como pobreza e foi adotada por países pobres. Portanto, os indicadores relativos à sobrevivência física são relevantes.

## Pobreza Monetária

Como já foi visto, em 2019, o IBGE publicou um estudo sobre as condições de vida da população brasileira, sendo ele o Síntese de Indicadores Sociais - SIS, e 6,5% da população brasileira encontrava-se em condição de extrema pobreza.

Para essa pesquisa, a pobreza apresentada foi a monetária, a qual se encaixam os conceitos de pobreza absoluta e relativa apresentadas anteriormente. IBGE (SIS, 2019, p.57) diz que por conta de o Brasil não ter uma linha oficial de

pobreza, outras linhas são formadas para saber quais pessoas não possuem condições de bem-estar, ou seja, não tem como participar das atividades sociais.

Em relação a Pobreza Monetária, Campelo, Falcão e Costa explicam:

Na perspectiva conceitual e metodológica da pobreza monetária, um indivíduo é considerado pobre se sua renda disponível, ou seu dispêndio total, for menor que um dado valor monetário normativamente estabelecido – a linha de pobreza – cujo valor representa o custo de todos os produtos e serviços considerados básicos para satisfazer suas necessidades de sobrevivência e consumo. Se os recursos disponíveis não são suficientes para a aquisição da cesta de alimentos necessários ao consumo calórico diário mínimo, o indivíduo é considerado em extrema pobreza. (2014, p. 766).

Passaremos a partir de agora a apresentar os conceitos e definições acerca do que se entende por Vulnerabilidade e Vulnerabilidade Socioeconômica com base em autores que discutem a problemática. Posteriormente, apresentaremos os indicadores de vulnerabilidade social.

## **Vulnerabilidade Socioeconômica e Indicadores**

Vulnerabilidade Social, de acordo com o Instituto SER+<sup>3</sup> esse termo é utilizado para referir-se à situação socioeconômica das pessoas. Se enquadram nessa definição indivíduos que possuem poucos recursos financeiros, falta de moradia ou moradia precária, assim como pouco acesso à saúde e educação básicas de qualidade, além de não terem oportunidades para o seu desenvolvimento como cidadãos.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO):

Vulnerabilidade social é um resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Acrescenta ainda que vulnerabilidade inclui situações de pobreza, mas não se limita a ela. (CANÇADO; SOUZA; CARDOSO, 2014, p. 5).

## **Índice de Vulnerabilidade Social - IVS**

Segundo o IPEA, o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS foi construído com base em indicadores que revelam fragilidades sociais a partir de fatores

3 O Instituto Ser + é uma organização sem fins lucrativos que teve seu início em 2007, na cidade de São Paulo, com a proposta de desenvolver o potencial de jovens em vulnerabilidade social. Contribui com a formação integral de jovens de 15 a 24 anos, que são impulsionados a descoberta de talentos e conquista do primeiro emprego. Disponível em: <https://sermais.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2020.

como contextos de trabalho e renda, educação e saúde, condições de transporte, habitação e saneamento dos municípios e das regiões metropolitanas brasileiras em 2000 e 2010.

O Índice de Vulnerabilidade Social - IVS, elaborado e disponibilizado pela Dirur/ Ipea, surgiu no âmbito de oficinas técnicas para definição do arcabouço conceitual e estatístico que embasa a concepção deste índice sintético. Esse processo envolveu a definição de fontes e bases de dados a serem utilizadas e os indicadores que conformariam o índice.

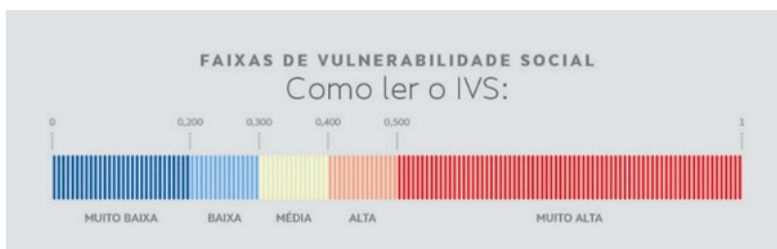


Figura 1 – Faixas do IVS

Fonte: AVS, IPEA (2019)

A Figura 1 ilustra a forma de ler o IVS. Percebe-se que quanto mais próximo de 0, menor é a vulnerabilidade e quanto mais próximo de 1, maior a vulnerabilidade. Entretanto, a partir de 0,500 já é muito alta, ou seja, já pode ser considerada uma extrema vulnerabilidade.

O IVS é, portanto, resultado da seleção de 16 indicadores selecionados da Plataforma do Atlas do Desenvolvimento Humano - ADH e foram organizados em três dimensões da vulnerabilidade social, a saber: I – a Infraestrutura Urbana do território em tela (seja ele um município, uma região, um estado ou uma Unidade de Desenvolvimento Humano); II – o Capital Humano dos domicílios deste território; e III – a Renda, o acesso ao trabalho e a forma de inserção (formal ou não) dos residentes nestes domicílios. Cada uma dessas dimensões reúne, por sua vez, um conjunto de variáveis obtidas nas bases dos Censos Demográficos do IBGE, que refletem diferentes aspectos das condições de vida.

Estado	IVS 2010	IVS 2017
Maranhão	0,521	0,349
Piauí	0,403	0,279
Ceará	0,378	0,272
Rio Grande do Norte	0,349	0,283
Paraíba	0,385	0,292
Pernambuco	0,414	0,336
Alagoas	0,461	0,338
Sergipe	0,393	0,298
Bahia	0,403	0,298

Tabela 2 – IVS dos Estados da Região Nordeste

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados IBGE (2019) e do IPEA (2019)

Se analisarmos a Tabela 2, acima e levarmos em consideração a classificação do IVS regional de acordo com a Figura 1, teremos as seguintes classificações para cada um dos estados em relação aos anos de 2000 e 2010, como podemos observar no Quadro 1.

Estado	IVS 2000	Classificação	IVS 2010	Classificação
Maranhão	0,521	MUITO ALTA	0,349	MÉDIA
Piauí	0,403	ALTA	0,279	BAIXA
Ceará	0,378	MÉDIA	0,272	BAIXA
Rio Grande do Norte	0,349	MÉDIA	0,283	BAIXA
Paraíba	0,385	MÉDIA	0,292	BAIXA
Pernambuco	0,414	ALTA	0,336	MÉDIA
Alagoas	0,461	ALTA	0,338	MÉDIA
Sergipe	0,393	MÉDIA	0,298	BAIXA
Bahia	0,403	ALTA	0,298	BAIXA

Quadro 1 – Classificação do IVS dos Estados Nordestinos (2000 e 2010)

Fonte: IVS/ IPEA (2019)

Como podemos observar, todos os estados da Região Nordeste apresentaram melhora em termos de vulnerabilidade social no ano de 2010 em



relação ao ano 2000.

A seguir, analisaremos o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH da ONU, tendo como base a Região Nordeste, nosso objeto de estudo.

## Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é um dado utilizado pela Organização das Nações Unidas - ONU para analisar a qualidade de vida de uma determinada população. Os critérios utilizados para calcular o IDH são: grau de escolaridade: média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará matriculada; Renda: Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita*, baseada na paridade de poder de compra dos habitantes; Nível de Saúde: Baseia-se na expectativa de vida da população, reflete as condições de saúde e dos serviços de saneamento ambiental.

Podemos ressaltar que, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM varia de 0 a 1, quanto mais se aproxima de 1, maior o IDH de um local. Sendo assim, o desenvolvimento dos estados da Região Nordeste são todos medianos, assim como mostra a Quadro 2.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB)<sup>4</sup>, em 2012, o PNUD Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH Global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros. Esse cálculo foi realizado a partir das informações dos 3 últimos Censos Demográficos do IBGE – 1991, 2000 e 2010 – e conforme a malha municipal existente em 2010. Posterior ao IDHM dos municípios brasileiros, as três instituições assumiram o novo desafio de calcular o IDHM a nível intramunicipal das regiões metropolitanas do país – desta vez, para as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH).

O IDHM é um número que varia entre 0 e 1, assim como ilustra a figura 2. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH.

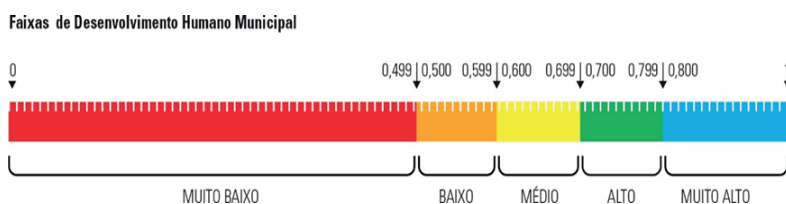


Figura 2 – Faixas do Desenvolvimento Humano Municipal

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

4 Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/idhm/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/). Acesso em: 10 janeiro de 2019.

No Quadro 2, podemos observar a classificação do IDHM dos Estados Nordestinos referentes ao ano de 2000 e 2010, também com base na Figura 2. Nele podemos ver que houve uma melhora expressiva em relação ao indicador para todos os estados que compõem a Região Nordeste do Brasil.

Estado	IDHM 2000	Classificação	IDHM 2010	Classificação
Maranhão	0.476	MUITO BAIXO	0.639	MÉDIO
Piauí	0.484	MUITO BAIXO	0.646	MÉDIO
Ceará	0.541	BAIXO	0.682	MÉDIO
Rio Grande no Norte	0.552	BAIXO	0.684	MÉDIO
Paraíba	0.506	BAIXO	0.658	MÉDIO
Pernambuco	0.544	BAIXO	0.673	MÉDIO
Alagoas	0.471	MUITO BAIXO	0.631	MÉDIO
Sergipe	0.518	BAIXO	0.665	MÉDIO
Bahia	0.512	BAIXO	0.660	MÉDIO

Quadro 2 – Classificação do IDHM dos Estados Nordestinos (2000 e 2010)

Fonte: IVS/ IPEA (2019)

## Renda Per Capita

Segundo IBGE (2019) os valores dos Rendimentos Domiciliares Per Capita são calculados com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. O rendimento é calculado como a razão entre o total dos rendimentos domiciliares (em termos nominais) e o total dos moradores. Essa pesquisa capta informações socioeconômicas e demográficas em cerca de 211 mil domicílios, em aproximadamente 16 mil setores censitários, distribuídos em cerca de 3,5 mil municípios. A seguir temos uma tabela com a Renda Per Capita desde o ano de 2014 até 2018, e percebe-se que todos os estados da Região Nordeste apresentam uma Renda Per Capita baixa.

Estados	2014	2015	2016	2017	2018
Maranhão	461	509	575	597	605
Piauí	659	728	747	750	817
Ceará	616	681	751	824	855
Rio Grande do Norte	695	819	919	845	956
Paraíba	682	774	790	928	898
Pernambuco	802	825	872	852	871
Alagoas	604	598	662	658	714
Sergipe	758	782	878	834	906
Bahia	697	736	773	862	841

Tabela 3 – Renda Per Capita por UF da Região Nordeste (em valores nominais - R\$)<sup>5</sup>

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do IBGE (2020)

Sendo Assim, esse indicador nos permite analisar se a renda de uma família é baixa, mediana ou alta. E a metodologia aplicada a região é a mesma, portanto, também nos permite saber se um município, estado, região ou país tem uma renda baixa, média ou alta.

### O Fim da Pobreza por Jeffrey D. Sachs

No livro “O Fim da Pobreza” de Jeffrey D. Sachs, o autor delinea uma estratégia para acabar com a pobreza extrema até 2025. Essas estratégias estão concentradas em investimentos fundamentais nas pessoas e infraestruturas. Para Sachs (2005, p.218) são necessários planos, sistemas e responsabilidade mútua e mecanismos de financiamento.

Sachs diz que (2005, p. 223) a comunidade internacional do desenvolvimento deveria utilizar as Cinco Grandes Intervenções para o desenvolvimento que poderia transformar um cenário de fome, doença e morte em uma perspectiva de saúde e desenvolvimento econômico, sendo elas: Insumos Agrícolas; Investimentos em Saúde Básica; Investimento em Educação; Energia, Transporte e Serviços de Comunicação; Água Potável e Saneamento.

Além disso, afirma que “a chave para acabar com a pobreza é criar uma rede global de conexões que vá das comunidades pobres aos centros do poder e da

<sup>5</sup> Para o cálculo da Renda Per Capita utiliza-se então a seguinte fórmula: Renda Per Capita = R\$ domiciliar / N° de moradores

riqueza mundial e retorne a elas” (Sachs, 2005, p.231).

Em resumo, precisamos de uma estratégia para aumentar a escala dos investimentos que acabará com a pobreza, inclusive de um sistema de governança que atribua poder aos pobres, ao mesmo tempo que os torna responsáveis. Em cada país de baixa renda, está na hora de projetar uma estratégia de redução da pobreza que possa enfrentar esse desafio. (SACHS, 2005, p.232).

## Políticas de Transferência de Renda no Brasil

De acordo com a Serviço Social do Comércio - SESC<sup>6</sup>:

Os Programas de Transferência de Renda se constituem um tipo de programa social. A segurança social de renda, de competência da Assistência Social, é operada por meio da concessão de bolsas/auxílios financeiros sob determinadas condicionalidades, com presença (ou não) de contrato de compromissos; e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho. (SESC, 2020).

### Programa Bolsa Família

Um dos mais conhecidos programas de transferência de renda e que também tem a função de combater a pobreza e a fome no país é o Bolsa Família. Segundo Ortiz e Camargo (2016, p. 6) “o Bolsa Família foi sancionado pela Lei nº. 10.836/2004, com três grandes eixos: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares, tendo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, no comando deste programa de política pública”.

A partir de dados disponíveis no site da Caixa Econômica Federal (2019)<sup>7</sup>, o Bolsa Família constitui num programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Ainda segundo a instituição, o programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família.

Dentre as três principais concepções de programas de renda de cidadania em disputa na agenda política internacional, o Programa

6 Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/sasc/?cod=cadastro-unico/3>, Acesso em: 07 de março de 2020.

7 Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>, acesso em: 20 de agosto de 2019.

Bolsa Família integra o grupo que preconiza que as políticas para a redução da pobreza e redução das desigualdades pressupõem uma opção do poder público em dar atenção especial aos mais pobres. Segundo essa orientação, embora defenda políticas universais, os mais pobres devem ter um atendimento preferencial, considerando as urgências e as inúmeras dificuldades vividas por estas populações. (MDS, 2010, p.45).

Objetivos do Programa Bolsa Família		
Combater a pobreza e outras formas de privação das famílias.	Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social.	Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional.

Quadro 1 – Principais Objetivos do Programa Bolsa Família

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados da Caixa Econômica Federal (2019)

Na Região Nordeste do Brasil, encontramos o maior número de beneficiados pelo programa Bolsa Família. Tem-se que parte expressiva da população nordestina depende exclusivamente da renda do PBF para o sustento familiar. Dados recentes mostram que no Nordeste são 6,7 milhões (MDS, 2020) de famílias beneficiadas com este relevante programa de transferência de renda, o equivale a 51,54%<sup>8</sup> do total de famílias beneficiadas no País. Em todo o Brasil, são mais de 13 milhões de famílias beneficiadas e registradas no cadastro único que recebem um valor que varia de R\$ 89,00 até R\$ 240, a depender da situação e estrutura familiar dos beneficiários.

### Agenda 2030: Combate à fome, Pobreza e Pobreza Extrema

De acordo com a ONU, a Agenda 2030<sup>9</sup> é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Todos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa, se comprometeram a implementar a Agenda 2030, pactuada pelo Brasil e outros 192 países que integram a Organização das Nações Unidas - ONU. Essas nações se comprometeram a libertar a raça humana da tirania da pobreza e

8 Disponível em: <https://fdr.com.br/2019/11/19/nordeste-lidera-o-ranking-de-beneficiados-com-o-bolsa-familia/>. Acesso em 25 de maio de 2020.

9 Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em 25 de maio de 2020.

da penúria e a curar e proteger o planeta. Os signatários estão determinados a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente. O embarque nesta jornada coletiva está ancorado no compromisso de que ninguém seja abandonado.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e 169 metas que integram a Agenda 2030 demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. Eles se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e concluirão o que estes não conseguiram alcançar. Eles buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Os 17 ODS e 169 metas estimulam a ação até o ano de 2030 em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta:

Pessoas	Planeta	Prosperidade	Paz	Parceria
Acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.	Proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras.	Assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.	Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável.	Mobilizar os meios necessários para implementar a Agenda 2030 por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas.

Quadro 2 – Os 17 ODS e 169 metas da Agenda 2030 Fonte: ONU, (2017)

Fonte: ONU, (2017)

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos deste trabalho possuem abordagem qualitativa por ser uma forma adequada para entender a natureza dos acontecimentos e a importância dos indicadores do IDH, IVS, Indicadores de Pobreza e Extrema

Pobreza como a Renda Per Capita para avaliar a Vulnerabilidade Socioeconômica da Região Nordeste do Brasil.

Esta pesquisa caracteriza-se quanto aos meios como bibliográfica e documental uma vez que será desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e dados secundários (observação e análise) disponibilizados pela ONU acerca do IDH e pelo IPEA acerca do IVS.

Quanto aos fins, a presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Sendo caracterizada como exploratória por obter informações significativas sobre o que é a pobreza, o que é ser vulnerável socioeconomicamente, como definir quem é pobre ou não, ou seja, é notável a busca por informações complementares que fundamentam a pesquisa. Descritiva por tratar de problemas sociais que necessitam ser mais compreendidos e que urgentemente precisam ser resolvidos, logo, há detalhes sobre as causas e as consequências da problemática estudada, no caso, a pobreza, a pobreza extrema e a vulnerabilidade nos estados da Região Nordeste.

Utilizou-se do método observacional e a técnica de observação indireta. Em relação à análise de dados esta pesquisa, fez-se uso da análise de conteúdo em dados dispostos em formato de tabelas e quadros.

## **ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS**

Levando-se em consideração os indicadores disponibilizados pelo IBGE, IPEA e ONU que foram analisando ao longo deste trabalho é possível definir a vulnerabilidade, pobreza e extrema pobreza da população residente da Região Nordeste. Sabe-se que essa região é a segunda mais populosa do Brasil. Logo, se levarmos em consideração o número de habitantes e os resultados dos indicadores é possível comprovar que ela é umas das mais vulneráveis.

A seguir temos um quadro com os dados dos Estados do Nordeste já apresentados no trabalho. A partir desse quadro, junto com as definições sobre pobreza, extrema pobreza, pobreza relativa e pobreza absoluta, pobreza monetária e sobre vulnerabilidade podemos definir a atual situação dessa região. Observe os dados:

Estados	População em Extrema Pobreza 2019	População em Condição de Pobreza	IVS 2017	IDHM 2017	Renda Per Capita (Nominal) 2018
Maranhão	459.886 hab	3.827.673 hab – 54,1%	0.349	0.639	R\$ 605,00
Piauí	212.759 hab	1.482.772 hab – 45,3%	0.279	0.646	R\$ 817,00
Ceará	593.585 hab	4.136.831 hab – 45,3%	0.272	0.682	R\$ 855,00
Rio Grande do Norte	227.945 hab	1.367.673 hab – 39,0%	0.283	0.684	R\$ 956,00
Paraíba	261.178 hab	1.567.070 hab – 39,0%	0.292	0.658	R\$ 898,00
Pernambuco	621.209 hab	3.956.627 hab – 41,4%	0.336	0.673	R\$ 871,00
Alagoas	216.928 hab	1.631.968 hab – 48,9%	0.338	0.631	R\$ 714,00
Sergipe	149.415 hab	951.660 hab – 41,4%	0.298	0.665	R\$ 906,00
Bahia	966.749 hab	6.663.133 hab – 44,8%	0.298	0.660	R\$ 841,00

Quadro 3 – Situação Socioeconômica Geral da Região Nordeste e Indicadores

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do IBGE, IPEA e AVS (2019)

Os dados mostram que o número de pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza é muito grande em todos os estados, e aqueles que aparentemente são menores é em vista da quantidade populacional. O IVS de todos os estados poderia ser considerado mediano, entretanto, quando comparados as demais regiões como Sul, sudeste e Centro-Oeste percebe-se que os estados da região nordeste são muito mais vulneráveis que os estados das outras regiões, excluindo o Norte que também é uma região extremamente vulnerável.

O mesmo acontece com o IDH e o IDHM, são relativamente medianos, porém não estão no mesmo ritmo de desenvolvimento que as outras regiões, exceto em relação à Região Norte do Brasil que está num patamar muito próximo da Região Nordeste. Enfim, as regiões Norte e Nordeste historicamente são as mais vulneráveis do Brasil

Por fim, temos a Renda Per Capita considerada muito baixa. Todos esses dados comprovam que é necessário um olhar mais atento dos governantes para a situação socioeconômica da Região Nordeste.

Se as outras regiões se encontram em uma situação melhor, por que o Nordeste tem os maiores índices de pobreza do Brasil? Sendo assim, para medidas de erradicação da pobreza, temos a seguir os resultados da obra O Fim da Pobreza



sendo aplicados a Região Nordeste.

Em relação ao fim da pobreza podemos atentar para as seguintes intervenções para acabar com essa problemática:

**a) Investimento em educação:** o primeiro passo para retirar as pessoas da pobreza é permitindo que elas possam se autodesenvolver, isso quer dizer que uma educação melhor proporciona mais vantagens no mercado de trabalho; **b) Investimento em saúde básica:** na saúde não é diferente, é necessário que a infraestrutura de hospitais possibilite o atendimento adequado a população, além de profissionais aptos. Para tanto, é notável que a educação é fundamental para que isso ocorra; **c) Saneamento:** por conta das secas, ter água é fundamental. Sabemos das dificuldades que o nordestino enfrenta por falta de água, então facilitar esse acesso pode melhorar muito bem na produção de alimentos, na higiene e muitos outros fatores que você deve estar imaginando; **d) Insumos agrícolas:** Investir em educação aumentaria a capacidade de procurar soluções para desenvolver a agricultura; **e) Energia, transporte e serviços de comunicação:** as pessoas precisam ter transporte de qualidade, precisam ter acesso a energia e sabemos que em pleno século XXI.

Em contribuição com os ciclos apresentado por Sanchs (2005), voltemos ao Brasil com suas políticas de transferências de renda. Os resultados dessas políticas é a possibilidade de que aqueles que recebem o benefício tenham como comprar alimentos e não morrer de fome. O Programa Bolsa Família foi um grande contribuidor para que o Brasil saísse do Mapa da Fome e continua sendo necessário para as famílias em extrema vulnerabilidade. Mediante as limitações desta pesquisa, sugere-se um estudo próprio, e, é recomendável que para uma análise mais detalhada, busque por artigos específicos sobre o programa.

Além do Programa Bolsa Família, temos a Agenda 2030, um plano de ação que tem diversos objetivos e um deles é erradicar a fome. Ainda está em andamento, então é esperado que até 2030 tenham-se cumprido as metas estabelecidas.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Analisar a pobreza e a vulnerabilidade socioeconômica de uma região é uma tarefa árdua. Percebemos ao longo do trabalho que a pobreza é uma problemática difícil de definir, logo, precisamos abordar diferentes tipos de pobreza para compreendermos o porquê a região nordeste é considerada uma região de pobreza e vulnerável socioeconomicamente.

Quando afirmamos que a Região Nordeste é uma das mais vulneráveis do Brasil, não estamos falando que toda a região é pobre. Claro que não! E sabemos que é possível melhorar as condições da sua população residente, pois quando olhamos

os indicadores dessa região e comparamos com as regiões mais desenvolvidas do País, pensamos: “por que regiões de um mesmo país se encontram em uma situação tão mais vulnerável que outras?” Então, são questões a serem pensadas. E para o desenvolvimento dessa região, utilizou-se no trabalho ideias do economista norte-americano, Jeffrey Sachs, com a obra *O fim da Pobreza* que aborda como acabar com esse problema no mundo. Essas teorias foram apresentadas anteriormente, nos resultados deste artigo.

Em vista dos argumentos apresentados com o livro “O fim da Pobreza”, cabe a todos os cidadãos junto com o governo procurarem melhorias para a sociedade em geral e não apenas olhar para uma única região. É necessário que as pessoas não apenas falem, elas precisam agir. Vimos que para acabar com a pobreza a partir das ideias de Sachs (2005), é tudo muito simples. Porque o trabalho apresentado tem o objetivo de incentivar as pessoas a pensarem em meios de acabar com essa problemática que não está somente no Nordeste, mas em muitas partes do mundo. Não estamos procurando soluções para que todos fiquem ricos, e sim que as pessoas possam aproveitar a vida sem passar por situações quase desumanas. Não é ser exigente desejar uma boa moradia, querer que os filhos possam ter uma infância feliz e sem grandes dificuldades, não é pedir demais ter o que comer todos os dias.

Quando analisamos as nas teorias do autor (2005) relacionadas a educação, imagino escolas de tempo integral como uma solução eficaz para minimizar a fome e os números de crianças que estão fora da escola. A educação integral, não visando apenas o tempo que a criança passa na escola, porém o que ela realmente irá aprender estando lá. Sei que muitos devem imaginar que é ruim uma criança passar o dia inteiro dentro de uma escola, pois estarão longe dos pais e etc. No entanto, a questão a ser pensada é: eles estarão melhores em um ambiente de aprendizado, vivendo socialmente com outras crianças, adquirindo conhecimentos, não somente atividades curriculares, mas sim desenvolvendo suas aptidões próprias. Não podemos também vincular escola de tempo integral imaginando uma criança dentro de uma sala de aula estudando somente português e matemática.

Gostaríamos de inserir nesta discussão considerações acerca da Pedagogia Waldorf: uma educação para a liberdade<sup>10</sup>, que constitui a intenção de proporcionar ao aluno o desabrochar de suas capacidades, auxiliando, para que cada um seja capaz de tomar a vida nas próprias mãos.

Reiteramos que, a Pedagogia Waldorf foi apontada pela UNESCO, como a Pedagogia capaz de responder aos desafios educacionais, principalmente nas áreas de grandes diferenças culturais. Visto que, seus princípios podem ser implantados em diversas realidades. Destaca-se que a Pedagogia Waldorf tem potencial para atender

---

<sup>10</sup> Apresentada no Seminário na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em 2019, ministrado pela professora Cláudia Maria Retz Toledo Veigas (Bauru-SP).

a diversidade, encarando-a como uma riqueza, valorizando as diferenças, partindo do pressuposto que todo ser humano com a correta orientação, pode se desenvolver. (Marinis, 2015, p. 12).

Assim, acreditamos que a educação nas escolas de tempo integral com base nos ideais da Pedagogia Waldorf, poderia proporcionar às crianças a esperança de um futuro melhor. Além disso, outro fator que colabora para que eu pense que a educação integral é uma maneira de melhorar a pobreza e extrema pobreza é a alimentação. O mínimo de refeições oferecida em uma escola de tempo integral são três: café da manhã, almoço e merenda da tarde.

Dessa forma, as crianças teriam o que comer, teriam condições e se alimentarem adequadamente e de forma balanceada, com alimentos de qualidade, não estariam passando fome em suas casas, ao mesmo tempo que estariam desenvolvendo seus talentos na escola.

Outra melhoria seria a proteção. Os pais que precisam trabalhar, estariam mais tranquilos sabendo que seus filhos estão sendo bem cuidados na escola, que não estão correndo risco ficando em casa, muitas vezes sozinhos ou indo para a rua aprender coisas que não complementam em nada no seu desenvolvimento pessoal. Além de melhorar a saúde, pois crianças bem cuidadas, bem alimentadas, praticando atividades que auxiliam na melhoria da saúde física e mental, correm menos riscos de adoecerem.

Talvez você deva estar pensando que as conclusões desta pesquisa se focam apenas na educação, e sim, acreditamos que a maneira mais adequada de melhorar o mundo seja através da educação. Erradicar a pobreza não é fácil, mas somente a possibilidade de que nossas crianças consigam ter melhores oportunidades através da educação, sabemos que aos poucos é possível acabar com a pobreza.

## REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 2014. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2014/pt/ranking>. Acesso em: 20 out. 2019.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 2013. Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/idhm/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/). Acesso em: 10 janeiro de 2019

CAMPELLO, T; FALCÃO, T; COSTA, P. da. **O Brasil sem Miséria**. 1.ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome – MDS, 2014.

CANÇADO, T.C.L; SOUZA, R.S; CARDOSO, C.B. da S. **Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social**. XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, São Pedro -SP. 24-28 de novembro, 2014.

GRAHAM, A; RESTIFO, F; NELSON, J. **Movimento Internacional ATD Quarto Mundo e Franciscans International**: Fazendo Valer os Direitos Humanos das Pessoas que Vivem na Pobreza Extrema: Manual das Nações Unidas para Implementar os Princípios Orientadores

sobre a Pobreza Extrema e os Direitos Humanos, São Paulo, 2017.

IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social**. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**. Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua. 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.

MARINIS, L.L.P. de. **A Educação Infantil sob a Perspectiva da Pedagogia Waldorf**. 2015. 52f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2015.

ONU. **Agenda 2030**. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.

ONU. Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/indice-de-desenvolvimento-humano>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.

ORTIZ, L.R.A.; CAMARGO, R.A.L. **Breve histórico e dados para análise do Programa Bolsa Família**. In: II SIPPEDES, 2016, UNESP. Anais Eletrônicos. Câmpus de Franca: UNESP, 20 a 22 de setembro de 2016.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SACHS, Jeffrey D. **O Fim da Pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3. ed. São Paulo: edusp, 2009.

PLANALTO. Governo Federal. **Programa Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia>. Acesso em: 26 de janeiro de 2019.

# CAPÍTULO 4

## RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL: O CASO DA REGIÃO CENTRO-OESTE BRASILEIRA

*Data de aceite: 01/08/2020*

### **Michele Lins Aracaty e Silva**

Doutora em Desenvolvimento Regional, Economia e Meio Ambiente pela Universidade de Santa Cruz do Sul - (UNISC)  
Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)  
Economista. Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM  
e-mail: [michelearacaty@ufam.edu.br](mailto:michelearacaty@ufam.edu.br)  
<http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>  
<https://orcid.org/0000-0002-8939-3220>

### **Taisa Morais Rolim**

Discente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)  
e-mail: [taisa.mrolim@gmail.com](mailto:taisa.mrolim@gmail.com)  
<http://lattes.cnpq.br/3386310657701808>  
<https://orcid.org/0000-0003-0162-9508>

**RESUMO:** A pobreza configura-se como um problema estrutural socioeconômico para a realidade de muitos brasileiros que vivem em locais de alta vulnerabilidade. Na Região Centro-Oeste, o percentual da população em condições de pobreza, cerca de 16,8%, faz da região uma das menos miseráveis do país. Muito se deve à atividade do agronegócio, que juntamente com políticas públicas promoveram o desenvolvimento e investimento em infraestrutura urbana e rural. Contudo, certos elementos como concentração de renda mascaram o fato de ainda se perpetuar a desigualdade social, concentração de renda e pobreza na região. Assim, temos como objetivo analisar a Região Centro-Oeste com base

nos indicadores de pobreza, desigualdade e vulnerabilidade socioeconômica, além de levantar as políticas públicas implementadas para o combate à pobreza e desigualdade socioeconômica. Para isso, este trabalho tem como base a pesquisa bibliográfica e documental com uso de dados secundários, disponibilizados pelo IBGE, ONU, com o IDHM e IPEA, com o IVS, Índice de Gini e Renda Per Capita, além de livros e artigos considerados relevantes para a construção da pesquisa. Através do levantamento, obtemos que o IDHM da Região é classificado como ALTO (0,781); o IVS é BAIXO (0,241) e o Índice de Gini que mensura a concentração de renda e denuncia a desigualdade social é ALTO (0,513) contrastando com o elevado PIB Per Capita. Observa-se a necessidade de buscar soluções para reduzir a concentração de renda e desigualdade em vista da necessidade de implementar ações de inclusão produtiva rural com desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pobreza, Vulnerabilidade, Indicadores, Centro-Oeste.

### **INTRODUÇÃO**

A pobreza e a vulnerabilidade social são dois temas cada vez mais recorrente no Brasil, principalmente quando observamos os últimos levantamentos dos indicadores sociais do país. Em 2018, o Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) trouxe atenção ao fato de o país estar retornando aos registros oficiais do qual havia saído em 2014.

Há décadas o Brasil encontra-se em uma condição de crescimento desigual, com o enriquecimento rápido de poucos em detrimento da miserabilidade de muitos. A história nos mostra que as regiões situadas ao sul do país são as que mais se beneficiaram do progresso econômico marcado pelo incentivo ao desenvolvimento industrial.

Na contramão da exploração da atividade industrial, a Região Centro – Oeste brasileira, uma das mais novas fronteiras agrícolas do Brasil, permaneceu esquecida economicamente até meados da década de 1950 quando com a ajuda da construção de Brasília começou a se destacar no agronegócio abastecendo o mercado doméstico e internacional. A Região se destaca na produção de soja, milho e criação de gado bovino de corte, dentre outras culturas ligadas à terra. É o destaque do agronegócio brasileiro apesar da baixa densidade demográfica.

A Região Centro-Oeste é uma das cinco regiões brasileiras estabelecidas pela divisão territorial promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo composta por Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Apesar de contar com apenas três estados e o DF, a região é a segunda maior em extensão territorial, atrás apenas da Região Norte. Uma peculiaridade dessa região é que ela não é banhada pelo mar.

A estimativa da população da região Centro-Oeste, conforme dados divulgados pelo IBGE em 2019, é de cerca de 16,29 milhões de habitantes, perfazendo uma densidade demográfica de aproximadamente 10,1 habitantes para cada quilômetro quadrado.

A maior parte da população do Centro-Oeste brasileiro encontra-se concentrada no estado de Goiás, que possui mais de sete milhões de habitantes, e também no Distrito Federal, que registra uma população estimada em 7 milhões de pessoas e uma incrível densidade demográfica de 17,65 habitantes por quilômetro quadrado. Não por acaso, as principais cidades são Brasília e Goiânia, a primeira classificada como metrópole nacional, e a segunda, como metrópole regional (IBGE, 2019).

Em 2019, de acordo com o IBGE, a Região Centro-Oeste apresentou um baixo percentual de brasileiros em condições de pobreza, com aproximadamente 16,8%, e 4,4% em situação de extrema pobreza. Se compararmos esse percentual com as outras regiões, o quadro não é tão alarmante. Porém, Côrrea e Figueiredo (2006) declaram que tal pobreza contrasta com o sucesso inestimável do agronegócio que alimenta uma cadeia produtiva interminável e abastece o mundo com produtos in natura. São inúmeros os investimentos em tecnologia e pesquisa para dinamizar esse setor, mas a riqueza gerada não é acessível pela totalidade da população que se encontra à margem do progresso.

Observa-se que a tendência a concentração de renda na região, que consequentemente desencadeia o fenômeno da desigualdade social, à medida que

os pequenos produtores dão lugar às grandes empresas, torna necessário averiguar a qualidade de vida dessa população.

Para isso, faremos uso dos indicadores sociais a fim de montarmos nossa análise tais como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, o Índice de Vulnerabilidade Social- IVS, o Índice de Gini e o PIB Per Capita. Além disso, faremos um levantamento do número de famílias beneficiadas pelo principal programa de transferência de renda brasileiro, o Bolsa Família, visto ser a principal política pública na frente ao combate à pobreza.

Assim, temos como objetivo analisar a Região Centro-Oeste Brasileira através dos indicadores de pobreza, desigualdade e vulnerabilidade socioeconômica, com base no IVS e no Mapa da Fome, além de levantar as políticas públicas implementadas na região para o combate à pobreza e desigualdade socioeconômica.

Para tanto, este trabalho é baseado em uma pesquisa bibliográfica e documental com uso de dados secundários, especificamente informações disponíveis pelo IBGE, ONU, e IPEA com o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) da Região Centro-Oeste do Brasil, além de livros e artigos considerados relevantes para a construção da pesquisa.

Através do levantamento de dados, obtemos que o IDHM da Região é classificado como ALTO (0,781); o IVS é BAIXO (0,241) e o Índice de Gini que mensura a concentração de renda e denuncia a desigualdade social é ALTO (0,513) contrastando com o alto valor do PIB Per Capita.

Para efeito de estrutura, este artigo encontra-se dividido em: Introdução, seguido da Revisão da Literatura, Aspectos Metodológicos, Análise de Dados e Resultados, Conclusões e Recomendações e por fim, teremos as Referências utilizadas para a construção deste trabalho.

## **REVISÃO DA LITERATURA**

### **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM**

Elaborado pela Organização das Nações Unidas, o IDH é uma ferramenta de comparação para identificar o nível de qualidade de vida da população entre países, constituído por três dimensões: renda, saúde e educação. No Brasil, o índice foi adaptado para a realidade do país a fim de que sejam aprofundadas as análises da conjuntura socioeconômica. Assim surgiu o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal com o objetivo de disponibilizar um tratamento mais regional.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB)<sup>1</sup>, em 2012, o PNUD Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro

---

1 Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/idhm/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/). Acesso em: 10 janeiro de 2019.

assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH Global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros. Esse cálculo foi realizado a partir das informações dos 3 últimos Censos Demográficos do IBGE – 1991, 2000 e 2010 – e conforme a malha municipal existente em 2010. Posteriormente ao IDHM dos municípios brasileiros, as três instituições assumiram o novo desafio de calcular o IDHM a nível intramunicipal das regiões metropolitanas do país – desta vez, para as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH).

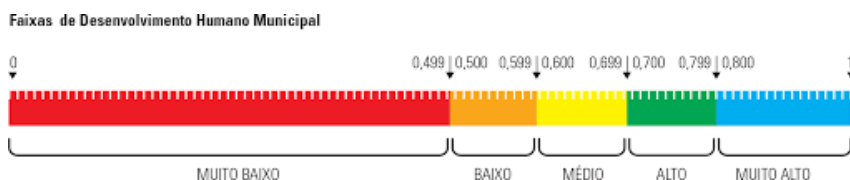


Figura 1 – Faixas do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Fonte: ONU (2015)

A faixa do IDHM é lida da seguinte maneira: quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH. Localidades que apresentam o IDHM entre 0,800 e 1 são classificados como MUITO ALTO. Entre 0,700 e 0,799 são classificados como ALTO; entre 0,600 e 0,699, são MÉDIO; entre 0,500 e 0,599, são BAIXO; e entre 0 e 0,499, são MUITO BAIXO, em que quanto mais próximo de 0 pior é a qualidade de vida da população do local analisado.

A seguir, apresentaremos o próximo indicador, o índice de Vulnerabilidade Social – IVS, indicador construído pelo IPEA.

## Índice de Vulnerabilidade Social - IVS

Segundo o IPEA, o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS foi construído com base em indicadores que revelam fragilidades sociais a partir de fatores como contextos de trabalho e renda, educação e saúde, condições de transporte, habitação e saneamento dos municípios e das regiões metropolitanas brasileiras em 2000 e 2017.

O IVS é um índice sintético que agrega um conjunto de variáveis quantitativas retiradas dos questionários da amostra dos censos demográficos decenais do IBGE, as quais postula-se aqui serem determinantes de situações de vulnerabilidade social



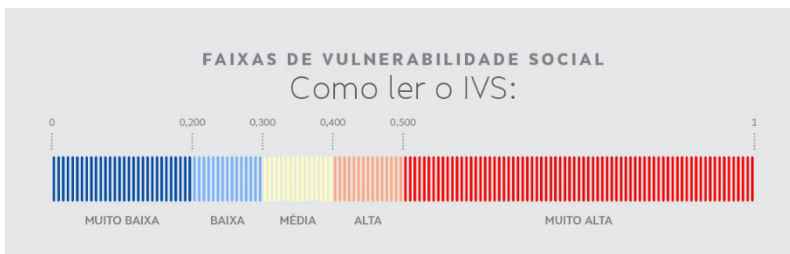


Figura 2 – Faixas do IVS

Fonte: AVS, IPEA (2015)

Cada indicador teve seu valor normalizado numa escala que varia entre 0 e 1, em que 0 corresponde à situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação. A condição de absoluta ausência de vulnerabilidade equivale a 0% de casos indesejados (ou, por exemplo, zero mortos por mil nascidos vivos, no caso da variável taxa de mortalidade de crianças de até 1 ano de idade).

O IVS é, portanto, resultado da seleção de 16 indicadores selecionados da Plataforma do ADH e foram organizados em três dimensões da vulnerabilidade social, a saber: I – a Infraestrutura Urbana do território em tela (seja ele um município, uma região, um estado ou uma Unidade de Desenvolvimento Humano); II – o Capital Humano dos domicílios deste território; e III – a Renda, o acesso ao trabalho e a forma de inserção (formal ou não) dos residentes nestes domicílios. Cada uma dessas dimensões reúne, por sua vez, um conjunto de variáveis obtidas nas bases dos Censos Demográficos do IBGE, que refletem diferentes aspectos das condições de vida.

## A Importância do Agronegócio para a Região Centro-Oeste

O sucesso do agronegócio na região, além de atrair empresas comerciais e transformadoras, gerou milhares de empregos e atrelou a si todas as outras atividades, especialmente os serviços, voltadas para o abastecimento e desenvolvimento de mão de obra, comércio, etc. (DENTZ, 2018). Os campuses universitários do estado de Mato Grosso, por exemplo, têm grande parte de seus cursos disponíveis voltados às atividades do agronegócio.

Segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), entre 2012 e 2018, a população ocupada em atividades do agronegócio sofreu uma queda de 7,02% no Brasil. Já na Região Centro-Oeste no mesmo período houve um aumento de 11,20%, o equivalente a 1,70 milhão de pessoas ocupadas nessa área em 2018, contemplando todos os estados – com exceção do Distrito Federal. Mato Grosso do Sul lidera essa evolução com 15,4% do número de trabalhadores

atuando no agro, seguido por Mato Grosso com 14,8% e Goiás com 6,6%.

Em Mato Grosso, destaca-se a importância dos agrosserviços; no Mato Grosso do Sul, o segmento primário; e Goiás, a agroindústria, o segmento primário e agrosserviços distribuídos de forma mais igualitárias na participação do índice.

Segundo a CEPEA (2019, p.10), os rendimentos do trabalho, além de ser usado para o consumo de bens e serviços relacionados ao agro, também é utilizado em outras necessidades vitais como habitação, saúde, educação, transporte e aquisição de bens duráveis. A partir disso, percebe-se que o agronegócio é fundamental para a população dessa região

### **Pobreza na Região Centro-Oeste**

Segundo Rocha (2006), a pobreza geralmente ocorre quando não há a satisfação das necessidades básicas. O problema é definir quais são essas necessidades já que elas podem não ser as mesmas para cada pessoa e para cada sociedade. Devido às diferenças culturais e produtivas, o conceito de pobreza e os modos de mensuração podem variar substancialmente entre países. Essas duas formas de ver a pobreza estão vinculadas aos termos de pobreza absoluta e pobreza relativa.

A pobreza absoluta é relacionada à sobrevivência física, ou seja, a falta de acesso aos fatores ligados às necessidades que garantem o mínimo vital. Já a pobreza relativa leva em conta o padrão de vida de determinada sociedade e como este gera desigualdade. (ROCHA, 2006, p.11).

A linha da pobreza divide os indivíduos entre dois grupos de acordo com a sua renda: os não-pobres e os pobres que “são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade”. (ROCHA, 2006, p.13). Uma linha de pobreza relativa considera o padrão de vida da sociedade analisada para estabelecer um valor medido pela média ou mediana da população.

No Brasil, considera-se uma população em situação de extrema pobreza aquela com rendimento domiciliar per capita de até R\$ 70,00; e a população em situação de pobreza é aquela com rendimento de até R\$ 140,00, mensal. (PNAD, 2015).

Para os Estados que compõem a Região Centro-Oeste, objeto deste estudo a situação configura-se da seguinte forma:

Estado	População	% de Pobreza	Extrema Pobreza
Mato Grosso do Sul	2.778.986 pessoas	18,9	3,0%
Mato Grosso	3.484.466 pessoas	17,3	7,4%
Goiás	7.018.354 pessoas	17,3	3,9%
Distrito Federal	3.015.268 pessoas	13,5	3,4%

Quadro 1: Estados da Região Centro-oeste e % de Pobreza e Extrema Pobreza

Fonte: IBGE (2018)

O quadro acima apresenta a porcentagem de Pobreza e Extrema Pobreza em cada estado da Região Centro-Oeste. Dentre todos, podemos observar que o estado do Mato Grosso do Sul possui a maior porcentagem (18,9%), enquanto o Distrito Federal possui o menor (13,5%). Em uma escala nacional, os estados da região apresentam índices menores que a grande maioria das outras regiões, e todos se encontram abaixo do nível nacional. O Distrito Federal, juntamente com o Rio Grande do Sul, é o segundo menor em porcentagem de pobreza populacional perdendo somente para Santa Catarina.

Em relação a Extrema Pobreza, também salientamos que os percentuais são inferiores aos apresentados nos estados que compõem as demais regiões do país, mas não deixam de ser objeto de preocupação visto que a Região Centro-Oeste é uma das menos povoadas do país.

## Desigualdade e Concentração de renda na Região Centro-Oeste

Além do discutido anteriormente, no que tange ao debate acerca da pobreza no Brasil não podemos deixar de falar sobre o problema da desigualdade, frequentemente relacionado ao primeiro. O termo desigualdade pode assumir diferentes formas a fim de atender a particularidade de cada discussão: pode ser de natureza econômica, racial, regional, de gênero etc. De acordo com o objetivo desta pesquisa, focaremos na esfera econômica e social, mais especificamente no que se refere à má distribuição de renda.

As diferenças de renda entre os mais ricos e mais pobres tornaram esse assunto de fundamental importância nos debates sobre desigualdade no Brasil, sobretudo em relação “a existência histórica de profundos desníveis sociais nas condições de vida, e principalmente de renda entre os residentes das regiões brasileiras”. (ARAÚJO; MORAIS, 2014, p.37). Esta realidade se perpetuou por muito tempo até meados da década de 90 e só apresentou sinais de mudança após a implementação do

Plano Real.

O Brasil configura-se como um dos países mais notáveis em desigualdade social, contudo, a tese de Barros et al (2000) define que o Brasil não é um país pobre, e sim um país com muitos pobres onde há uma precária distribuição de renda e poucas oportunidades de inclusão econômica e social. Ou seja, a raiz da pobreza no Brasil não é devido à falta de recursos e sim à distribuição destes.

Estudos e investigações recentes apontam que nas últimas décadas o Brasil obteve êxito em diminuir os níveis de desigualdade que exibia no começo do século. Esse avanço se deve principalmente à melhoria de distribuição de rendimentos do trabalho e de políticas públicas de transferência de renda tais como Aumento no Piso Previdenciário, Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada. (BARROS, et al, 2006).

Como visto anteriormente, o agronegócio é uma fonte de alta riqueza e crescimento econômico para a Região Centro-Oeste. A partir dos estudos de Ribeiro et al (2013), entre o período de 2004 e 2011 verifica-se um crescimento pró-pobre para a população rural dessa região, ou seja, a renda dos mais pobres teve uma variação superior à renda dos não-pobres. Contudo, no mesmo estudo é possível observar que em subperíodos a variação dessa renda apresenta momentos de empobrecimento.

Assim, apesar do crescimento econômico, é necessário analisar como a renda está distribuída nessa região, principalmente após a eclosão da crise de 2015. Para isso, utilizaremos um dos principais índices que mede a concentração de renda – o Índice de Gini. O coeficiente de Gini (ou índice de Gini), criado por Corrado Gini em 1912, mede a desigualdade de renda. A escala varia de 0 a 1, em que 0 representa a completa igualdade e 1 a completa desigualdade entre as rendas.



Figura 3 - Índice de Gini por Região

Fonte: IBGE (2018)<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/16/concentracao-de-renda-volta-a-crescer-no-brasil-em-2018-diz-ibge.ghtml>. Acesso em 25 de fevereiro de 2020.

Na Figura 3, podemos perceber que o índice de Gini da Região Centro-Oeste possui uma tendência à queda, diminuindo vagarosamente a concentração de renda enquanto as outras regiões apresentaram um comportamento inconstante ao longo dos anos. No ano de 2012, por exemplo, o Centro-Oeste era a quarta Unidade Federal mais desigual do Brasil, apresentando um índice de 0,513, estando na frente apenas da Região Nordeste (0,528).

Com exceção do ano de 2017, em que o índice apresentou uma elevação, ainda assim no ano de 2018 ele voltou a diminuir ligeiramente, tornando o Centro-Oeste a segunda região menos desigual e tomando a posição da Região Sudeste que apresentou piora no índice.

De acordo com a PNAD Contínua (2018), os 1% da população do Centro-Oeste com rendimentos mais elevados recebiam em média 25,6 vezes o rendimento da metade da população com os menores rendimentos mensais. Esse valor é inferior à média nacional (33,8) e perde somente para a Região Sul (22,9).

Para Corrêa e Figueiredo (2006), o crescimento do agronegócio, mesmo com os investimentos em tecnologia e pesquisa, não tem contribuído para resolver de forma significativa o problema da concentração de renda.

A posse prévia de capital e riqueza é um dos motivos que explica a permanência da desigualdade. Segundo Santos (2018), os altos índices da participação da riqueza gerada pelo agro refletidos no PIB, na renda per capita e no IDH se devem principalmente pelos altos rendimentos da elite agrária, notadamente os empresários e industriários do agronegócio, além de uma menor participação dos profissionais qualificados.

De acordo com Costa e Rosseto (2019), a concentração fundiária é um elemento que propaga ainda mais a desigualdade social, fato que revela um Brasil que priorizou a grande lavoura em detrimento do pequeno camponês subordinado e periférico.

O autor Josué de Castro (1948), atribui a culpa desse fenômeno ao sistema colonial implementado no país em que o latifúndio tinha como interesse econômico principal a exportação da produção agrícola em detrimento do mercado interno. As terras cultiváveis pertencentes a uma elite política que se encarregava de monopolizar a produção, conseqüentemente provocou a marginalização de pequenos agricultores que tendem a se submeter a grandes senhores de engenho para garantir uma mínima condição de subsistência. Atualmente, a concentração fundiária, o uso intensivo de tecnologias modernas que contribuem para o desemprego, relações precárias de trabalho e a urbanização acelerada são elementos que acentuam o empobrecimento do meio rural. (MALUF et. al, 2011).

Nessa perspectiva, a fronteira agrícola no Centro-Oeste torna-se um lugar de “alta concentração e centralização do capital”, gerando conflitos e contradições que

reduzem o número de pequenos agricultores. (BERNARDES, 2015).

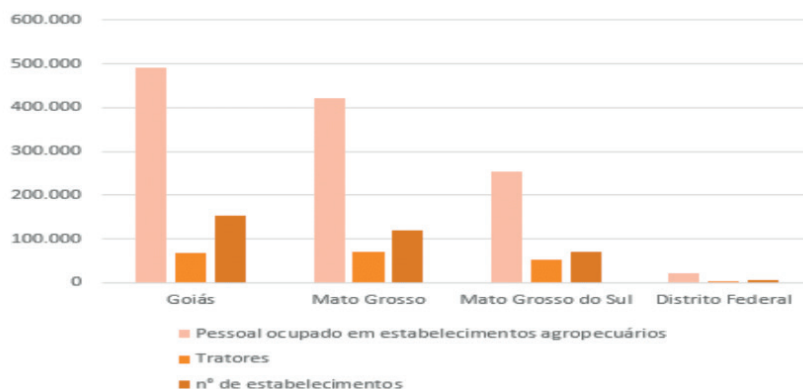


Figura 4 – Concentração Fundiária no Centro-Oeste

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Censo Agropecuário (2017).

Vimos que o Índice de Gini da Região Centro-Oeste exibiu uma melhora na desigualdade e distribuição de renda, contudo ele ainda está longe do ideal. Podemos analisar a região rural, tomando como exemplo o número de tratores e pessoal ocupado na agropecuária.

A partir do Censo Agropecuário (2017), com exceção do Distrito Federal, o que é possível perceber pela quantidade de trabalhadores ocupados na agropecuária e pelo número de tratores em cada estado, é que há uma concentração de capital na região visto que há mais trabalhadores para poucos tratores sendo manuseados nos estabelecimentos agropecuários. Ou seja, os meios de produção, tais como os tratores, estão nas mãos de uma pequena parcela da população logo a produção e consequentemente os rendimentos dela estão concentrados nesses indivíduos.

Além disso, levamos em consideração também a modernização do campo. O incremento da tecnologia sem promover um maior nível de capacitação, ao passo que aumenta a produção, diminui a utilização da mão de obra. Para Costa e Rosseto (2019, p. 97):

a política de inserção tecnológica atua em descompasso com as políticas de acesso à educação e formação tecnológica, formando um conjunto de trabalhadores vulneráveis que se sujeitam a quaisquer condições de trabalho para conseguirem assegurar sua sobrevivência.

O baixo número de estabelecimentos também é expressivo em relação ao pessoal ocupado no setor do agro. Têm-se que há poucas pessoas que possuem

as terras para cultivo e os equipamentos necessários, evidenciando ainda mais a concentração de renda e capital, ao passo que os pequenos produtores que não possuem os recursos para competir no mercado perdem seu espaço e precisam se submeter muitas vezes ao trabalho informal, que permanece um assunto pendente de solução. (CORRÊA e FIGUEIREDO, 2006).

## **ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Os procedimentos metodológicos deste trabalho possuem abordagem quantitativa por ser uma forma adequada para entender a natureza dos acontecimentos e a importância dos indicadores do IDH, IVS, Indicadores de Pobreza e Extrema Pobreza e Mapa da Fome para avaliar a vulnerabilidade social da região centro-oeste do Brasil.

Esta pesquisa caracteriza-se quanto aos meios como bibliográfica e documental uma vez que será desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e dados secundários (observação e análise) disponibilizados pela ONU acerca do IDH e do IPEA acerca do IVS.

Quanto aos fins, a presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Exploratória pois procurará obter maiores informações sobre o assunto do tema. Assim, para a construção deste trabalho utilizou-se do método observacional.

Para a análise e apresentação dos resultados, organizou-se a partir da leitura dos indicadores com a possibilidade de mapeamento dos índices e de seus componentes e sua distribuição espacial, para cada indicador em sua dimensão, observando se houve avanço/ ou melhoria ou uma regressão/ ou piora destes e relação à região estudada. Por fim, construiremos tabelas e quadros com indicadores disponíveis o que nos possibilitou a percepção do status evolutivo.

## **ANÁLISE DA DADOS E RESULTADOS**

Nesta seção apresentaremos o levantamento dos indicadores sociais relevantes para a pesquisa tais como o IDHM e o IVS, disponibilizados pelo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil e o Atlas da Vulnerabilidade Social, assim como o Índice de Gini e o PIB per capita disponibilizados pelo IBGE. Por fim, analisaremos a importância do Bolsa Família como política pública de erradicação da pobreza.

O Índice de Desenvolvimento Humano é um dos indicadores estatísticos fundamentais para estudarmos a qualidade de vida populacional. O IDHM é o indicador que se adequa a finalidade desta pesquisa pois tem maior aproximação da realidade dos que residem no território brasileiro. Dito isso, analisaremos o índice da Região Centro-Oeste atualizado em 2017, assim como o seu caráter evolutivo a

partir do IDHM do ano 2000.

Unidade de Federação	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal			
	2000	2010	2016	2017
<b>Centro-Oeste</b>	<b>0.658</b>	<b>0.757</b>	<b>0.781</b>	<b>0.781</b>
Mato Grosso do Sul	0.613	0.729	0.763	0.766
Mato Grosso	0.601	0.725	0.772	0.774
Goiás	0.615	0.735	0.768	0.769
Distrito Federal	0.725	0.824	0.854	0.850

Tabela 1 – IDHM dos estados da Região Centro-Oeste e Distrito Federal

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil e Atlas da Vulnerabilidade Social, (2020)

Como podemos observar na Tabela 1, os estados da Região Centro-Oeste encontram-se na faixa de IDH Alto (0,700 – 0,799). Com destaque para o Distrito Federal que se configura como o 1º no ranking de todo o Brasil em 2017, ainda que tenha sofrido uma queda de 0,004 desde o IDHM de 2016. Seguido por Goiás ocupando a 10ª posição. Mato Grosso do Sul e Mato grosso ocupam a 11ª e 8ª posição, respectivamente.

Dos anos de 2000 a 2010 verifica-se que houve uma melhora no padrão de vida em todos os estados da região, principalmente em Mato Grosso com uma variação de 0,124. Goiás possui a segunda maior variação (0,120), seguido por Mato Grosso do Sul (0,116) e Distrito Federal (0,099).

Dos anos de 2010 a 2017, Mato Grosso obteve o melhor desempenho com um aumento de 0,049, seguido por Mato Grosso do Sul (0,037), Goiás (0,034) e Distrito Federal (0,026). Este último permanece como o melhor IDHM do Brasil, ainda que tenha sofrido uma piora de 0,004 em relação ao IDHM de 2016.

O IVS é um indicador que se correlaciona e complementa a análise feita pelo IDH, onde além de avaliar o bem estar populacional, procura revelar as fragilidades de condições e ausências de recursos nos locais de moradias. Logo, a fim de aprofundarmos nossa análise, nas Tabelas a seguir apresentaremos os indicadores do IVS dos Estados que compõem a Região Centro-Oeste e Distrito Federal para os anos de 2000, 2010, 2016 e 2017.



Unidade de Federação	IVS			
	2000	2010	2016	2017
Centro-Oeste	0.409	0.304	0.240	<b>0.241</b>
Mato Grosso do Sul	0.420	0.289	0.190	0.194
Mato Grosso	0.427	0.277	0.237	0.227
Goiás	0.457	0.331	0.245	0.247
Distrito Federal	0.173	0.294	0.250	0.258

Tabela 2 – IVS dos Estados da Região Centro-Oeste e Distrito Federal

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IPEA, (2020)<sup>3</sup>

De acordo com o IPEA (2010), alguns estados da Região Centro-Oeste obtiveram resultados expressivos na diminuição da vulnerabilidade desde o IVS do ano 2000, especialmente o Mato Grosso do Sul onde apresentou uma queda de 0,131 em 2010. Já em 2017, é o único na faixa Muito Baixa (0 – 0,200) do indicador, com uma evolução de 0,095 em relação a 2010.

Em seguida, temos que o Mato Grosso possui contínuas evoluções. Entre 2000 e 2010, obteve uma melhora de 0,150 e entre 2010 e 2017, melhorou em 0,050 e é classificado como Baixo.

O Distrito Federal também possui um índice de vulnerabilidade baixo. É importante observar que o DF foi o único a sofrer uma piora de 0,121 em 2010, melhorou em 2016 e sofreu uma pequena queda em 2017.

Goiás é o único estado com o IVS na faixa Média em 2010, com uma evolução de 0,126. Já em 2017, evoluiu em 0,084 e é classificado como Baixo.

Segundo o IPEA (2010), o melhor IVS da região (0,141 – Muito Baixo) encontra-se em Três Ranchos (GO) e o pior (0,601 – Muito Alto) em Japorã (MS).

Portanto, a partir do estudo dos indicadores – IVS e IDHM – temos que os estados da Região Centro-Oeste diminuíram a vulnerabilidade da população ao mesmo tempo em que melhoraram a qualidade de vida, mantendo-se no nível ideal.

O índice de Gini é um indicador que reflete a desigualdade social, através da desigualdade de renda, da região, ou seja, a diferença de rendimentos entre os mais pobres e os mais ricos.

<sup>3</sup> Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2020.

Grande Região e Unidades da Federação	Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar Per Capita						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Centro-Oeste	<b>0,535</b>	<b>0,518</b>	<b>0,512</b>	<b>0,511</b>	<b>0,515</b>	<b>0,523</b>	<b>0,513</b>
Mato Grosso do Sul	0,478	0,475	0,474	0,451	0,469	0,463	0,491
Mato Grosso	0,490	0,457	0,460	0,444	0,452	0,462	0,463
Goiás	0,475	0,467	0,459	0,458	0,468	0,478	0,471
Distrito Federal	0,603	0,580	0,575	0,581	0,578	0,594	0,569

Tabela 3 – Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar Per Capita da Região Centro-Oeste

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis pelo IBGE, (2019)<sup>4</sup>

Na Tabela acima, temos que nos anos antes de 2015, a desigualdade de renda domiciliar per capita na Região Centro-Oeste apresentava uma tendência a queda em todos os estados. Em 2016 e 2017, o índice voltou a aumentar para todas as Unidades da Federação. A região como um todo permaneceu nos mesmos níveis em todos os anos, não apresentando muita diferença – esse comportamento pode ser explicado pela eclosão da crise de 2015 que abalou fortemente o mercado de trabalho, deixando muitos sem uma fonte de renda.

Em 2018, a redução dos índices do Distrito Federal e de Goiás contribuíram para a redução do índice da região como um todo, contudo ela ainda permanece alta e sem muita variação. Em todos os períodos, o Distrito Federal permaneceu com a maior desigualdade.

Em geral, podemos observar que durante os seis anos analisados não houve um grande progresso em diminuir a desigualdade de renda apesar de ter apresentado uma tendência a melhorar entre 2012 e 2015. Contudo, o período de crise e recessão pelo qual o país passou paralisou a evolução do índice.

Estado	PIB em milhões	% do PIB Nacional	% do PIB Regional	PIB Per Capita
Distrito Federal	244.683	3,7%	37,09%	80.502,47
Goiás	191.899	2,9%	29,1%	28.308,77
Mato Grosso	126.805	1,9%	19,21%	37.914,00
Mato Grosso do Sul	96.372	1,5%	14,60%	35.520,45
Região Centro-Oeste	659.759	10,0%	100%	35.653,48 <sup>5</sup>

Quadro 2 – PIB da Região Centro-Oeste

Fonte: IBGE (2017)

4 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>. Acesso em: 16 de dezembro de 2019.

5 Fonte IBGE, com base no ano de 2014.

O Quadro 2 revela os dados do PIB relativo aos estados que compõem a Região Centro-Oeste. Temos que a região como um todo tem uma participação de 10% no PIB Nacional.

O Distrito Federal possui o maior PIB entre as Unidades de Federação e a maior participação no PIB Regional. O alto valor do PIB per capita ultrapassa mais que em dobro o PIB per capita dos outros estados, e é o 1º no ranking nacional. Esse dado é refletido nos índices de IDHM e IVS em que o DF se encontra nas melhores posições do ranking. Contudo, ao olharmos o índice de Gini (0,569) temos que esse valor está altamente concentrado. Isso pode ser explicado pelo grande volume de renda da classe política presente em Brasília.

Goiás possui o segundo maior PIB e o menor valor de PIB per capita (9º no ranking), correspondente a 28 mil reais. Levando em conta que a população de Goiás é de 7 milhões (enquanto o Distrito Federal possui apenas 3 milhões), o valor é consideravelmente baixo em relação aos outros estados. Pela perspectiva do Gini (0,471), temos que esse valor se encontra muito concentrado e em situação pior que o DF.

Mato Grosso e Mato Grosso do Sul possuem PIB per capita bem próximos, ocupando a 5º e 8º posição no ranking, e em condições similares de IDHM, IVS e Gini. Com destaque para o Mato Grosso do Sul que possui o menor PIB da região, porém apresenta um PIB per capita maior que o de Goiás.

Portanto, podemos concluir que os estados do Centro-Oeste possuem um alto nível de PIB per capita – todos se encontram entre as 10 melhores posições no ranking nacional – refletido nos níveis quase ideais de IDHM e IVS. Porém, quando analisamos esse dado juntamente com o índice de Gini, precisamos nos preocupar com o potencial concentrador de renda da região.

As Políticas Públicas que têm como objetivo reduzir a pobreza no Brasil foram e continuam até hoje sendo essenciais para a melhoria nos índices sociais analisados. São elas as principais ferramentas que o governo dispõe para ajudar as famílias mais fragilizadas pela pobreza, sendo o Bolsa Família a mais relevante entre elas.

Segundo dados disponíveis no site da Caixa Econômica Federal (2019) com base no Ministério da Cidadania, o Bolsa Família constitui num programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Assim, o Bolsa Família é, através do complemento de renda, um dos principais agentes aliviadores da pobreza no Brasil. Em novembro de 2019, 602.054 famílias da Região Centro-Oeste foram beneficiadas pelo programa, segundo o Ministério da Cidadania.

Unidade de Federação	Programa Bolsa Família	
	n° de Famílias Beneficiadas	Valor Médio
Mato Grosso do Sul	114.757	183,31
Mato Grosso	143.439	172,27
Goiás	277.233	161,19
Distrito Federal	66.125	183,14

Tabela 4 – Programa Bolsa Família

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Ministério da Cidadania, (2019)

A Tabela 4 representa o número de famílias beneficiadas por estado assim como o valor médio repassado. Podemos destacar o estado de Goiás, que possui o maior número de famílias dependentes do programa, e o Distrito Federal, que possui o menor. Observa-se, no entanto, é que Goiás e Mato Grosso – o segundo maior em quantidade de famílias beneficiadas – têm os menores valores médio repassados para as famílias enquanto o Distrito Federal e Mato Grosso do Sul têm os valores médio mais altos.

O Programa Bolsa Família, implementado a partir de 2003, continua até hoje sendo a principal política no qual a população pobre pode depender. No entanto, não podemos deixar de questionar o porquê de o programa ainda ser imperativo para a população mesmo após quase duas décadas e com os avanços nos índices sociais analisados. De acordo com uma entrevista dada a IHU On-Line, Castro (2017) informa que “os objetivos de nossas políticas públicas não são claros, assim como não existe avaliação de resultados. Portanto, asseguro que há muito dinheiro mal gasto e muita política pública inócua em resolver o problema que pretende”.<sup>6</sup>

O grande número de famílias ainda dependentes do programa nos mostra que, apesar dos níveis de pobreza terem melhorado ao longo do tempo, ainda há muito trabalho a ser feito, principalmente no que tange aos incentivos as pessoas saírem dessa condição – sendo estes a necessidade de aprimorar os esforços na educação a fim diminuir a evasão escolar, promover maior acesso ao saneamento básico, garantir a segurança pública, etc. O recente estado da economia brasileira, da crise que abalou fortemente o mercado de trabalho ao lento processo de recuperação, revela um novo obstáculo a missão de erradicar a pobreza no país.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Desde o início da povoação do território brasileiro a pobreza e a desigualdade social sempre fizeram parte da realidade da grande maioria da população, por muito

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/572024-a-diminuicao-da-desigualdade-tem-que-ser-a-agenda-do-brasil-entrevista-especial-com-fabio-castro>. Acesso em: 17 de março de 2020.

tempo esquecida e marginalizada. A precariedade de acesso aos recursos necessários e um mal estruturamento social e econômico, insuficiente para dar suporte as famílias mais carentes, é uma característica que se perpetua até os dias de hoje no Brasil e que parece se tornar cada vez mais complexo de solucionar.

Diante do alerta da ONU e a volta do país ao Mapa da Fome, surgiu a necessidade de novamente trazer à tona a discussão sobre o tema a partir da análise dos principais indicadores como o IDH, o IVS, Gini e entre outros, a fim de observar os níveis de pobreza e qualidade de vida da população.

Temos que desde o começo do século XXI o Centro-Oeste obteve um sucesso inestimável no crescimento de sua economia, fato que refletiu significativamente na condição de vida das pessoas. A análise do IDHM nos mostra que todas as Unidades da Federação se encontram na faixa ALTA e MUITO ALTA do indicador, tendo o Distrito Federal como o melhor local para viver em todo o Brasil.

No que diz respeito a vulnerabilidade social, temos que a população do Centro-Oeste possui uma maior potencialidade de resistir e se recuperar de impactos no âmbito socioeconômico, obtendo mais facilidade em alocar seus recursos. O IVS da região teve uma grande evolução, estando a maioria das UFs localizadas na faixa BAIXA do indicador.

Contudo, observamos que a desigualdade social ainda é muito expressiva. A desigualdade de renda continua sendo um assunto de muita preocupação no Brasil e alvo de muitas críticas. Programas de transferência de renda e maiores rendimentos oriundos do trabalho, ainda que se tenha percebido uma relativa melhora nos índices de desigualdade, ainda não são suficientes para tornar o país mais igualitário.

No caso do Centro-Oeste, a análise do Índice de Gini da região nos mostra que o Centro-Oeste é o segundo território de menor concentração de renda no país, contudo quando analisamos as Unidades da Federação que o compõem percebemos que os valores continuam longe do ideal. Um exemplo disso é o alto valor do PIB Per Capita que contrasta o alto nível do Índice de Gini, mostrando que o crescimento econômico da região não é para todos.

A concentração fundiária também é um elemento fundamental na discussão sobre concentração de renda no Centro-Oeste. No meio rural, os meios de produção encontram-se nas mãos dos empresários e da elite agrária, fato que impossibilita a formação de uma agricultura familiar competitiva. Além disso, a rápida modernização do campo e as precárias relações de trabalho são outros fatores que potencializam a desigualdade e pobreza rural.

A porcentagem de pessoas vivendo em extrema pobreza no Centro-Oeste, ainda que menor se comparada ao resto do Brasil, não pode ser ignorada. Mesmo com a queda desse número, não podemos frear os esforços em prestar assistência às famílias que ainda se encontram em condição de vulnerabilidade social, procurando

sempre em incentivá-las a buscar a sua emancipação.

As políticas públicas de redução da pobreza são agentes fundamentais na luta contra essa enfermidade social. O Programa Bolsa Família é há anos a principal forma de auxílio das famílias através da transferência de renda e por conta disso deve permanecer na agenda do governo até ser cumprido o objetivo desta. Além disso, é necessário que outros programas sejam implementados para reforçar a política de diminuição da desigualdade e da vulnerabilidade. É importante lembrar, no entanto, que o objetivo delas é prestar ajuda e reduzir o número de famílias pobres e não as tornar instrumentos que perpetuam o problema.

Muito além de programas de transferência de renda, que temporariamente aliviam necessidades imediatas (como a fome), a superação dessa condição a longo prazo deve ser o ideal a ser seguido. Portanto, complementar a assistência do Bolsa Família, é imperativo a formação de projetos que incentivam essa emancipação.

O plano de ações “ProgreDir” e o conjunto de programas de Inclusão Produtiva Rural do governo federal são exemplos de projetos que buscam gerar emprego e renda e promover autonomia para pessoas de baixa renda. O objetivo do “ProgreDir” é promover a inclusão dessa população no mercado de trabalho através da intermediação de mão de obra, da qualificação profissional e do empreendedorismo, oferecendo as ferramentas necessárias tais como: cursos profissionalizantes, educação financeira, concessão de créditos etc.

Já a Inclusão Produtiva Rural abarca programas de incentivo à agricultura familiar que diversificam as atividades produtivas da população beneficiada, além de promover uma melhoria na segurança alimentar e nutricional. Alguns desses programas são:

- a. Programa Fomento Rural, criado pela Lei 12.512/2011 e regulamentado pelo Decreto 9.221/2017, consiste no acompanhamento social e produtivo e na transferência de recursos para famílias que vivem em condições de vulnerabilidade no valor de R\$2,4 mil ou R\$3 mil para investimentos em projetos produtivos.
- b. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, que consiste na compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar e os redireciona a pessoas em condição de insegurança alimentar e nutricional.

A expansão e a criação de novos programas como os mencionados acima são essenciais para o desenvolvimento humano da população mais vulnerável, principalmente aquelas vivendo na Região Centro-Oeste. A cooperação entre os agentes públicos e privados – o governo federal, empresas privadas e organizações

sem fins lucrativos – é fundamental para o cumprimento do primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU: a erradicação da pobreza.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, J. A.; MORAIS, G. A. de. Desigualdade de renda e sua decomposição no Brasil e na Regiões brasileiras. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v.45, n.4, p. 35-51, out/dez., 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br>. Acesso em: 19 de mar. 2020.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 2014. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking/>. Acesso em: 13 dez. 2019.

BARROS, R. P. de et al. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-142, feb. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BARROS, R. P. de et al, (org.). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2006. v. 2. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 19 de mar. 2020.

BERNARDES, J. A. Novas fronteiras do capital no cerrado: dinâmica e contradições da expansão do agronegócio na região Centro-Oeste, Brasil. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 19, n. 507, abr. 2015. Disponível em: <http://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15112>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. **Censo Agropecuário 2017**. Resultados Definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: [https://censoagro2017.ibge.gov.br/censo\\_agro/resultadosagro/index.html](https://censoagro2017.ibge.gov.br/censo_agro/resultadosagro/index.html). Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatório de Informações (RI) do Bolsa Família e Cadastro Único**. Brasília: 2019. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2020.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 2. ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1948.

CEPEA. **Brasil Agro: o dinamismo do Centro-Oeste**. Piracicaba: CEPEA, 2019. 12 p. Disponível em: [https://www.cepea.esalq.usp.br/\\_centrooeste\(1\).pdf](https://www.cepea.esalq.usp.br/_centrooeste(1).pdf). Acesso em: 20 nov. 2019.

CORRÊA, A.; FIGUEIREDO, N. Riqueza, desigualdade e pobreza: um perfil da região Centro-Oeste no início do séc. XXI. **Revista Pesquisa e Debate**, São Paulo. v. 17, n. 1. 2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/11858>. Acesso em: 20set. 2019.

COSTA, H. L.; ROSSETO, O. C. A concentração fundiária no estado de Mato Grosso: leituras a partir da análise dos Censos Agropecuários 1985-2017. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 14, n. 32, p. 84-99, abr. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/45524>. Acesso em: 20 dez. 2019.

DENTZ, Eduardo von. Atuação do Estado na dinâmica geoeconômica da Região Centro-Oeste: Investimentos e transformações territoriais a partir do agronegócio. **Sociedade e Território**, v. 30, n. 2, p. 80-100, 16 fev. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/14799>. Acesso em: 29 set. 2019.

IBGE. **Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os Municípios das Capitais**. Rio de Janeiro:

IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>. Acesso em: 16 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=40](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40). Acesso em: 24 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **PNAD Contínua**: Rendimento de todas as fontes: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101673>. Acesso em: 17 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101678>. Acesso em: 15 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Sistema de contas regionais**: Brasil: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101679>. Acesso em: 16 jan. 2020.

IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social**. 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 13 de dezembro de 2019.

MALUF, Renato; MATTEI, Lauro; ZIMMERMANN, Silvia; WESZ JUNIOR, Valdemar; TIBURCIO, Breno; MIRANDA, Carlos. **Pobreza Rural**: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. Brasília: IICA, 2011. 172 p. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B2101p/B2101p.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2019.

PLANALTO. Governo Federal. **Programa Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia>. Acesso em: 26 de janeiro de 2019.

ONU. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. 2015. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/dh0.html>. Acesso em: 16 dez. 2019.

RIBEIRO, Lilian Lopes, et al. Crescimento Econômico e Pobreza Rural na Região Centro-Oeste. **Conjuntura Econômica Goiana**, Goiânia, n. 25, p. 52-65, 2013. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/conjuntura-economica-goiana/conjuntura25.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: Afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 244 p. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/mod\\_resource/content/1/3649\\_001.pdf](https://edisciplinas.usp.br/mod_resource/content/1/3649_001.pdf). Acesso em: 12 nov. 2019.



# CAPÍTULO 5

## POBREZA DO BRASIL: A SITUAÇÃO DA POBREZA E DESIGUALDADE NAS REGIÕES SUL E SUDESTE DO BRASIL

*Data de aceite: 01/08/2020*

### **Michele Lins Aracaty e Silva**

Doutora em Desenvolvimento Regional, Economia e Meio Ambiente pela Universidade de Santa Cruz do Sul - (UNISC)  
Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)  
Economista. Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM  
e-mail: [michelearacaty@ufam.edu.br](mailto:michelearacaty@ufam.edu.br)  
<http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>  
<https://orcid.org/0000-0002-8939-3220>

### **Jackelyne Evellyn de Sales Assunção**

Discente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)  
e-mail: [jack.sales.assuncao@gmail.com](mailto:jack.sales.assuncao@gmail.com)  
<http://lattes.cnpq.br/2859916816323993>  
<https://orcid.org/0000-0003-0959.1882>

**RESUMO:** A parcela da população que se encontra em condições de pobreza e extrema pobreza concentra-se mais exposta às vulnerabilidades socioeconômicas. Dessa forma serão apresentados tópicos referentes ao conceito e a multidisciplinaridade das definições acerca da vulnerabilidade, concentração de renda e desigualdade, além da pobreza, extrema pobreza e uma breve reflexão sobre a população em situação de rua. Assim, temos como objetivo analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza e a desigualdade da população residente nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, com base nos indicadores de vulnerabilidade socioeconômica e no Mapa da Fome de

forma a verificar o risco alimentar e a taxa de prosperidade social regional. Quanto aos aspectos metodológicos, este estudo está baseado em pesquisa bibliográfica e documental com o uso de dados secundários, disponibilizados pelo IBGE, ONU, com o IDHM e IPEA, com o IVS das Regiões Sul e Sudeste do Brasil, além de livros e artigos considerados relevantes e que contribuirão para a pesquisa. No que tange aos resultados, o Rio de Janeiro apresentou o maior IVS em 2017, de 0.284. No Sul, o IDHM Educação de 2010 apresentou para os três estados, indicadores de MÉDIO desenvolvimento, com o Rio Grande do Sul obtendo o menor, de 0.642. Juntas, as duas regiões representam cerca de 70% do PIB brasileiro. O estudo possibilitou demonstrar que em comparativo com a Região Sul, o Sudeste possui os elevados indicadores de vulnerabilidade, os menores indicadores de desenvolvimento humano e os maiores índices de desigualdade e concentração de renda.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pobreza e Extrema Pobreza, Vulnerabilidade, Indicadores, Sul e Sudeste.

### **INTRODUÇÃO**

Nos estudos acerca da pobreza e desigualdade no país, temáticas como fome, vulnerabilidade socioeconômica e concentração de renda aparecem com frequência e apresentam relações com a temática central que demonstram necessidade de análise.

As preocupações acerca da problemática da fome no Brasil e no mundo foram objeto de

estudo do brasileiro Josué de Castro, e ganhou destaque após o lançamento do seu livro em 1946, “Geografia da Fome”. Ao longo de suas obras, Castro provou que a questão da fome não se tratava do quantitativo de alimentos ou do número de habitantes, mas sim da má distribuição das riquezas, concentradas cada vez mais nas mãos de menos pessoas. Com isso, defendia a melhor distribuição de recursos.

Ressaltamos que o a Obra de Josué de Castro, Geografia da Fome de 1946 constitui a motivação para a construção deste trabalho e posterior análise da problemática da fome, pobreza e extrema pobreza na Região Sudeste e Sul do país, regiões com elevado grau de crescimento econômico.

A respeito das regiões que são o objeto de estudo da pesquisa, o Sudeste do país corresponde à região mais populosa, obtendo como base os dados do IBGE, possui como característica a maior economia do país, visto que, seu desenvolvimento ocorre desde a época colonial, passando pelo plano de expansão econômica em meados dos 50. De acordo com o IBGE (2019), a Região Sudeste é responsável por 52,88% do PIB nacional, com um total de 85 milhões de habitantes o que corresponde a 44% da população do país, sendo composta por quatro estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Já em relação à Região Sul, sua economia é diversificada, com atividades ligadas à pecuária, indústria e serviços, o que lhe confere o segundo maior PIB do país. Possui como principais características a extensa pecuária, facilitada por questões geográficas, além da colonização que reproduz traços até os dias atuais. De acordo com o IBGE (2019), a Região Sul do Brasil é responsável por 14,7% do PIB nacional e dispõe de aproximadamente 14% da população brasileira, sendo composta por três estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

É possível observar a importância dessa pesquisa ao verificar os dados provenientes da Síntese de Indicadores Sociais - SIS do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. De acordo com esta síntese, entre os anos de 2014 e 2018 houve um aumento de 2 pontos percentuais na população em situação de pobreza no Brasil, esse aumento resultou em 6,5% da população brasileira em situação de pobreza em 2018 no Brasil.

Este percentual é equivalente a 13,5 milhões de pessoas, contingente superior a população de diversos países. Esse fato, corrobora ao alerta que a Organização das Nações Unidas fez ao Brasil que após sair do mapa da fome em 2014 corre o risco de compor novamente este mapa.

A parcela da população que enfrenta a fome e que se encontra em condições de pobreza e extrema pobreza concentra-se mais exposta a vulnerabilidades sociais, em circunstâncias onde a população não dispõe de acesso a bens e serviços básicos: saúde, educação e moradia; fragilidades como: baixa escolarização, condições de precárias de saúde, moradias em locais degradados e em condições sanitárias

inadequadas são altamente presentes.

Assim, temos como objetivo analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza e a desigualdade da população residente nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, com base nos indicadores de vulnerabilidade socioeconômica e no Mapa da Fome de forma a verificar o risco alimentar e a taxa de prosperidade social regional.

Quanto aos aspectos metodológicos, este estudo está baseado em pesquisa bibliográfica e documental com o uso de dados secundários, especificamente informações disponíveis pelo IBGE, ONU, Atlas de Desenvolvimento Humano - ADH e no Índice de Vulnerabilidade Social - IVS das Regiões Sul e Sudeste do Brasil, além de livros e artigos considerados relevantes para a construção desta pesquisa.

No que tange aos resultados, o Rio de Janeiro apresentou o maior IVS em 2017, de 0.284. No Sul, o IDHM Educação de 2010 apresentou para os três estados, indicadores de MÉDIO desenvolvimento, com o Rio Grande do Sul obtendo o menor, de 0.642. Juntas, as duas regiões representam cerca de 70% do PIB brasileiro. O estudo possibilitou demonstrar que em comparativo com a Região Sul, o Sudeste possui os elevados indicadores de vulnerabilidade, os menores indicadores de desenvolvimento humano e os maiores índices de desigualdade e concentração de renda.

Com relação à estrutura, este artigo encontra-se dividido em: Introdução, seguido da Revisão da Literatura, Aspectos Metodológicos, Análise de Dados e Resultados, Conclusões e Recomendações e por fim, teremos as Referências utilizadas para a construção deste trabalho.

## **REVISÃO DA LITERATURA**

### **Josué de Castro e a Problemática da Fome**

Josué de Castro é uma das bases dessa pesquisa, por seus estudos terem sido pioneiros e eficientes na análise da fome no Brasil e no mundo e mesmo após 73 anos do lançamento da obra *Geografia da Fome* (1948), ao se analisar temas como: fome, pobreza e extrema pobreza é de extrema relevância que se retorne aos estudos da obra *Castriana*. De acordo Nascimento (2009, p.1) “Reviver Josué de Castro significa a retomada da luta contra a fome”.

Na visão de Alves (2007, p.4) Josué de Castro enriqueceu a análise sobre a fome ao considerar não apenas o aspecto biológico, mas também os aspectos econômicos, políticos, geográficos e sociais. Castro em seus trabalhos não se limitava apenas a dar o diagnóstico da fome no mundo, mas também como se poderia lutar pela erradicação da fome.

Uma consideração importante feita pelo autor em relação à discriminação das áreas de fome conforme Castro (1948):

áreas de fome aquelas em que pelo menos a metade da população apresenta nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição, sejam estas manifestações permanentes (áreas de fome endêmica), sejam transitórias (áreas de epidemia de fome). Não é o grau de especificidade carencial que assinala e marca a área, mas a extensão numérica em que o fenômeno incide na população (p. 47).

No que diz respeito a área alimentar que correspondia ao Sul e o Sudeste, Castro (1948, p.261) chega à conclusão que

Sul é realmente uma zona de subnutrição crônica, cujas populações, embora libertadas em sua maioria das formas mais graves da fome, estão, no entanto, longe de gozar dos benefícios de um metabolismo perfeitamente equilibrado.

Passaremos a partir deste momento a fazer um breve levantamento conceitual acerca do conceito e definição de Vulnerabilidade e Vulnerabilidade Social.

### **Vulnerabilidade: Conceito e Definição**

De acordo com Schumann (2014, p.18) tratar de vulnerabilidade significa analisar condições de quando um indivíduo não possui possibilidade de obter condições dignas de acesso a um bom sistema de saúde, a condições boas de moradia, ao acesso a um sistema educacional de qualidade. Além disso, é possível analisar a vulnerabilidade em relação à fome, a pobreza e a extrema pobreza. Tais condições acometem parte significativa da população brasileira em todas regiões do país, inclusive nas regiões mais ricas economicamente, região Sul e Sudeste do Brasil, nosso objeto de estudo.

De acordo com Petrini (2003, p.9) conforme a família encontra dificuldades para manter de forma satisfatória suas tarefas básicas de socialização primária e de amparo aos seus membros, formam-se situações de vulnerabilidade que, dependendo da relação com outros fatores de risco, poderão acarretar emergências com a inserção na marginalização social.

A conceituação de Nobre (2008) afirma que:

Vulnerabilidade: é o grau de susceptibilidade ou incapacidade de um sistema para lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, inclusive a variabilidade climática e os eventos extremos de tempo e clima. A vulnerabilidade é uma função do caráter, magnitude e ritmo da mudança climática e da variação a que um sistema está exposto, sua sensibilidade e sua capacidade de adaptação (p.9).

Em linhas gerais, existe um relativo consenso de que a vulnerabilidade é o resultado da convergência da exposição aos riscos, da incapacidade de resposta e da falta de habilidades para adaptação. Nesse sentido, a vulnerabilidade é tanto

uma condição dos indivíduos em face de eventos adversos de várias naturezas (econômicas, sociais, legais) como um enfoque para a análise de diferentes formas de riscos ou tipos de assistências Vignolli (2001, p.1).

Para auxiliar nos estudos e pesquisas e para entender as dimensões da vulnerabilidade socioeconômica no Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada desenvolveu o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) que foi constituído com o intuito de demonstrar fragilidades sociais a partir de fatores com contextos de trabalho e renda, educação e saúde, condições de transporte, habitação e saneamento básico, entre outros aspectos. O Atlas da Vulnerabilidade Social - AVS, por sua vez, consiste na aplicação deste índice aos territórios dos municípios e das RMs do país e de sua representação em mapas. Além de publicação impressa, o AVS ensejou a elaboração de uma plataforma web onde são possíveis consultas e a extração dos dados nos formatos tabular e cartográfico. (IPEA, 2015, p.17)

Cada indicador teve seu valor normalizado numa escala que varia entre 0 e 1, em que 0 corresponde à situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação. A condição de absoluta ausência de vulnerabilidade equivale a 0% de casos indesejados (ou, por exemplo, zero mortos por mil nascidos vivos, no caso da variável taxa de mortalidade de crianças de até 1 ano de idade). (IPEA, 2015, p.18)

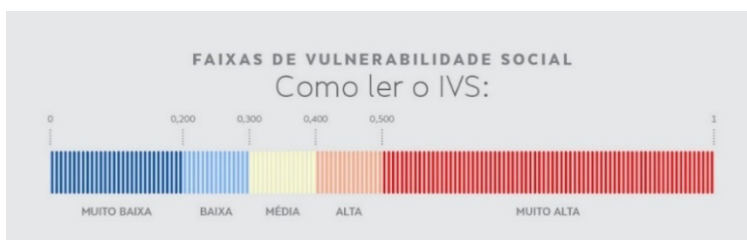


Figura 1 – Faixas do IVS

Fonte: AVS, IPEA (2015)

Como um dos principais indicadores de desenvolvimento humano, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é um dado utilizado pela Organização das Nações Unidas - ONU para analisar a qualidade de vida de uma determinada população. As dimensões utilizadas para calcular o IDH são: Longevidade, Renda e Educação. Para que fosse possível uma perspectiva mais específica do desenvolvimento humano no Brasil, o IDH foi adaptado para Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (ONU, 2013, p.25).

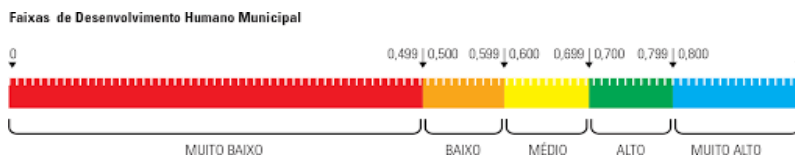


Figura 2 – Faixas do Desenvolvimento Humano Municipal

Fonte: ONU (2013)

O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o IDHM brasileiro considera as mesmas dimensões do IDHM Global – Renda, Longevidade e Educação. Este indicador adequa a metodologia global ao contexto brasileiro (ADHB, 2013, p.27).

A análise integrada do desenvolvimento humano com a vulnerabilidade social oferece o que se denomina aqui de Prosperidade Social. A prosperidade social é a ocorrência simultânea do alto desenvolvimento humano com a baixa vulnerabilidade social, sugerindo que, nas porções do território onde ela se verifica, ocorre uma trajetória de desenvolvimento humano menos vulnerável e socialmente mais próspera (ADHB, 2013).

## Desigualdade e Concentração de Renda

Temas como desigualdade e concentração de renda necessitam de pesquisas e debates a respeito, visto que de acordo com Campello et al. (2018, p.3) “Uma parcela expressiva da população vem vivendo à margem de condições mínimas de vida. Elevá-las a um patamar de dignidade não pode ser considerado um valor secundário no debate sobre desigualdade”. Para Barros et al. (2001, p.6) o Brasil é um país desigual que possui o desafio histórico de encarar uma herança de justiça social, a qual parte significativa da sua população está excluída do acesso as condições mínimas de dignidade e cidadania.

Para Barros et al. (2001, p.6) a desigualdade é tão pertencente a história brasileira que adquire fórum de coisa natural, além disso, a pobreza tem extrema relação com a desigualdade, visto que a desigualdade distributiva retrata o principal determinante da pobreza. E que conforme Wlodarski e Cunha (2005, p.8) “é possível perceber que a desigualdade social e como consequência desta, a pobreza, refletem as ações direcionadas e determinadas pelas formas de pensar e planejar nossa sociedade”

No que tange a relação entre desigualdade e concentração de renda é

afirmada por Campello et al. (2018, p.3):

A mensuração de desigualdade mais conhecida é a da concentração de renda apurada pelo Coeficiente de Gini. Ela aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos e vem cumprindo um papel inegável, ao expor uma das faces mais estruturantes do fenômeno, a desigualdade de renda. Entretanto, apresenta limitações por olhar um único aspecto do problema: a renda monetária.

Em relação a desigualdade, entende-se que em concordância com Barros et al. (2001, p.28):

O diagnóstico básico referente à estrutura da pobreza entende que o Brasil, no limiar do século XXI, não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres. A desigualdade encontra-se na origem da pobreza e combatê-la torna-se um imperativo. Imperativo de um projeto de sociedade que deve enfrentar o desafio de combinar democracia com eficiência econômica e justiça social. Desafio clássico da era moderna, mas que toma contornos de urgência no Brasil contemporâneo.

## **Pobreza e Extrema Pobreza**

De acordo com Rocha (2006, p.12), um dos critérios para analisar a pobreza é a partir da renda, visto que em economias modernas parcela significativa das necessidades dos indivíduos é atendida através de trocas mercantis, logo é plausível que o conceito de pobreza seja sistematizado de forma indireta através da renda. Nessa perspectiva, é estabelecido um valor monetário associado ao custo de provimento das necessidades médias de uma pessoa.

Ainda para o Autor (2006), quando se refere especificamente das necessidades nutricionais, esse valor é chamado de linha de indigência, ou de pobreza extrema em relação ao caráter indispensável das necessidades alimentares. Quando se refere ao conjunto mais amplo das necessidades, trata-se da linha de pobreza.

Tais valores são utilizados como parâmetros para distinguir dois subgrupos de acordo com a renda, indigentes e não-indigentes, no caso da linha de extrema pobreza, e pobres e não-pobres, quando se utiliza a linha da pobreza. Sendo assim, os pobres são aqueles com renda situados abaixo do valor estabelecido pela linha da pobreza, logo, incapazes de suprir as o conjunto de necessidades consideradas mínimas. Indigentes, um subconjunto de pobres, são aqueles cuja renda é inferior a estabelecida pela linha de pobreza extrema e não conseguem suprir nem as necessidades nutricionais (2006, p.14).

Analisando através da perspectiva de outro autor a respeito da conceituação de pobreza, podemos destacar que de acordo com Mattei (2017, p.25):

A pobreza, sem dúvida alguma, é a mais perceptível forma de degradação da condição humana, uma vez que coloca claramente aos olhos de toda a sociedade um conjunto imenso de pessoas desprovidas de bens, excluídas socialmente e privadas de cidadania. Desta forma, esse fenômeno apenas realça os resultados contraditórios do modo de organização econômica, social e política das sociedades contemporâneas.

Pelo fato de o Brasil não possuir uma linha oficial de pobreza, a Síntese dos Indicadores Sociais – SIS/ IBGE toma como base linhas de pobreza absolutas medidas a partir de valores definidos em dólares por dia, adotadas em nível mundial a partir das indicações do Banco Mundial. Por mais que existam discussões sobre as linhas de corte e como adaptá-las às necessidades de cada país, o limite para a definição de pobreza global é o valor de US\$ 1,90 diários per capita em Paridade de Poder de Compra – PPC (IBGE, 2019, p.57).

A seguir, abordaremos a questão da população em situação de rua, problemática mais evidentes em grandes centros urbanos e das maiores cidades do país, constituindo um dos mais relevantes desafios para os agentes públicos em todo o Brasil.

## **A Questão da População em Situação de Rua**

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, realizada em 2009, é possível definir população em situação de rua como:

grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p.19).

No que se refere ao quantitativo de indivíduos em situação de rua, como essa categoria não é incluída nos censos decenais, utilizamos o Censo da População em Situação de Rua da cidade de São Paulo em 2019<sup>1</sup>, que apresenta dados significativos. Comparando os dois últimos censos realizados, no ano de 2015 eram 15.905 indivíduos em situação de rua na cidade de São Paulo, no ano de 2019 esse número se elevou para 24.344, o que significa um aumento de 53% na população em situação de rua apenas na cidade de São Paulo, como podemos observar no Quadro 1.

---

<sup>1</sup> Censo da População em Situação de rua da Cidade de São Paulo. Disponível em: < [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/Produto5\\_SMADS\\_SP\\_Final.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/Produto5_SMADS_SP_Final.pdf) >. Acesso em: 22 de março de 2020



Censo da População em Situação de Rua na cidade de São Paulo			
ANOS	Pessoas recenseadas nas ruas	Pessoas recenseadas nos centros de acolhida	Total da população em situação de rua
2015	7.335	8.570	15.905
2019	12.651	11.693	24.344

Quadro 1 – População em Situação de Rua na Cidade de São Paulo

Fonte: Censo da População em situação de Rua (2015), Censo da População em situação de Rua (2019) – Prefeitura de SP

Ora mencionados os dados acima, cabe analisar variáveis demográficas que apresentam relevância para a análise, que são encontradas nos Censos da População em Situação de Rua, sendo elas: faixa etária, sexo e cor. Porém, como existem divergências nas apresentações dos dados nos relatórios censitários feitos em 2015 e 2019, será feita a apresentação dessas informações de forma separada, não ocorrendo a análise das trajetórias dos quantitativos, devido as divergências na apresentação dos dados nos relatórios disponibilizados. Segue abaixo as informações de sexo, faixa etária e cor do Censos da População em Situação de Rua de 2015.

No relatório da pesquisa censitária referente a população de rua do ano de 2015, as análises das variáveis demográficas são distinguidas entre pessoas recenseadas na rua e pessoas recenseadas em centros de acolhimento, por isso não é possível comparar com os resultados do relatório da pesquisa censitária de 2019, que dispõe os dados conforme o número geral da população de rua, não fazendo distinções, por conta disso, o quantitativo total no quadro acima é apenas de 7.335 (Censo da População em Situação de rua, 2015, p.53). Dito isto, no ano de 2015 eram 5818 indivíduos do sexo masculino morando nas ruas de São Paulo, em relação ao sexo feminino foram constatadas cerca de 1110 mulheres em situação de rua e 407 pessoas sem identificação. Em termos percentuais, 84% dos casos válidos (desconsiderando aqueles sem identificação) eram do sexo masculino e 16% do sexo feminino.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos deste trabalho possuem abordagem qualitativa por ser uma forma adequada para entender a natureza dos acontecimentos e a importância dos indicadores do IDHM, IVS, índices de Pobreza e Extrema Pobreza, indicadores de desigualdade e concentração de renda, para avaliar a

Vulnerabilidade Socioeconômica das regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Quanto aos meios essa pesquisa é definida através da pesquisa bibliográfica e documental, visto que será desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e dados secundários (observação e análise) disponibilizados pela ONU acerca do IDH e pelo IPEA acerca do IVS.

Quanto aos fins, a presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Conceituada como exploratória pois buscará agregar informações relevantes a respeito do tema da pesquisa, como: aspectos da pobreza e extrema pobreza, das vulnerabilidades socioeconômicas e a desigualdade e concentração da renda. Descritiva por tratar de problemas sociais abrangentes que necessitam ser compreendidos, para isso, utilizando a descrição desses problemas como a pobreza e vulnerabilidade e a definição das variáveis relacionadas entre eles.

Entre os diversos instrumentos de coleta utilizados nas ciências sociais aplicadas, neste trabalho optamos por utilizar o método observacional e a técnica da observação indireta. Quanto à análise de dados esta pesquisa é classificada em análise de conteúdo, com o auxílio de quadros e tabelas.

## ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

Tendo como objetivo analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza e a desigualdade da população residente nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, com base nos indicadores de vulnerabilidade socioeconômica e no Mapa da Fome de forma a verificar o risco alimentar e a taxa de prosperidade social regional.

Nesse sentido, é válido apresentar os indicadores do Índice de Vulnerabilidade Social – IVS das regiões analisadas nesta pesquisa: Sudeste e Sul. A seguir os quadros com os indicadores disponibilizados pelo IPEA através do Atlas da Vulnerabilidade Social - AVS dos anos disponibilizados.

MACRO REGIÃO E UNIDADES FEDERATIVAS	ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL DA REGIÃO SUDESTE							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Sudeste	0.299	0.244	0.239	0.225	0.236	0.234	0.228	0.235
Espirito Santo	0.274	0.242	0.224	0.191	0.22	0.229	0.227	0.227
Minas Gerais	0.282	0.238	0.211	0.197	0.204	0.211	0.209	0.207
Rio de Janeiro	0.323	0.282	0.277	0.273	0.273	0.282	0.275	0.284
São Paulo	0.297	0.24	0.251	0.237	0.249	0.238	0.23	0.241

Quadro 2 – IVS Região Sudeste

Fonte: Planilha do Atlas da Vulnerabilidade Social, IPEA (2020)

O quadro acima apresenta os índices de vulnerabilidade da Região Sudeste e seus respectivos estados ao longo de 2010 a 2017, os anos disponibilizados pelo AVS. Com base nesses dados, é possível entender que o IVS da região Sudeste se aproxima do indicador considerado como ideal, conforme a faixa de análise do índice, o IVS da região Sudeste entre 2010 a 2017 encontra-se baixo. Esse indicador possui uma trajetória ascendente nos últimos dois anos analisado, 2016 e 2017, possuindo IVS de 0.228 e 0.235 respectivamente.

Em relação a análise dos indicadores dos estados da região Sudeste, é possível afirmar que todos estão compreendidos como baixa vulnerabilidade. Vale destacar o caso do estado do Rio de Janeiro, que no ano de 2017, possuía o maior IVS da região Sudeste neste ano, alcançando o indicador de 0.284, em seguida se encontra o estado de São Paulo, com IVS de 0.241.

Segue abaixo os Índices de Vulnerabilidade Social da Região Sul do Brasil e seus respectivos estados.

MACRO REGIÃO E UNIDADES FEDERATIVAS	ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL DA REGIÃO SUL							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Sul</b>	0.23	0.194	0.188	0.181	0.172	0.191	0.184	0.186
<b>Paraná</b>	0.252	0.196	0.202	0.203	0.17	0.19	0.183	0.186
<b>Rio Grande do Sul</b>	0.234	0.205	0.191	0.182	0.201	0.221	0.208	0.209
<b>Santa Catarina</b>	0.192	0.17	0.146	0.134	0.112	0.128	0.133	0.134

Quadro 3 – IVS Região Sul

Fonte: Planilha do Atlas da Vulnerabilidade Social, IPEA (2020)

O quadro acima apresenta os índices de vulnerabilidade da região Sul e seus respectivos estados ao longo de 2010 a 2017. Com base nesses dados, é possível entender que o IVS da região Sul, encontra-se muito baixo. O ano que essa região obteve maior índice foi em 2010, alcançando o IVS DE 0.230, e o ano com menor IVS foi o de 2014 com 0.172.

Em relação a análise dos indicadores dos estados da região Sul, é possível afirmar que todos estão compreendidos como muito baixa vulnerabilidade. Vale destacar o caso do Rio Grande do Sul, quem em toda sua trajetória do IVS, mostrou-se com os maiores índices da região Sul do país. Em 2017, último ano analisado, o Rio Grande do Sul possuiu IVS de 0.209, em seguida o Paraná com IVS de 0.186

Ao comparar os quadros acima, pode-se observar que a região Sul em relação a região Sudeste, possui um menor IVS, que indica que com base neste índice a

região Sudeste do país possui uma maior vulnerabilidade social em comparativo com a região Sul. Deve ser levado em consideração as diferenças entre as regiões, como o número de estados e suas composições histórico-sociais; a quantidade de população e o tamanho dos estados.

Visto que o IDHM adequa a metodologia global ao contexto brasileiro. Faz-se necessário analisar os indicadores do Sul e Sudeste.

UNIDADES FEDERATIVAS	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL							
	2000				2010			
	IDHM	IDHM RENDA	IDHM LONGEVIDADE	IDHM EDUCAÇÃO	IDHM	IDHM RENDA	IDHM LONGEVIDADE	IDHM EDUCAÇÃO
<b>São Paulo</b>	0.702	0.756	0.786	0.581	0.783	0.789	0.845	0.719
<b>Rio de Janeiro</b>	0.664	0.745	0.740	0.530	0.761	0.782	0.835	0.675
<b>Espirito Santo</b>	0.640	0.687	0.777	0.491	0.740	0.743	0.835	0.653
<b>Minas Gerais</b>	0.624	0.680	0.759	0.470	0.731	0.730	0.838	0.638

Quadro 4 – IDHM Região Sudeste

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasileiro, IPEA, (2013)

O quadro acima refere-se a dados do IDHM, disponibilizados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000 e 2010. O quadro relaciona os estados da região Sudeste com os respectivos índices, tanto o IDHM geral quanto nas 3 dimensões levadas em consideração, renda; longevidade e educação. É interessante destacar que todos os índices apresentaram crescimento, e São Paulo manteve-se como líder em IDHM comparando com os outros estados da região sudeste em ambos os anos.

No que diz respeito aos indicadores de 2010, São Paulo permaneceu como líder nesta região possuindo IDHM de 0.783, considerado alto, em relação ao IDHM de educação, se elevou para 0.719, também considerado alto. O IDHM de São Paulo obteve um crescimento de 11,53% entre os anos 2000 e 2010.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL								
UNIDADES FEDERATIVAS	2000				2010			
	IDHM	IDHM RENDA	IDHM LONGEVIDADE	IDHM EDUCAÇÃO	IDHM	IDHM RENDA	IDHM LONGEVIDADE	IDHM EDUCAÇÃO
<b>Santa Catarina</b>	0.674	0.717	0.812	0.526	0.774	0.773	0.860	0.697
<b>Paraná</b>	0.650	0.704	0.747	0.522	0.749	0.757	0.830	0.668
<b>Rio Grande do Sul</b>	0.664	0.720	0.804	0.505	0.746	0.769	0.840	0.642

#### Quadro 5 – IDHM Região Sul

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasileiro, IPEA (2013)

É interessante destacar que todos os índices apresentaram crescimento, e Santa Catarina manteve-se como líder em IDHM comparando com os outros estados da região sul em ambos os anos. No que diz respeito aos indicadores de 2010, Santa Catarina permaneceu como líder nesta região possuindo IDHM de 0.774, considerado alto.

No comparativo entre os dois quadros, é perceptível que no último ano analisado os estados de ambas as regiões obtiveram IDHM considerados ALTO. Porém, é possível perceber uma infeliz semelhança entre quase todos os estados, exceto São Paulo, de que todos os IDHM na dimensão educação estão na faixa considerada média para este indicador, enquanto as dimensões Renda e Longevidade se configuram como alto e muito alto respectivamente.

No que diz respeito aos Coeficientes de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita disponibilizados pela PNAD Contínua, segue os dados referentes aos estados da região Sudeste e Sul do País e suas respectivas capitais ao longo de 2012 a 2018, anos disponibilizados na Síntese dos Indicadores Sociais 2019.

Grandes Regiões e Unidades da Federação e Municípios das Capitais	Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os Municípios das Capitais entre 2012-2018						
	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012
<b>Sudeste</b>	<b>0,533</b>	<b>0,520</b>	<b>0,522</b>	<b>0,508</b>	<b>0,509</b>	<b>0,512</b>	<b>0,517</b>
<b>São Paulo</b>	0,539	0,525	0,524	0,513	0,509	0,510	0,513
<b>São Paulo</b>	<b>0,581</b>	<b>0,582</b>	<b>0,554</b>	<b>0,553</b>	<b>0,557</b>	<b>0,559</b>	<b>0,537</b>
<b>Rio de Janeiro</b>	0,543	0,518	0,523	0,503	0,512	0,518	0,529
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>0,552</b>	<b>0,524</b>	<b>0,531</b>	<b>0,516</b>	<b>0,528</b>	<b>0,539</b>	<b>0,551</b>
<b>Minas Gerais</b>	0,492	0,493	0,491	0,486	0,491	0,492	0,500
<b>Belo Horizonte</b>	<b>0,545</b>	<b>0,543</b>	<b>0,533</b>	<b>0,547</b>	<b>0,510</b>	<b>0,541</b>	<b>0,551</b>
<b>Espírito Santo</b>	0,509	0,503	0,509	0,504	0,501	0,499	0,489
<b>Vitória</b>	<b>0,573</b>	<b>0,525</b>	<b>0,519</b>	<b>0,557</b>	<b>0,545</b>	<b>0,540</b>	<b>0,518</b>

Quadro 6 – Coeficiente de Gini Região Sudeste

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, (2018)

O quadro acima refere-se aos estados da região Sudeste do Brasil e relaciona o Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita com os respectivos estados e suas capitais, além da macrorregião a qual pertencem. A partir desses indicadores é possível perceber que na trajetória do Coeficiente de Gini da região Sudeste, o ano com maior coeficiente foi o de 2018 com indicador de 0,533. Os anos com menores Coeficientes de Gini para a região sudeste foram os de 2015 e 2014, com indicadores de 0,508 e 0,509 respectivamente.

Em relação a análise dos indicadores dos estados e suas respectivas capitais, é possível constatar uma diferença entre os coeficientes do estado como um todo e somente os coeficientes da capital. É perceptível que todos os indicadores dos estados são menores que os das capitais. Consideremos como exemplo o estado de São Paulo que possui uma trajetória de ascensão do coeficiente de Gini onde em 2017 possuía indicador de 0,525, ao analisar a capital São Paulo, podemos perceber que a trajetória do coeficiente é menos regular e no mesmo ano de 2017 possuía coeficiente de 0,582, uma diferença relativamente expressiva e que ocorre devido a vários fatores.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os Municípios das Capitais entre 2012-2018						
	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012
<b>Sul</b>	<b>0,473</b>	<b>0,467</b>	<b>0,463</b>	<b>0,451</b>	<b>0,459</b>	<b>0,466</b>	<b>0,478</b>
<b>Paraná</b>	0,493	0,480	0,478	0,454	0,466	0,474	0,483
<b>Curitiba</b>	<b>0,525</b>	<b>0,521</b>	<b>0,499</b>	<b>0,455</b>	<b>0,481</b>	<b>0,480</b>	<b>0,489</b>
<b>Santa Catarina</b>	0,417	0,414	0,421	0,415	0,409	0,430	0,436
<b>Florianópolis</b>	<b>0,476</b>	<b>0,468</b>	<b>0,470</b>	<b>0,482</b>	<b>0,467</b>	<b>0,493</b>	<b>0,514</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	0,485	0,482	0,472	0,466	0,479	0,478	0,496
<b>Porto Alegre</b>	<b>0,547</b>	<b>0,555</b>	<b>0,546</b>	<b>0,511</b>	<b>0,554</b>	<b>0,543</b>	<b>0,551</b>

Quadro 7– Coeficiente de Gini Região Sul

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018

A partir desses dados, é possível perceber que o Coeficiente de Gini da Região Sul se aproxima mais do indicador ideal, possuindo uma trajetória de ascensão entre 2015 até 2018. O ano de 2012 consagra-se com o maior indicador 0,478 e em seguida 2018 possuindo indicador 0,473. O ano com menor Coeficiente de Gini na Região Sul foi 2015, possuindo índice de 0,451.

No que se refere a análise dos estados da Região Sul e suas respectivas capitais, também é possível constatar uma diferença entre os indicadores dos estados como um todo e os indicadores somente das capitais. É possível perceber que em todos os anos analisados, os coeficientes dos estados são menores que os das capitais, nesse caso de forma mais expressiva. Ao analisar o estado do Rio Grande do Sul, é interessante perceber que os indicadores através dos anos se mantêm na faixa de 0,4 e mais próxima do indicador ideal, ao analisar a capital Porto Alegre é perceptível que a trajetória do indicador é mantida na faixa de 0,5. Como exemplo o ano de 2017, onde o Coeficiente de Gini do estado Rio Grande do Sul foi de 0,482, enquanto a capital Porto Alegre registrou coeficiente de 0,555, uma diferença relativamente expressiva.

Ao comparar os quadros ora apresentados, pode-se observar que a Região Sul em comparativo com a Região Sudeste, possui um menor Coeficiente de Gini da distribuição do rendimento domiciliar Per Capita, que pode indicar uma menor desigualdade de renda nessa região analisando pela perspectiva desse indicador.

Uma outra análise a ser realizada é a participação das Regiões Sul e Sudeste e seus respectivos estados no PIB brasileiro, a influência desses estados no PIB das

regiões a qual pertencem e valores referentes ao PIB per capita do Brasil, do Sul e do Sudeste e de seus estados. A seguir, um quadro que sintetiza essas informações para o ano de 2017.

ESTADOS E REGIÕES	PIB em 2017	% PIB NACIONAL	% PIB REGIONAL	POPULAÇÃO ESTIMADA 2017	PIB PER CAPITA
<b>BRASIL</b>	R\$ 6.583.000.000.000,00	-	-	207.660.929,00	R\$ 31.700,72
<b>SUDESTE</b>	R\$ 3.480.767.000.000,00	52,88%	-	86.949.714,00	R\$ 40.031,95
<b>SÃO PAULO</b>	R\$ 2.119.854.000.000,00	32,20%	60,90%	45.094.866,00	R\$ 47.008,77
<b>RIO DE JANEIRO</b>	R\$ 671.362.000.000,00	10,20%	19,29%	16.718.956,00	R\$ 40.155,74
<b>MINAS GERAIS</b>	R\$ 576.199.000.000,00	8,75%	16,55%	21.119.536,00	R\$ 27.282,75
<b>ESPÍRITO SANTO</b>	R\$ 113.352.000.000,00	1,72%	3,26%	4.016.356,00	R\$ 28.222,60
<b>SUL</b>	R\$ 1.121.718.000.000,00	17,04%	-	29.644.948,00	R\$ 37.838,42
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	R\$ 423.151.000.000,00	6,43%	37,72%	11.322.895,00	R\$ 37.371,27
<b>SANTA CATARINA</b>	R\$ 277.192.000.000,00	4,21%	24,71%	7.001.161,00	R\$ 39.592,29
<b>PARANÁ</b>	R\$ 421.375.000.000,00	6,40%	37,57%	11.320.892,00	R\$ 37.221,01

Quadro 8 – PIB Região Sul e Sudeste em 2017

Fonte: IBGE<sup>2</sup> (2020), Sistemas de Contas Nacionais<sup>3</sup> (2019) e Estimativas de População no Brasil<sup>4</sup> (2017)

O quadro acima foi confeccionado a partir de dados do PIB do Brasil, das regiões e dos estados do ano de 2017, extraídos do site do IBGE e das estimativas de população para 2017. Dessa forma, relaciona o PIB das regiões e seus estados com o PIB brasileiro e a partir disso, demonstra a participação percentual das regiões e estados no PIB nacional e a participação percentual dos estados no PIB das suas respectivas regiões, além de apresentar os valores do PIB per capita para o Brasil, Sul e Sudeste e seus respectivos estados.

No ano de 2017, o PIB brasileiro correspondeu a R\$ 6.583 trilhões, desse valor, 52,88% representava apenas a região sudeste, o que caracteriza essa região como de importância fundamental para economia brasileira e que concentra a maior parcela dos valores de bens e serviços produzidos no país. Em relação a região Sul, 17,04% é o percentual de participação da região no total do PIB nacional, região quem também apresenta relevância. Dito isso, as duas regiões que são objeto de estudo desta pesquisa, concentravam juntas em 2017 cerca de 70% dos valores de bens e serviços produzidos no país, o que caracteriza uma relevante concentração do PIB brasileiro nessas regiões.

2 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em 19 de março de 2020

3 Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101680\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101680_informativo.pdf). Acesso em 19 de março de 2020

4 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=16985&t=resultados>. Acessado em 19 de março de 2020



Em relação aos estados, São Paulo lidera no que diz respeito a participação percentual no PIB nacional, com 32,20%, além disso, este estado compõe 60% do PIB da região Sudeste, o que revela a forte concentração dos valores de bens e serviços produzidos no Brasil. No que se refere a região Sul, os estados de Rio Grande do Sul e Paraná compõem por volta de 37% PIB regional, cada, dessa forma ambos juntos equivalem a 75% do total produzido de bens e serviços na região Sul.

Considerando a população estimada pelo IBGE para o ano de 2017 e com as informações do PIB nacional, regional e dos estados é possível mensurar os valores para o PIB per capita. No ano de 2017, o Brasil possuía um PIB per capita de R\$31.700, no mesmo ano, a região Sudeste detinha um PIB per capita de R\$40.000, cerca de R\$ 9.000 a mais que o PIB per capita brasileiro, a região Sul apresentava um PIB per capita de R\$ 37.838, também maior que a média nacional.

Em relação os dados da pobreza e extrema pobreza e como o foco desta pesquisa se encontra no Sul e no Sudeste do Brasil, faz-se necessário a construção de um quadro para a melhor percepção dessas porcentagens diante da população. O primeiro quadro diz respeito a região sudeste que corresponde a 3,2% do total de 13,5 milhões de brasileiros que se encontram nas condições de extrema pobreza. O segundo quadro refere-se a região sul que totaliza 2,1% dos 13,5 milhões de brasileiros que estão na linha de pobreza de US\$1.90 PPC por dia. 2019.

ESTADOS	POPULAÇÃO CENSO 2010	POPULAÇÃO EXTREMA POBREZA 2010 (6,5% média do país)	POPULAÇÃO ESTIMADA 2019	POPULAÇÃO ESTIMADA EM EXTREMA POBREZA (6,5% média do país)
São Paulo	41.262.199	2.682.042,94	45.919.049	2.984.738,19
Rio de Janeiro	15.989.929	1.039.345,39	17.264.943	1.122.221,30
Minas Gerais	19.597.330	1.273.826,45	21.168.791	1.375.971,42
Espírito Santo	3.514.952	228.471,88	4.018.650	261.212,25

Quadro 9 - Extrema Pobreza nos Estados da Região Sudeste

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Demográfico 2010; SIS (2019), Expectativas da População Brasileira para 2019.

O quadro acima diz respeito aos estados da região Sudeste do Brasil e relaciona a população do Censo de 2010 e as expectativas de população de 2019 com a taxa de 6,5% (média do Brasil) de população em condições de extrema pobreza. Dentre as taxas de crescimento da população em situação de extrema

pobreza, vale ressaltar que o Espírito Santo possui uma taxa de crescimento de 14,33% , deve-se considerar que a população desse estado é a menor da região sudeste, seguida por 11,28% do estado de São Paulo, 7,97% no Rio de Janeiro e 8% no estado de Minas Gerais.

ESTADOS	POPULAÇÃO CENSO 2010	POPULAÇÃO EXTREMA POBREZA 2010 (6,5% média do país)	POPULAÇÃO ESTIMADA 20109	POPULAÇÃO ESTIMADA EM EXTREMA POBREZA (6,5% média do país)
<b>Paraná</b>	10.444.526	678.894,19	11.433.957	743.207,21
<b>Santa Catarina</b>	6.248.436	406.148,34	7.164.788	465.711,22
<b>Rio Grande do Sul</b>	10.693.929	695.105,39	11.377.239	739.520,54

Quadro 10 - Extrema Pobreza nos Estados da Região Sul

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Demográfico 2010; SIS (2019), Expectativas da População Brasileira para 2019.

O quadro acima se refere aos estados da região sul do Brasil, também relaciona a população do Censo Demográfico 2010 e a população estimada 2019 com a taxa média 6,5% de população em situação de extrema pobreza. Em relação as taxas de crescimento da população em condições de extrema pobreza, vale ressaltar a taxa do estado de Santa Catarina que obteve 14,66%, seguida pelo Paraná com 9,47% e o Rio Grande do Sul com 6,38%.

De forma complementar, observando os dados da Síntese dos Indicadores Sociais do ano de 2019, com base na linha de extrema pobreza de US\$ 1,90 PPC por dia, no ano de 2018 6,5% da população brasileira se encontrava com rendimento igual ou inferior ao valor estipulado por essa linha (equivalente a R\$ 145,00 mensais nos valores de 2018), que equivale a 13,5 milhões de pessoas. Referente a linha de pobreza de US\$ 5,50 PPC por dia, em 2018 havia 25,3% da população brasileira com rendimentos iguais ou inferiores ao valor estimado por essa linha (equivalente a R\$ 420,00 mensais nos valores de 2018) (IBGE, 2019, p.59)

Em relação a Síntese dos Indicadores Sociais 2019, já foi mencionado que em 2018 25,3% da população brasileira vivia com rendimentos iguais ou inferiores a US\$ 5,50 PPC por dia. No que tange as regiões brasileiras, em 2018 o Nordeste possuía o maior percentual de habitantes nessas condições 43,6%, seguido da região Norte com 41,3%, Centro – Oeste com 16,4%, Sudeste com 16,3% e

finalmente a região Sul com 12,1% (IBGE, 2019, p.59).

Analisaremos, a partir de agora o risco alimentar e a taxa de prosperidade social regional.

A análise integrada do desenvolvimento humano com a vulnerabilidade social oferece o que se denomina aqui de prosperidade social. A prosperidade social é a ocorrência simultânea do alto desenvolvimento humano com a baixa vulnerabilidade social, sugerindo que, nas porções do território onde ela se verifica, ocorre uma trajetória de desenvolvimento humano menos vulnerável e socialmente mais próspera.

A faixa de leitura da prosperidade social está estabelecida entre muito baixa, baixa, média, alta e muito alta. Segue abaixo o quadro referente a prosperidade social regional nas 5 macro regiões do país.

MACRO REGIÕES	PROSPERIDADE SOCIAL REGIONAL							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
SUDESTE	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto
SUL	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto
CENTRO – OESTE	Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto
NORTE	Baixo	Médio	Médio	Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto
NORDESTE	Baixo	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto	Muito Alto	Alto

Quadro 11 – Prosperidade Social Regional

Fonte: Planilha do Atlas da Vulnerabilidade Social, IPEA (2020)

O Quadro 10 acima é referente aos indicadores da prosperidade social regional nas cinco macro regiões do Brasil, dentre os anos de 2010 a 2017. Ao analisar as regiões Norte e Nordeste, é possível observar uma trajetória semelhante. A respeito das regiões que são objeto de estudo da pesquisa, o Sudeste e o Sul do país, ambas demonstraram trajetórias idênticas de indicadores de prosperidade social consideradas muito altas de 2010 a 2017.

A respeito da análise da insegurança alimentar, os dados foram coletados em uma publicação da PNAD 2013 referente a segurança alimentar. Para uma melhor interpretação, é necessário saber que na PNAD 2013 foram pesquisadas 362 555 pessoas e 148 697 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação.

MACRO REGIÕES	SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR – 2013 Números Relativos (%)			
	TOTAL	LEVE	MODERADA	GRAVE
SUDESTE	14,5	10,2	2,4	1,9
SUL	14,9	10,5	2,5	1,9
CENTRO - OESTE	18,2	12,7	3,2	2,3
NORTE	36,1	21,6	7,7	6,7
NORDESTE	38,1	23,6	8,9	5,6

Quadro 12 - Domicílios particulares, por situação de insegurança alimentar, segundo as Grandes Regiões e a situação do domicílio (2013)

Fonte: PNAD (2013)

O quadro acima é proveniente da PNAD (2013) e refere-se à situação de domicílios particulares por situação de insegurança alimentar, segundo as grandes regiões. A situação de insegurança alimentar é classificada em leve, moderada e grave. De acordo com o quadro, as regiões que possuíam a o maior número de domicílios nessas condições são o Nordeste, seguido da região Norte, com 38,1% e 36,1% respectivamente.

A respeito das regiões que são objeto de análise desta pesquisa, o Sul e o Sudeste, é possível observar que as porcentagens de domicílios de ambas possuem trajetórias semelhantes. De acordo com o Quadro 11, o Sul possuía ao total 14,9% de domicílios em situação de insegurança alimentar, observando por categorias, o Sul possuía 10,5% de domicílios em situação de insegurança alimentar leve, 2,5% em situação moderada e 1,9 em situação grave. Em relação a região Sudeste, que possuía ao total de 14,5% de domicílios em situação de insegurança alimentar, analisando através das categorias, 10,2% dos domicílios estavam em situação leve, 2,4% em situação moderada e 1,9 em situação grave.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Temáticas como vulnerabilidade, pobreza, desigualdade, concentração de renda e fome, foram os assuntos centrais abordados nesta pesquisa. Estas problemáticas são presentes em todo o mundo, em especial, no Brasil que apresenta indicadores que demonstram a dimensão destes problemas no país. Devido as dimensões continentais e diferenças geográficas do Brasil, se faz necessário que a análise desses temas seja dividida por regiões, e nesta pesquisa foram tratadas as Regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Para análise da vulnerabilidade socioeconômica, foi utilizado um indicador desenvolvido pelo IPEA, que possibilita demonstrar fragilidades sociais a partir do contexto da infraestrutura urbana, renda e trabalho e capital humano. Esse indicador é o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS, que serviu como base para o entendimento

da vulnerabilidade nas regiões e seus respectivos estados que configuram o objeto de estudo desta pesquisa.

A Região Sudeste, conforme a faixa de análise do índice, em 2017 possuía um IVS considerado baixo, de 0.235, porém possuía uma trajetória de ascensão em relação aos anos anteriores. Em relação a região Sul, seguindo a faixa de análise, em 2017 possuía um IVS de 0.186, considerado muito baixo e mais próximo do ideal.

Dessa forma, tendo como base o IVS para a comparação das Regiões Sul e Sudeste, é válido afirmar que em comparativo com a Região Sul, o Sudeste possui uma maior vulnerabilidade social. Todavia, deve ser levado em consideração as diferenças entre as regiões: quantidade e o dimensões dos estados, quantitativo de população e questões de composição histórico-sociais.

Aliado à análise da vulnerabilidade social, o Índice de Desenvolvimento Humano desenvolvido pela ONU e adaptado ao Brasil para IDH Municipal, se constitui como um indicador para entender o desenvolvimento humano no país, com bases definidas em fatores de educação, longevidade e renda. Devido aos dados desse índice serem oriundos do Censo Demográfico, só foi possível analisar entre os anos 2000 e 2010.

É perceptível que entre esses anos, houve aumento significativo no IDHM dessas regiões e seus respectivos estados, mantendo um bom desenvolvimento humano. Entretanto, uma característica presente nas duas regiões é o baixo IDHM na dimensão educação, comparados as dimensões de renda e longevidade. O que se percebe em ambas regiões e estados é que enquanto o IDHM geral, IDHM Renda e IDHM Longevidade se conceituam na faixa de análise como alto e muito alto, o IDHM Educação nas duas regiões e em todos os estados destas, exceto São Paulo, se caracterizam com índices de menor valor e permanecem na faixa considerada média de desenvolvimento. Dessa forma, é percebida uma necessidade da valorização da educação no Brasil.

A respeito da pobreza e extrema pobreza, os documentos disponibilizados pelo IBGE demonstram que no ano de 2018, 6,5% da população brasileira se encontrava com rendimentos iguais ou inferiores a US\$ 1,90 PPC (equivalente a R\$ 145,00 mensais nos valores de 2018) o que correspondia a 13,5 milhões de pessoas em condições de extrema pobreza. Ainda de acordo com os dados do IBGE, havia em 2018 25,3% da população do Brasil em situação de pobreza, apresentando rendimentos iguais ou inferiores a US\$ 5,50 PPC por dia (equivalente a R\$ 420,00 mensais nos valores de 2018). A respeito das regiões que são o objeto de estudo, o Sudeste apresentou 16,3% da população em situação de pobreza, em relação ao Sul, o quantitativo foi menor, cerca de 12,1%.

No que se refere a desigualdade e concentração de renda, o Coeficiente

de Gini que corresponde a um conceituado indicador no que se refere a tratar da variável renda e sua concentração. De acordo com os dados do IBGE, de forma geral, esta medida para o Brasil, as regiões analisadas e seus respectivos estados se conceituam na faixa intermediária de concentração de renda.

Ainda em relação à concentração de renda e desigualdade, se faz necessário refletir a respeito da relação entre o PIB brasileiro e a participação das Regiões Sul e Sudeste e seus respectivos estados nesta medida de produção do país. Com o auxílio de dados do IBGE, é possível afirmar que o PIB do Brasil em 2017 correspondia a R\$ 6.583 trilhões, desse valor, 52,82% era a parcela pertencente a Região Sudeste, o que simboliza que essa região era e continua sendo responsável por metade do quantitativo total dos valores de bens e serviços produzidos no Brasil, o que demonstra a importância fundamental desta região para a economia brasileira e também a concentração das riquezas e da produção. A respeito da Região Sul, o percentual de participação no PIB nacional correspondia a 17,4%. Com base nisso, as duas regiões que foram pesquisadas, concentravam juntas em 2017 cerca de 70% dos valores de bens e serviços produzidos no país, o que as caracteriza como regiões de alta concentração do PIB brasileiro.

Todas as temáticas analisadas nesta pesquisa são elementos que impactam diretamente a qualidade de vida de milhares de pessoas, o que é percebido através dos indicadores analisados nesse estudo. Todavia, a reflexão que se faz necessária é a percepção de que isso é uma questão que transcende índices, indicadores, números e valores, que de fato significam pessoas, famílias, idosos e crianças que possuem sua qualidade de vida afetada por fatores como a pobreza, a vulnerabilidade socioeconômica e a desigualdade.

Após o estudo de alguns autores que analisam as temáticas desta pesquisa e leitura de vários documentos de órgãos como o IBGE e IPEA, além dos diversos indicadores analisados, se apresentou de forma evidente a necessidade de que mais estudos como este sejam feitos, afim de agregar e complementar a gama de conhecimento e as perspectivas já existentes a respeito desses assuntos, como também suas possíveis soluções.

Propostas de solução relacionadas a programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, auxiliam no curto prazo e de forma a atender as necessidades básicas imediatas. Todavia, projetando em uma perspectiva de longo prazo, entendemos que seja necessário a criação de projetos de incentivos ao sistema de educação pública, que aliado aos investimentos nos sistemas de saúde, saneamento básico e projetos de inserção no mercado de trabalho auxiliarão na quebra do ciclo da pobreza.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, José Jakson Amancio. **Uma leitura geográfica da fome com Josué de Castro**. Geografia Norte Grande. p.5-20.2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/article/download/228745/23158>. Acesso em: 12 de outubro de 2019.
- BARROS, Ricardo Paes de et al. A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade E Pobreza No Brasil. **IPEA: Texto Para Discussão N°800**, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/pdf>. Acesso em 5 de janeiro de 2020
- BRASIL. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao\\_a\\_contar.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao_a_contar.pdf). Acesso em: 13 de janeiro de 2020.
- CAMPELLO, Tereza *et al.* Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. N. ESPECIAL, ed. 3, p. 54-66, 2018. DOI 10.1590/0103-11042018S305. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe3/0103-1104-sdeb-42-spe03-0054.pdf>. Acesso em: 5 de janeiro 2020.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 2. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1948.
- IBGE. **Aspectos Demográficos das Regiões Sul e Sudeste**. 2015. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/tabela1.shtm>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.
- \_\_\_\_\_. **PNAD**. 2015. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.
- \_\_\_\_\_. **PNAD**. 2013. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.
- \_\_\_\_\_. **Sinopse do Censo Demográfico de 2010**. Disponível em < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>>. Acesso em: 16 de novembro de 2019.
- \_\_\_\_\_. **Síntese dos Indicadores Sociais 2019**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>>. Acessado em 15 de outubro de 2019.
- IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social 2015**. Disponível em:< [http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/lvs/publicacao\\_atlas\\_ivs.pdf](http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/lvs/publicacao_atlas_ivs.pdf)>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.
- \_\_\_\_\_. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2014**. Disponível em: < [http://atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao\\_atlas\\_municipal\\_pt.pdf](http://atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_municipal_pt.pdf)>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.
- \_\_\_\_\_. **Planilha do Atlas da Vulnerabilidade Social**. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/planilha>>. Acesso em: 25 de outubro de 2019.
- MATTEI, Lauro. A Pobreza e as Suas Interfaces Multidisciplinares. *In*: GARCIA, Adir Valdemar (org.). **Reflexões Sobre a Pobreza**: concepções, enfrentamentos e contradições. 1. ed. Santa Catarina: NUP/CED/UFSC, 2017. v. 1, cap. 1, p. 23-80. Disponível em: <http://fliphtml5.com/wskm/whail/>. Acesso em: 18 de novembro de 2019.
- NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. O resgate da obra de Josué de Castro, onde estamos? **Cronos**, Natal - RN, v. 10, n. 1, p.43-50, 2009. Disponível em: [https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/1766/pdf\\_17](https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/1766/pdf_17). Acesso em: 12 de outubro de 2019.

NOBRE, Carlos. Mudanças climáticas e o Brasil – Contextualização. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 27, 2008. Disponível em: [http://seer.cgee.org.br/iparcerias\\_estrategicas/article](http://seer.cgee.org.br/iparcerias_estrategicas/article). Acesso em: 16 de outubro de 2019.

PETRINI, João Carlos. **Notas para uma Antropologia da Família**. X, [s. l.], 2003. Disponível em: [http://www.ibdfam.org.br/\\_img/congressos/anais/120.pdf](http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/120.pdf). Acesso em: 15 de outubro de 2019.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.244 p. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/1/3649\\_001.pdf](https://edisciplinas.usp.br/1/3649_001.pdf). Acesso em: 5 de novembro de 2019.

SCHUMANN, Livia R. M. A. **A multidimensionalidade da construção teórica da vulnerabilidade: análise histórico-conceitual e uma proposta de índice sintético**. 2014. 165 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) - Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/MiguelAmaralSchumann.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

VIGNOLLI, Jorge Rodríguez. Vulnerabilidade sociodemográfica: antigos e novos riscos para a América Latina e o Caribe. In: **Vulnerabilidade Sociodemográfica**. [S. l.: s. n.], 2001. cap. 4, p. 95-142. Disponível em: [http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes\\_cap\\_4\\_pgs\\_95-142.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes_cap_4_pgs_95-142.pdf). Acesso em: 18 de outubro de 2019.

WLODARSKI, Regiane; CUNHA, Luiz Alexandre. Desigualdade Social E Pobreza Como Consequências Do Desenvolvimento Da Sociedade. Ix Simpósio De Processo Civilizador. **Anais**. PARANÁ, 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/workshop/art15.pdf>. Acesso em: 5 de janeiro de 2020.



# SOBRE A ORGANIZADORA

**MICHELE LINS ARACATY E SILVA** - DOUTORADO em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). MESTRADO em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). ESPECIALIZAÇÃO em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Especialização em Gestão e Docência do Ensino Superior (UNICEL). GRADUADA em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). É do quadro de docentes do Departamento de Economia e Análise da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Organizadora dos livros: *Amazônia: Desafios e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional* (2017). *Primas e Práxis: Artigos e Relatos sobre Educação* (2018). *Amazônia: Aspectos Singulares para o Desenvolvimento Regional* (2019). *A Questão Ambiental e a Sustentabilidade Amazônica: a RDS Mamirauá* (2019). *Tear Educacional: Entrelaçando Conhecimentos* (2019). *Desenvolvimento Regional na Amazônia: Infraestrutura, Capital Humano, Renda e Trabalho* (2020). *Sustentabilidade e Inovação na Amazônia: Perspectiva do Âmbito Científico para o Mundo* (2020). *Reflexões sobre a Economia do Estado do Amazonas* (2020). *Riqueza, Desigualdade e Pobreza no Brasil: Aspectos Socioeconômicos das Regiões Brasileiras* (2020). Possui trabalhos publicados em capítulos e livros e em revistas na área de Desenvolvimento Regional e Sustentável, Amazônia, Novas Economias (Comportamental, Solidária, Criativa) Economia Social, Economia do Crime e Vulnerabilidade Social. É Conselheira Efetiva do Conselho Regional de Economia do Amazonas (CORECON-AM) para 2020-2022. e-mail: [michelearacaty@ufam.edu.br](mailto:michelearacaty@ufam.edu.br) / [michelearacaty@yahoo.com.br](mailto:michelearacaty@yahoo.com.br). Acesso ao lattes: <http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8939-3220>.

# RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL:

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 


[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL:

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 